



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**DA TRADIÇÃO À NOVA DIREITA: A SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO
DE JANEIRO NA GESTÃO CLÁUDIO CASTRO.**

KAIQUE CAMARGO SILVA GONZAGA

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DA TRADIÇÃO À NOVA DIREITA: A SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO
DE JANEIRO NA GESTÃO CLÁUDIO CASTRO.**

KAIQUE CAMARGO SILVA GONZAGA

Sob a orientação do Professor Dr.
FRANCISCO JOSUÉ MEDEIROS DE FREITAS

**Seropédica, RJ
Janeiro/2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

KAIQUE CAMARGO SILVA GONZAGA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais, no Programa** de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciência Política.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 24 / 02 / 2025

Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas
(Orientador) (UFRJ e UFRRJ/PPGCS)

Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub
(UFRJ e UFJF/PPGCSO)

Prof. Dr. Pedro Rolo Benetti
(PPCIS/UERJ)

DEDICATÓRIA

Para se construir algo importante, são necessárias companhias verdadeiras e afetuosas, que não nos deixem esmorecer.

Dedico este trabalho a minha mãe Sandra e meu pai Adilson, pela base amorosa construída para a minha caminhada se concretizar a cada dia.

Ao meu irmão Kim, pelas trocas acadêmicas, momentos de reflexões e profunda amizade e amor.

A minha companheira, Rafaella, por acreditar e potencializar o meu melhor de forma tão sensível e bela.

A minha mãe de santo, Iyá Paula de Odé, por ser meu suporte espiritual e cuidar de mim com tanto carinho.

Toda a espiritualidade, de Exú a Oxalá, Tranca Rua e Seu Zé, por nunca me deixar cair e trilhar junto comigo essa caminhada.

Ao meu orientador Francisco Josué, por confiar nesse trabalho e me estimular a melhorar sempre.

Aos professores Jorge Chaloub e Pedro Benetti, desde a qualificação até a banca final, muito obrigado pelas ricas contribuições que foram fundamentais para o crescimento desse projeto.

Nós vamos vencer!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

FICHA CATALOGRÁFICA

G642t Gonzaga, Kaique Camargo Silva, 1993-
Da tradição à nova direita: a segurança pública do Rio de Janeiro na gestão Cláudio Castro. / Kaique Camargo Silva Gonzaga. - Rio de Janeiro, 2025.
91 f.

Orientador: Francisco Josué Medeiros.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2025.

1. Segurança pública. 2. Nova Direita. 3. Militarização.
4. Bolsonarismo. I. Medeiros, Francisco Josué , 1981-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III. Título.

RESUMO

GONZAGA, Kaique C. S. Da tradição à Nova Direita: A segurança pública do Rio de Janeiro na gestão Cláudio Castro. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

O Rio de Janeiro sempre esteve nos centros das atenções quando o assunto é segurança pública. Ao longo dos anos, diversos governadores enfrentaram esse desafio, sendo possível observar variadas formas de gestão da segurança, mas que encontram caminhos de continuidades na forma de operar, onde o confronto e a militarização se mostram presentes. O surgimento da Nova Direita e do movimento bolsonarista trouxe mudanças significativas nessas formas de operar, onde a junção de modelos tradicionais que ficaram de herança da ditadura militar, com novas formas de abordar a segurança, são notadas quando analisamos o estado do Rio, até a atual gestão de Cláudio Castro. Desta maneira, o objetivo deste trabalho é explorar a segurança pública do Rio, desde o período pós ditadura, até os dias atuais, notando quais são as continuidades e mudanças presentes dentro das políticas de segurança pública. Para tal, foram analisados dados estatísticos, estudos bibliográficos, matérias de jornais e entrevistas, a fim de compreender esses pontos de continuidades e mudanças, enfatizando o governo de Castro. Ao longo dos capítulos observamos a existência e perpetuação de uma lógica militarizada de controle, unida a uma alta letalidade cometida pelas polícias do Rio, onde se prioriza o confronto em áreas periféricas, e que passa por diversos governos até os dias de hoje.

Palavras-chave: segurança pública, militarização, Nova Direita, bolsonarismo

SUMMARY

GONZAGA, Kaique C. S. **From tradition to the New Right: Public security in Rio de Janeiro in the Cláudio Castro administration.** Dissertation. Graduate Program in Social Sciences. Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Rio de Janeiro has always been in the spotlight when it comes to public security. Over the years, several governors have faced this challenge, and it is possible to observe various forms of security management, but which find paths of continuity in the way of operating, where confrontation and militarization are present. The emergence of the New Right and the Bolsonarist movement has brought significant changes in these ways of operating, where the combination of traditional models that were inherited from the military dictatorship, with new ways of approaching security, are noted when we analyze the state of Rio, up to the current administration of Cláudio Castro. In this way, the objective of this work is to explore the public security of Rio, from the post-dictatorship period to the present day, noting what are the continuities and changes present within the public security policies. To this end, statistical data, bibliographic studies, newspaper articles and interviews were analyzed in order to understand these points of continuity and change, emphasizing the Castro government. Throughout the chapters we observe the existence and perpetuation of a militarized logic of control, together with a high lethality committed by the police of Rio, where confrontation in peripheral areas is prioritized, and which passes through several governments to this day.

Keywords: public security, militarization, New Right, bolsonarismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 SEGURANÇA PÚBLICA PÓS DITADURA MILITAR.....	5
1.1 GOVERNO BRIZOLA E DIREITOS HUMANOS.....	7
1.2 ACONTECIMENTOS EMBLEMÁTICOS NO RIO (1990 – 2020).....	17
1.2.1 O SURGIMENTO DAS UPPs.....	19
1.2.2 CONFLITOS COM UPPs EM ATIVIDADE.....	24
1.2.3 A INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO.....	26
1.3 A ADPF 635.....	30
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	37
2 BOLSONARISMO E A NOVA DIREITA.....	39
2.1 QUADRO GERAL DOS ESTUDOS SOBRE BOLSONARISMO.....	40
2.2 A NOVA DIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO.....	45
2.3 WILSON WITZEL E A INFLUÊNCIA DA NOVA DIREITA.....	51
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	56
3 SEGURANÇA PÚBLICA À DIREITA NO GOVERNO CLÁUDIO CASTRO.....	58
3.1 GOVERNO INTERINO – CIDADE INTEGRADA E OPERAÇÕES POLICIAIS.....	59
3.2 A POLÍCIA DE CLÁUDIO CASTRO.....	65
3.3 DA REELEIÇÃO AOS PROBLEMAS GOVERNAMENTAIS.....	75
3.4 DA ALTA REJEIÇÃO AO DISTÂNCIAMENTO DA BASE POLÍTICA.....	80
4 CONCLUSÃO.....	84
5 BIBLIOGRAFIA.....	89

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro sempre está ao centro quando o assunto é segurança pública. Antiga capital do Brasil, o Rio tem uma ligação estreita com a história militar brasileira, sendo um Estado que abriga inúmeros quartéis e também sendo conhecido pela atuação das polícias no combate à violência e criminalidade. Historicamente o Rio de Janeiro sempre contou com uma política forte e contundente no que diz respeito a esse enfrentamento, utilizando como principal ferramenta as operações policiais em áreas de favelas ou periferias, onde o confronto armado direto faz parte do plano de segurança pública.

Ao longo dos anos esse projeto de confronto foi sendo questionado e virou pauta política, onde a continuidade ora foi defendida, mas também houve quem pensasse em alternativas para resolver o problema de segurança pública que sempre fez parte da história do Rio. O fato é que uma lógica militarizada sempre contornou o estado do Rio de Janeiro e teve sua continuidade mesmo após o fim da ditadura militar, que deixou de herança práticas abusivas que ainda persistem no *modus operandi* de diversas polícias do estado.

Essa dissertação pretende explorar a partir de uma linha temporal, grande parte do histórico sobre segurança pública e combate à violência que percorreu o Rio de Janeiro pós ditadura. Esse tema se mostra bastante importante por se manter relevante nos dias atuais, mostrando algumas diferenças ao longo dos anos e tomando novas facetas pós governo Bolsonaro. Além disso, discutir segurança pública no estado do Rio, onde os índices de letalidade policial apresentam níveis altos, é de extrema importância para entendermos o funcionamento desse projeto, tanto socialmente quanto politicamente, sendo uma pauta costumeiramente abordada.

O objeto dessa dissertação será fazer uma análise de discurso e das movimentações políticas de Claudio Castro, do Partido Liberal (PL), atual governador do estado do Rio de Janeiro. Castro foi um dos principais apoiadores da candidatura de Jair Bolsonaro a presidência da república na política fluminense, e mantém no estado a continuidade da política de enfrentamento policial por meio de incursões em favelas, causando alta letalidade advinda dessas operações.

A hipótese desta pesquisa é que no Estado do Rio de Janeiro, a segurança pública se mantém como um projeto que não apresenta contornos mais eficientes, com melhorias de resultados. Se mantém historicamente como uma plataforma política, principalmente de governos de direita, que utilizam desse tema para fortalecer suas candidaturas e perpetuar uma segurança pública que não prioriza operações policiais com inteligência e pouco se

preocupam com o número de mortes advindos dessas incursões polícias. As características desse sistema vêm sendo atualizadas pelo bolsonarismo, com a passagem de Witzel e de Castro no governo do Rio de Janeiro.

Juntamente com o avanço da Nova Direita no Brasil, a continuidade desse *modus operandi* no Rio de Janeiro foi fortalecida, sincronicamente com o discurso de intensificar a força contra o poder paralelo do Estado, utilizando a lógica armamentista muito explorada durante o governo Bolsonaro.

No estado do Rio de Janeiro será possível observar quando abordarmos o governo Cláudio Castro, inicialmente vice de Wilson Witzel, cuja figura surge e se apoia nesse mesmo movimento de ideais pautados pelo bolsonarismo, se mostrando como uma expressão mais recente da Nova Direita.

Para isso ser possível, no primeiro capítulo será feita uma retrospectiva com um recorte temporal do primeiro governo de Leonel Brizola até o momento da exigência feita pela ADPF 635 durante a pandemia de Covid-19, através do Supremo Tribunal Federal, para que houvesse mudanças na política de segurança do Rio, com a criação de um planejamento para a segurança, a fim de evitar o número alto de letalidade provocado pelas polícias do Estado.

Esse capítulo trará nitidez sobre a perspectiva histórica do argumento dessa dissertação, mostrando como as políticas de segurança pública foram trabalhadas desde o primeiro governo pós ditadura militar até o período atual. Ficará evidente que a segurança pública do Rio de Janeiro foi utilizada por vários governadores ao longo dos anos como plataforma de promoção política, utilizando do medo coletivo para manter as práticas de confronto e, além disso, se mostrando ineficiente em resultados práticos, observando poucas mudanças nos dados estatísticos.

Essa reflexão histórica da segurança pública no Rio será fundamental para entendermos o porquê de sua continuidade até os dias atuais, se mostrando até mais efusiva com o surgimento da Nova Direita, do governo Bolsonaro e das ideias propagadas durante esse período.

O segundo capítulo irá analisar o debate sobre a Nova Direita, trazendo uma atualização da hipótese trabalhada dentro dessa dissertação. Nele será explorado o conceito da Nova Direita, que surge juntamente com a ascensão de Bolsonaro, onde se observa a força de um discurso armamentista, de legitimação da violência e do confronto, que se mostrou como um fator que impulsionou atividades violentas em todo o país, inclusive legitimando e tornando aceitável a produção de morte feita pelas forças do Estado. O quanto a Nova Direita

e o Bolsonarismo foram importantes para o discurso da segurança pública no Rio de Janeiro? O estado do Rio sempre reproduziu práticas e técnicas de matar, além de operações com violências já praticadas anteriormente, mas atualmente mostra-se diferente por conta da ambiguidadeposta pela ADPF 635. Essa arguição trouxe uma perspectiva de controle de ação policial, somado com o discurso liberalizante produzido pelo governo Bolsonaro, juntamente com a ideologia partilhada pela Nova Direita.

Esses discursos foram utilizados pelos governadores do Rio de Janeiro, Wilson Witzel e Cláudio Castro, ambos com histórico de apoio a Jair Bolsonaro, que se aproveitaram da intensificação do discurso armamentista proposto pelo ex-presidente seguindo pelo mesmo caminho quando se trata da segurança pública do Rio. Será possível perceber que esse período ajudou a remodelar e fortalecer a lógica de guerra e confronto, dando continuidade ao que já acontecida no Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo está ancorado a pesquisa propriamente dita dessa dissertação, que será a análise geral do atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Esse capítulo trabalhará focando nas políticas de segurança adotadas pelo governador, observando as continuidades e mudanças em relação a propostas anteriores, bem como apreciando os dados estatísticos que dizem respeitos esse tema. Será visto posicionamentos do governador, os números atuais e os desdobramentos causados pela segurança pública atual.

Será um capítulo que trabalhará em conjunto com o capítulo anterior a fim de evidenciar como a Nova Direita influenciou a produção desses discursos do governador e quais os desdobramentos que esses discursos tem na segurança do Rio. Com isso explícito como historicamente e atualmente o pensamento de segurança pública do Rio se mantém preso em faltas de ideias e soluções para a melhor resolução dos problemas sociais advindos dela.

Também será possível perceber como o governador Cláudio Castro se mantém alinhado com os pensamentos da extrema-direita, dando continuidade à segurança militarizada, inclusive adotando programas e posturas que mantém essa constância e legitima a lógica belicista, muito presente no discurso bolsonarista e da Nova Direita.

Para que essa dissertação seja produzida, será utilizado o método de pesquisa qualitativo, usufruindo de bibliografias que trabalhem sobre o tema, a fim de ter uma reflexão crítica sobre o tema proposto. Portais de notícias e jornais também serão utilizados para analisar discursos feitos pelo governado do Rio de Janeiro e para contextualizar alguns momentos históricos do Rio. O método quantitativo será utilizado para apresentar alguns

dados estatísticos, com o objetivo contextualizar e dar mais corpo para explicar momentos específicos da segurança do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1 – SEGURANÇA PÚBLICA PÓS DITADURA MILITAR

O atual direcionamento da política de segurança pública do Rio de Janeiro não é recente. O Estado do Rio de Janeiro é conhecido por manter uma política de segurança pública baseada na lógica do confronto e ostensividade policial para combate a grupos armados que se situam em zonas periféricas. Esse *modus operandi* se estruturou a partir da militarização dessas forças, mostrando como se mantiveram algumas práticas advindas do período de ditadura militar.

A militarização das polícias estaduais traz contornos que introduziram as práticas de guerras no seu *modus operandi*, levando a intensificação das ações e operações policiais principalmente quando se trata de preservação da vida e respeito a direitos fundamentais. Vemos com frequência operações realizadas tanto pela Polícia Militar, como pela Polícia Civil, PRF e com a presença do Exército Brasileiro em alguns casos emblemáticos.

Para além disso, o debate de segurança pública no Rio se torna uma forte ferramenta para os partidos políticos conquistarem espaços nas eleições do Estado, ou até mesmo para confrontar outra proposta. Leonel Brizola utilizava como principal ferramenta os direitos humanos, para pôr em primeiro plano o acesso das camadas periféricas a direitos básicos fundamentais, buscando reverter a lógica policial do confronto para uma lógica de polícia comunitária, que respeitasse esses direitos da população diretamente atingida pelas operações polícias.

Esse capítulo tem como objetivo apresentar algumas das características da política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, que trabalham com a lógica direta de confronto e repressão utilizando as forças policiais em incursões nas favelas e periferias do Rio de Janeiro, trazendo como retorno um alto número de letalidade além de pouquíssimas boas resoluções advindas dessa forma de operar. Mesmo que os dados estatísticos mostrem ao contrário, essa forma segue sendo uma lógica utilizável como palanque político, sendo amplamente aceita por diversos setores da sociedade.

Para isso, será necessário fazer uma construção cronológica iniciando pelo primeiro governo de Leonel Brizola, logo após a ditadura militar, abordando as práticas de direitos humanos intencionadas por ele, até o início do governo de Marcello Alencar, analisando as diferentes propostas oferecidas para a segurança pública durante esse período.

Na sequência será importante analisar as intervenções emblemáticas que aconteceram ao longo dos anos nos governos do estado fluminense, como as Operações Rio I e II, a ocupação do exército nas ruas no ano de 2002, o roubo de armas de um quartel em 2006, que

acabou com um cerco em 11 favelas do Rio, a ocupação no morro da providencia em 2008, a megaoperação no Complexo do Alemão em 2010, as operações na Rocinha em 2011, os 15 meses de ocupação do exército no Complexo da Maré em 2014, a intervenção militar de 2017, até chegarmos as operações emblemáticas do Jacarezinho e Salgueiro em São Gonçalo, que terminaram com um elevadíssimo número de mortos.

Por fim, haverá uma apreciação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, conhecida como ADPF 63 ou ADPF das favelas, marcante por elevar a discussão da segurança pública no Rio e o alto índice de letalidade. Poderemos apreciar melhor o momento atual que o Rio de Janeiro se encontra quando pensamos em segurança pública e as ideias do governo estadual para essa questão.

A segurança pública do Estado do Rio de Janeiro foi marcada pela postura de confronto direto ao crime organizado, encabeçado pelas polícias do estado, mantendo resquícios do período da ditadura militar. Será possível observar que mesmo com a postura de mudança adotada durante o governo Brizola, o Rio não sustentou outra possibilidade de combate à violência, voltando às políticas de enfrentamento já conhecidas e mostrando um histórico com uma característica fortemente militarizada.

A aversão aos direitos humanos, juntamente com a produção de medo na sociedade e a utilização desse tema como plataforma de campanha eleitoral, funcionou para que se desse a continuidade da lógica de confronto como a opção mais viável (até mesmo única) para a solução dos problemas relacionados a violência do Rio de Janeiro.

Portanto se torna interessante explorar como ponto de partida essa perspectiva de mudança que tentou ser implantada durante o governo Brizola, no qual os direitos humanos figuraram como chave para a tentativa de resoluções melhores da segurança pública do Rio. Também se mostra importante perceber a manutenção das operações policiais como principal ferramenta de outros governos seguintes. Isso nos mostrará que essa lógica segue sendo mantida até os dias atuais como principal meio para resolver a violência no estado., tendo como exemplo as operações que ocorreram ao longo dos anos.

Essa análise geral será de grande importância, pois nos trará a compreensão de que a segurança pública no Rio de Janeiro é um projeto político que se estende por muitos anos, e está inserida em uma lógica conservadora que de fato não propõe nenhuma mudança significativa, trazendo resultados controversos, fazendo a manutenção da estratégia de conflito, com pouca inteligência, muita repressão e altos números de mortes e crimes.

Mesmo diante de uma intervenção do poder judiciário federal para que houvesse mudanças substanciais no projeto de segurança pública do Rio de Janeiro, a lógica de

confronto permaneceu ativa, tendo o governo do Rio ignorado as recomendações propostas pelo STF e dando continuidade à forma histórica de como lidar com a segurança do Rio.

1.1 - GOVERNO BRIZOLA E DIREITOS HUMANOS

A política de segurança pública do Rio de Janeiro, embasada no confronto direto realizado por incursões em favelas, dentro de uma lógica de extermínio e combate, já utiliza esses contornos desde os anos 80, num processo transitório da ditadura militar para o período democrático. O Brasil inteiro, especialmente o Rio de Janeiro, que será analisado nessa dissertação, absorveu uma concepção de militarização na ação policial advinda da ditadura de 64, onde a lógica de guerra e o inimigo em comum estão presentes nas polícias estaduais.

No Rio, o governo de Leonel Brizola será responsável por trazer uma concepção nova sobre como pensar a política de segurança pública, sendo inovador e utilizando dos direitos humanos como base fundamental para alcançar níveis menores nos índices de criminalidade, como também utilizando de programas para inserir a população impactada pelas forças policiais ao acesso a cidadania e direitos fundamentais básicos, garantidos pela constituição.

Vale ressaltar que o Brasil estava vivendo um período de redemocratização, acabando de sair de uma ditadura militar que durou um total de 21 anos. A transição do período de ditadura para o período democrático não contou com nenhum tipo de reforma nas polícias do Brasil, como também nenhum tipo de comissão da verdade que pudesse fazer o julgamento e a condenação dos militares envolvidos em casos de torturas, desaparecimentos e mortes que aconteceram nesse período. Com isso é possível notar que mesmo entrando novamente nos trilhos da democracia, o Brasil ainda respirava e colocava em prática muitas heranças advindas da ditadura militar.

O processo de transição da ditadura para a democracia no Brasil foi feito e articulado politicamente entre os ditadores e a oposição, cujo suas trajetórias políticas haviam sido construídas durante o período da ditadura militar. No caso do Brasil, não houve um processo de ruptura característico de outros fins de ditaduras. Na transição brasileira ainda é possível perceber fortes marcas do autoritarismo, onde "o risco de uma mera atualização de um regime restritivo à cidadania estava colocado." (BENETTI: 2020; 40).

Em comparativo com o período da ditadura, é possível perceber que não houve muita alteração na estrutura das forças que formam o sistema de segurança pública, por conta dos vetos impostos durante a ditadura. A problemática não estava relacionada a uma ausência de debates, mas sim com "a resistência de grupos políticos ligados à ordem antiga, que

mantiveram seu poder de voto do período da transição para a democracia" (BENETTI: 2020; 44). O período de redemocratização do Brasil passou por duas perspectivas diferentes que afetaram a noção de entendimento e valores sobre o que é os direitos humanos.

A década de 1980 é palco de dois fenômenos que tem profundo impacto nos debates sobre segurança pública. Por um lado, a abertura política permite que os relatos de tortura e execução de presos políticos durante o período autoritário começem a circular mais livremente pelo país. Por outro lado, a criminalidade urbana assistiu uma escalada sem precedentes, que tinha muitos elementos em sua base. A severa crise econômica que assolava o Brasil, o rápido processo de urbanização – sem que as estruturas das grandes cidades pudessem oferecer níveis adequados de vida para os migrantes – e a crescente organização das redes responsáveis pela distribuição e comercialização de entorpecentes são elementos que compõem esse quadro de aumento da violência urbana. (BENETTI: 2020; 47).

Ainda assim, pensar nos direitos humanos será fundamental para ir de contra essa lógica e procurar estruturar uma modificação no que diz respeito às práticas de controle de violência, dos crimes e das ilegalidades. Porém, ao longo da discussão, iremos perceber que essa política de direitos humanos sempre foi contrária ao pensamento mais conservador do estado. A lógica de confronto ainda era uma das principais ferramentas políticas utilizadas pelos partidos de direita e os setores conservadores no geral, levando em consideração o que foi dito anteriormente.

O Rio de Janeiro se destacou nessa lógica porque "foi provavelmente no Rio de Janeiro que o discurso dos direitos humanos na área da segurança pública foi incorporado de forma mais contundente ao debate político, no início dos anos 80" (DORNELLES: 2003; 138). Dornelles mostra que também foi no Rio de Janeiro que essa política de direitos humanos na segurança pública caiu em descrédito e, consequentemente, fez se agravar o discurso de "lei e ordem", intensificando a militarização nas políticas de segurança pública.

Vale destacar quando o autor fala que nesse período houve uma grande "polarização política e de ideologização no tratamento da questão da violência criminal, da desordem urbana, das ilegalidades e das transgressões" (DORNELLES: 2003; 138). Também é importante ressaltar que um dos fatores que foram decisivos para essa volta, foi o sentimento de insegurança sentido pela população do Rio de Janeiro, o que teoricamente teria a ver com o aumento dos índices de criminalidade.

Paralelo ao governo Brizola, no qual essa política de segurança pública pautada em direitos humanos estava tentando ser implementada, foram incorporados como descrédito do governo os aumentos dos delitos de extorsão mediante a sequestro. Houve uma associação do discurso de defesa dos direitos humanos feito por Leonel Brizola com a desordem e caos no

espaço urbano. A partir disso, essa ideia foi comprada por setores conservadores da cidade, tanto quanto pela população geral.

Essa opinião foi amplificada diariamente pelos meios de comunicação social, ajudando a consolidar a noção de uma relação indissolúvel entre o brizolismo, a incompetência administrativa e política, o aumento da criminalidade, o caos urbano e a desordem social com o discurso dos direitos humanos. Dessa forma se tornou possível levar para a opinião pública toda a descrença sobre uma política que leva os princípios dos direitos humanos.

É importante destacar que no período de transição da ditadura para o regime democrático, a violência policial começou a ser amplamente divulgada pelos jornais. Essas violências aconteciam em áreas onde havia a concentração de pobreza na periferia do Rio de Janeiro, como citado pelo autor, Zona Oeste e Baixada Fluminense, lugares cujo “eram objetos dos informes de organismos internacionais que denunciavam as arbitrariedades policiais, a criminalidade violenta e as violações constates dos direitos humanos.” (DORNELLE: 2003; 141). O governo de Brizola, ao mesmo tempo que trouxe pra perto a camada mais pobre da sociedade, por ter um discurso de exigência de que os policiais deveriam agir dentro da lei, também afastou e trouxe resistências de outros setores da sociedade, bem como da Polícia Civil e Militar.

Com isso podemos notar que o conceito de segurança pública pautada nos direitos humanos e respeito aos moradores de favelas sempre foi contra o ideal pensado pelos setores conservadores do Rio, como também pelas polícias, com destaque para a importância da imprensa no papel de vincular o governo Brizola com o caos na cidade. Dessa forma é possível perceber a presença das classes média e alta, dos políticos conservadores, das forças de repressão do estado e da própria imprensa como fomentadores anti direitos humanos.

A ideia de segurança pública proposta no governo Brizola passava pela comunhão de “intervenções de caráter social que ampliasse o exercício da cidadania” (DORNELLES: 2003; 144), como a criação dos CIEPs e do programa de habitação “Cada Família um Lote”. O pensamento era que essas implementações na camada mais pobre e vulnerável do Estado ampliaria o exercício de cidadania. A resistência se dava pela perspectiva completamente diferente para lidar com a segurança pública, que provocaria mudanças bruscas para a sociedade brasileira.

Associada ao brizolismo, a filosofia de segurança pública pautada no princípio de respeito aos direitos humanos foi repetidamente semantizada como instrumento de promoção do caos, de permissividade com o banditismo e de desordem urbana. Tais

associações passaram a ser bem sucedidas, já que o binômio brizolismo/sublevação da ordem acompanha Brizola desde seus primeiros passos na política nacional... Por outro lado, foi igualmente incorporado por seus seguidores, como sinal de que sua ascensão apontava para mudanças radicais na estrutura social e política brasileira. (SENTO-SÉ: 1998; 52).

No fim dos anos 80, após o primeiro governo de Brizola, o debate sobre segurança pública novamente vira palanque político, com a figura de Moreira Franco sendo responsável por restabelecer as práticas de confronto direto e de desrespeito aos direitos dos moradores de periferias e favelas do Rio de Janeiro. Esse governo foi responsável por voltar de forma rígida à política do “pé na porta”, enrijecendo ainda mais o combate ao crime. Dornelles traz que a volta dessa perspectiva foi um ótimo fator para que a política de direitos humanos fosse totalmente desqualificada e desmoralizada frente a opinião pública, relacionando-as como responsáveis pelo caos e obstáculos na atuação das polícias do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que, ainda de acordo com o autor, durante o governo de Moreira Franco os índices de criminalidade cresceram bastante, ao ponto que, em 1990 quando Brizola assumiu o poder estadual, registrava os maiores índices de criminalidade da história do Estado do Rio de Janeiro.

O governo Moreira Franco, mesmo com sua política de máxima repressão a violência, além do citado anterior, ficou marcado pela degradação das polícias (civil e militar), junto com o entrelaçamento das mesmas com grupos de extermínio, a contravenção e o crime organizado.

A política adotada pelo governo Moreira Franco foi francamente conservadora, privilegiando as ações policiais repressivas, a ocupação policial das áreas populares - favelas, bairros de periferia etc. - em detrimento de políticas combinadas, onde as medidas socioeconômicas preventivas ocupariam um lugar de destaque. Foi durante o período de Moreira Franco no governo que se realizaram as Operações Mosaico I e II, operações policiais de ocupação de favelas com a intimidação de moradores, a prisão indiscriminada de "suspeitos" e a morte de traficantes. (DORNELLES: 2003; 149)

Nesse mesmo período houve a junção do tráfico de armas e o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro. Ou seja, a política armamentista de confronto direto não surtiu nenhum efeito positivo, trazendo ainda mais problemáticas para a questão da segurança pública no Rio de Janeiro.

A volta do governo Brizola em 1991 reascendeu o mesmo debate de segurança pública e direitos humanos que foi feito anteriormente. Interessante perceber as ligações feitas em relação à posição da esquerda. O que durante a ditadura militar eram os “comunistas

subversivos”, hoje se mostra como “os criminosos”. A associação com o caos e a desordem pública faz com que o projeto de segurança pública pautado nos direitos humanos seja desvalorizado, fazendo com que a lógica de confronto seja mantida como projeto político pelos partidos mais conservadores.

No período do segundo governo de Leonel Brizola aconteceu o impeachment de Collor, em 92, o massacre de Carandiru no mesmo ano, além do massacre da Candelária e Vigário Geral em 93. Foi um período que se mostrou bastante conturbado social e politicamente, não só no Rio, mas no Brasil. Vale ressaltar a questão da transmissão dos arrastões nas praias do Rio, que foram filmadas e exibidas aos montes pela Rede Globo. O auxílio midiático no repassar das informações sobre delitos no Rio foi um grande fortalecedor da sensação de medo coletivo que se mantinha. Esse movimento feito pelas mídias no Rio de Janeiro, também foi um fator que movimentou as eleições para prefeito do Rio no ano de 1992. Nessa corrida eleitoral, a candidata Benedita da Silva, que concorria contra o candidato César Maia, acabou perdendo as eleições no segundo turno, tendo como um dos fatores fundamentais a massificação dos noticiários sobre a violência no Rio de Janeiro.

Um momento histórico desse período é o evento chamado ECO 92, uma conferência das Nações Unidas para tratar de meio ambiente e desenvolvimento. Este evento foi realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1992, contando com a presença de 178 chefes de governo para debate deste tema. A chegada de um evento de grande porte acalorou o debate de segurança pública. O Rio presenciou durante esse evento a presença das Forças Armadas nas ruas da cidade, posteriormente trazendo a chamada “Operação Rio¹”. Esta operação foi a primeira a ser realizada posteriormente ao processo de redemocratização do Brasil, após três décadas de regime militar.

A Operação Rio foi uma abertura dada as Forças Armadas para que assumissem o papel das polícias estaduais, fazendo repressão ao tráfico em operações em favelas, como também atuando no policiamento das ruas. A intervenção feita pelo Exército foi consciente na adoção de práticas de guerra, além de conduzir ideologicamente conceitos militares para a polícia. Juntamente com isso, a mídia foi usada como ferramenta para alimentar o imaginário do brasileiro a sensação de paz e segurança que teoricamente isso estava resultando.

Em “Remilitarização da segurança pública: a Operação Rio” de Carlos Magno Nazareth Cerqueira (2001), é possível compreender que o período de ditadura militar foi

¹A Operação Rio I vigorou do período de 31 de outubro de 1994 e foi estendida até o dia 3 de março de 1995. Já a operação Rio II iniciou-se no dia 4 de abril de 1995 e começou a ser desmontada no final do mês de julho de 1995.

decisivo para implantar essa ideologia militar nas polícias fardadas, como também para a investigação criminal que ideologicamente não limita o poder policial e não garante direitos básicos. A prática do "prender para investigar" foi reforçada, bem como a prática de combate, antes utilizada contra guerrilhas urbanas e rurais, mostrando que a proposta da ditadura foi uma grande fonte para alimentar as práticas policiais. Embora esse tipo de prática seja utilizada, Cerqueira (2001) afirma que não houve diminuição de crimes, inclusive havendo agravamento nos padrões de violência dos criminosos.

Cerqueira (2011) afirma que o projeto de uma intervenção militar é um projeto partidário. O governo de Leonel Brizola tentou articular um novo movimento para a segurança pública que não fosse autoritário. Percebe-se então, a existência de articulações políticas e reprodução midiática que fortalecem a cultura do medo e, logicamente, também fortalecem a ideia de confronto, enfrentamento e intervenção. O autor utiliza o termo “crise psicossocial” para falar dessa ação do medo reproduzido para sociedade, que gera insegurança coletiva, chamada de insegurança subjetiva (CERQUEIRA, 2001). Existem diversos atores sociais e políticos que fortalecem essa tese e usam desse caminho de insegurança subjetiva para alavancarem a ideia de intervenção.

Em resumo, a Operação Rio foi o resultado de uma briga política e ideológica que partiu de diversos setores do Rio de Janeiro, que lutavam por uma política de confronto e autoritarismo, opondo-se ao governo do Rio do período. Com isso, houve um movimento para isolar o governo e atrair a opinião pública a fim de implantar uma intervenção militar, para que cumprisse as funções antes destinadas às polícias do Estado. Quando Dornelles (2008) e Cerqueira (2001) falam sobre o processo de remilitarização, eles estão falando sobre esse movimento de “quase intervenção federal” na segurança pública, as chamadas “Operação Rio I e II”. Continuou sendo reproduzido para a sociedade, através da mídia, que a presença do Exército nas ruas havia diminuído a violência no Rio de Janeiro, mesmo as estatísticas não comprovando essa diminuição.

Essa guinada para uma militarização das policiais mostrou-se presente, segundo Cerqueira, quando começaram a acontecer as visitas do Exército a unidades da PM, verificando efetivos, equipamentos e organização, deixando fortes indícios de que o Exército estaria se preparando para alguma intervenção militar, para tomar a frente das polícias. A participação militar na conferência internacional da Rio-92 foi uma maneira encontrada para recuperar a imagem do Exército perante a sociedade geral. Estes movimentos, para o autor, mostram que “a nossa Constituição incorporou e legitimou toda a visão equivocada de ordem pública que se construiu no período “revolucionário” sob tutela da doutrina de segurança

nacional” (CERQUEIRA: 2001; 155), enfatizando que os movimentos frente à segurança pública tiveram herança dos pensamentos praticados durante o período de ditadura militar no Brasil.

O caso de Nova Brasília² foi o estopim para o presidente declarar intervenção militar, onde o mesmo reclama da ação policial e declara a intervenção, iniciando uma cooperação entre União e Estado, dando de fato início Operação Rio. Cerqueira enfatiza em seu livro que ele e sua equipe insistiam na necessidade de um plano nacional de prevenção e repressão, onde pudesse haver colaboração da Polícia Federal com as polícias estaduais. Entretanto, a Operação Rio nasceu sem um plano nacional de prevenção e repressão ao contrabando de drogas e armas, sem a ajuda da polícia federal, e com as Forças Armadas atuando em ações nas favelas, como também em modificações na estrutura da PM e na administração da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

É crucial trazer para o debate os massacres da Candelária e de Vigário Geral. Segundo Dornelles, esses momentos foram marcantes e impactantes para a população do Rio de Janeiro, pois a perspectiva de uma cidade feliz, alegre e receptiva, foi rompido por uma linha tênue entre civilização e barbárie, fazendo com que todos repensassem em alguma perspectiva a cultura de extermínio que estava presente. É importante frisar que essa cultura é seletiva, tendo teor classista e racista, vitimando a população negra e periférica.

Nessa mesma linha de pensamento, vale exemplificar com o momento atual que o Rio de Janeiro passa, com os roubos nas praias sendo amplamente divulgados pelas mídias, trazendo ao mesmo tempo uma sensação enorme de insegurança para a população, como também o aparecimento de justiceiros que prometem resolver esses delitos com as próprias mãos. Essa resolução pautada em fazer justiça por si só também remete ao caráter exclusivo, classista e racista presentes, onde já aconteceram casos de pessoas que foram espancadas sem estarem ligadas a nenhum tipo de delito. Essa questão mais atual será relembrada nas considerações finais dessa dissertação.

O real e o simbólico dos episódios da Candelária, de Vigário Geral e do "Arrastão" na praia, invertem posições, atingindo o governo do Estado e a sua política de direitos humanos, colocando na defensiva tanto as autoridades quanto aqueles que defendiam as políticas adotadas pelo governo estadual, mesmo não fazendo parte dele. Desta maneira, as balas que assassinaram crianças e adolescentes na Candelária e famílias em suas casas em Vigário Geral, tiveram um destino certo, tendo como alvo as políticas públicas do governo Brizola e das lideranças democráticas das instituições policiais, como o Coronel Nazareth Cerqueira, jogando a população contra o governo e reforçando um sentimento autoritário e conservador que passou a

² A “Chacina de Nova Brasília” foi uma operação no Complexo do Alemão, em 1994, havendo um total de 13 mortos e muitos relatos de torturas e desrespeitos aos direitos fundamentais por parte da Polícia.

fazer parte do discurso político e ideológico (...) Quando se homogeniza, uniformiza ou se generaliza situações diferentes, entendidas como um fenômeno comum, contribui-se para que se crie expectativas que fatalmente são cumpridas e satisfazem as noções gerais sobre a realidade. Quaisquer manifestações normais em todas as cidades do mundo - engarrafamentos, brigas, ilegalidades, criminalidade, manifestações públicas etc. - passam a confirmar as expectativas criadas pela cultura do medo, pela representação simbólica consolidada como realidade. (DORNELLES: 2003; 155)

Com esses movimentos foi criado uma distância entre direitos humanos e cidadania, ligando o primeiro a desordem, bandidos, e o segundo, aos "bons cidadãos". Esse pensamento levou ao fortalecimento de práticas arbitrárias, violentas e ilegais feitas pelas polícias, atingindo as áreas mais populares e vulneráveis da cidade. Vale trazer a informação de que boa parte da opinião pública clamava pela presença do exército para fazer o policiamento das ruas do Rio de Janeiro.

Mais uma vez saliento a grande participação que a mídia teve para desestabilizar a ideia de segurança pública pautada na lógica de direitos humanos, minando também a imagem de Brizola como governador, mostrando todo um caráter político ideológico, pois "parte importante da mídia articulava posições políticas conservadoras e autoritárias, ao estimular a cultura do medo." (DORNELLES: 2003; 159). Além disso, Dornelles destaca a participação de policiais corruptos e envolvidos com o narcotráfico e contrabando de armas, que se mostravam diretamente contra a política de direitos humanos, praticando assassinatos, massacres e outras coisas, a fim de desestabilizar o governo do Rio e fazer a manutenção do medo na sociedade fluminense.

No ano de 1994, Brizola renunciou para concorrer às eleições presidenciais, tendo Nilo Batista, por ser o vice, tomado posse como governador do Rio de Janeiro, exercendo o cargo entre abril e dezembro de 1994. Já nesse período, a Operação Rio foi implementada e tentou ser vendida midiaticamente como algo positivo. No entanto a Operação Rio ficou muito distante de realizar os objetivos anunciados e ainda levando terror aos moradores das favelas do Rio.

A Operação Rio ficou marcada como um momento de "quase intervenção" das forças armadas nas ruas do Rio de Janeiro, assumindo um caráter de polícia estadual, com incursões em favelas e repressão nas áreas periféricas, tentando trazer uma imagem de segurança para a população. Essa mesma operação ficou marcada por proibir a entrada da imprensa nas favelas, para não mostrar o que de fato acontecia nas incursões feitas pelo exército.

Os relatos de torturas veiculados pela mídia que ocorriam dentro das favelas foram um grande motivo para o Comando Militar do Leste expulsar os repórteres da sala de imprensa do

quartel general, inclusive com relatos de repórteres e fotógrafos foram espancados pelas tropas militares. Durante esse período foi possível observar todo o contorno militarizado que o Rio de Janeiro retomava, com fortes resquícios das práticas ocorridas durante o período de ditadura militar. Além disso, casos de corrupção e contrabando de armas de fogo aconteceram nos quartéis militares, porém foram ocultados pelo próprio Comando Militar do Leste.

Todavia, acontecimentos registrados durante a própria "Operação Rio I e II", mas sem a menor divulgação pela imprensa, desfazem esse mito da competência e incorruptibilidade das Forças Armadas bastante propagado naqueles meses. Casos como os sucessivos desvios de armas do Exército - realizados por seus próprios agentes - para o tráfico; as mortes misteriosas de oficiais que investigavam alguns desses episódios; além do silêncio enigmático do Comando Militar Leste, que "se encarregou de ambos os casos". (...) Da mesma forma, oficiais das Forças Armadas são presos portando carros roubados ou transportando armas de grosso calibre exclusivas do Exército. Algumas outras malhas de contrabando de armas foram descobertas, como a da quadrilha que tinha um tenente reformado do Exército. (COIMBRA: 2001; 213)

O ano de 1995 começou com a posse de Marcello Alencar como governador do Rio, ao mesmo tempo em que no âmbito federal se iniciava o plano real dentro de uma política liberal conservadora, que ajudou no avanço de ideias neoliberais. As ideias antidemocráticas que rondavam quando Brizola/Nilo Batista ainda estavam no governo, foram impostas com a entrada de Marcello Alencar no governo do Rio de Janeiro.

Estas propostas conservadoras e autoritárias passaram a ser implementadas com o governo Marcello Alencar. Na verdade, o endurecimento policial não é uma política de segurança pública, mas sim uma retórica marcada por estigmas sociais, preconceitos, autoritarismo e racismo. É um discurso ideologizado que se relaciona com as práticas corporativas polícias, visando manter a clandestinidade e a imunidade das ações ilegais, violentas e arbitrárias (CERQUEIRA, 2003; 158)

Durante o governo de Alencar, foi implantada pelo Secretário de Segurança Pública, General Nílton Cerqueira, a chamada "política do gatilho" e a "gratificação faroeste". Basicamente os militares eram condecorados e premiados pelos "atos de bravura". Isso funcionava como um estímulo, com apoio do governo, para execuções de suspeitos de forma arbitrária, trazendo perto a lógica da política de extermínio, justamente por priorizar e incentivar a lógica de combate armado. O governo de Alencar se mostrou conservador, apoiado nessa política de segurança reacionária. O delito de extorsão mediante sequestro, que foi usado anteriormente contra o governo de Leonel Brizola, ainda continuava com índices altos. Casos emblemáticos como um assalto a uma agência bancária dentro do Palácio

Guanabara ocorreram, porém a mídia já alterava o tom sobre a falta de segurança do Rio de Janeiro.

Dornelles traz uma comparação muito interessante entre Rio e São Paulo. A política de segurança pública de São Paulo era inversa comparada ao Rio de Janeiro. Não havia gratificação por policiais que matassem nas operações, na realidade, esses policiais eram encaminhados para um Programa de Acompanhamento de Polícias Envolvidos em Ocorrência de Alto Risco - PROAR - para que pudessem ter acompanhamento psicológico e saíssem por tempo determinado do patrulhamento nas ruas.

O autor traz a partir de uma leitura do artigo de Cerqueira, a diferença das políticas públicas de São Paulo e Rio de Janeiro no período de 1995 até 1998. Em São Paulo, com uma forma mais progressista de tratar a segurança pública, os índices de ações violentas e mortes advindas da polícia militar diminuíram muito comparado ao Rio de Janeiro, que resgatava a velha política de enfrentamento direto, com caráter militarizado. É interessante trazer a informação que São Paulo contava com José Afonso da Silva como secretário de segurança pública, conhecido por sua defesa aos direitos humanos e cidadania, e como secretário de justiça o advogado Belisário dos Santos Junior, conhecido por sua atuação como defensor dos presos políticos da ditadura militar. No Rio de Janeiro o governador era Marcello Alencar do PSDB, tendo como secretário de segurança pública o Coronel Nilton Cerqueira, conhecido por suas ideias ligadas ao confronto armado com os traficantes do Rio.

Com as informações trazidas até aqui não é difícil compreender o motivo da lógica de segurança pública do Rio ainda ter resquícios da ditadura, justamente por criar a ideia de um "inimigo interno", que deve ser destruído a qualquer custo. Priorizar fortemente a lógica de confronto armado, sem preocupação com os direitos das populações periféricas, resumindo todos os que estão presentes nesses espaços a uma única coisa, o inimigo. Dessa forma Dornelles afirma que "assim, transferiu-se esses conceitos e práticas para o campo do controle social penal, para o campo da repressão contra a criminalidade, onde o chamado "inimigo interno" estaria infiltrado no meio do povo pobre, tornando toda esta população pobre 'suspeita' " (DORNELLES: 2003; 176)

Por isso vemos que "o problema estratégico central" da criminalidade no Rio é a exclusão da juventude ao direito de cidadania. A maior parte das vítimas que a cultura da lei e ordem provoca, fazem parte de uma juventude na sua grande maioria, homens negros moradores de periferias. Dentro dessa perspectiva se encaixa as frases "bandido bom é bandido morto" e "direitos humanos para humanos direitos", remetendo de fato ao inimigo em comum que possui cor, classe e território.

1.2 - ACONTECIMENTOS EMBLEMÁTICOS NO RIO (1990 – 2020)

Para aprofundar a questão trazida sobre a lógica de confronto no Rio de Janeiro é necessário trazer exemplos de momentos históricos e emblemáticos³em que foi acionado algum tipo de intervenção na segurança pública do estado, seja por parte das polícias ou das Forças Armadas. Por isso, este subtópico será para abordar as intervenções emblemáticas que cada governo do Rio de Janeiro propôs como solução para a segurança.

Como citado anteriormente, no começo dos anos 90 durante o governo de Marcello Alencar, o Rio de Janeiro já experimentava a operação Rio I, que foi estendida para operação Rio II até a metade do ano de 1995. A operação Rio I começou pouco tempo depois da chacina de Nova Brasília no complexo do alemão. Vale ressaltar que essa chacina foi cometida por um grupo de extermínio formado em sua grande maioria por polícias. Em agosto de 1993 ocorreu uma nova chacina, também por um grupo de extermínio, onde 21 pessoas foram mortas em Vigário Geral.

A Operação Rio trazia como objetivo a solução para o problema de segurança pública do Estado e prometia renovar as polícias. Porém, após esses eventos citados, novamente ocorre uma chacina em Nova Brasília, dessa vez em com 12 mortos advindos de uma operação realizada pelas polícias militar e civil. Esse caso ficou marcado por ter sido levado a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo um exemplo sobre letalidade policial promovida pelo Estado.

No ano de 1997⁴, o Rio de Janeiro ficou marcado pela visita do Papa João Paulo II. Para montar um esquema de proteção para o líder católico, o Rio de Janeiro teve a disposição a presença das Forças Armadas nas ruas da cidade. Além de ocupar as ruas, também houve a ocupação feita pela polícia de algumas favelas próximas da onde o Papa iria se hospedar.

A principal concentração do exército se deu no morro do Turano, ocupando também as regiões da Raia, Matinha, Rodo, 117, Sumaré, Chacrinha e Chinelinho. O Batalhão de Operações Especiais ficou responsável por fazer incursões dentro dessas comunidades, juntamente com policiais do 1º (centro) e 6º (Tijuca) Batalhão de Polícia Militar.

³A definição de acontecimentos emblemáticos nesse caso se trata de operações ou acontecimentos onde houve o uso excessivo da força ou até mesmo a intervenção das forças armadas, ocasionando mortes ou deixando pessoas feridas, deixando uma marca profunda na história do Rio de Janeiro.

⁴ As informações do ano de 1997 até o ano de 2015 tem como fonte o site <https://dw.com/pt-br/exercito-no-rio-25-anos-de-fracassos/a-42750301>

Um caso marcante do ano de 1998 foi a chamada Chacina do Maracanã. Quatro jovens foram mortos dentro de um carro atingido por mais de 45 tiros efetuados por polícias militares que faziam segurança em uma casa de eventos, após uma discussão entre as partes. Esse caso também ganhou repercussão internacional, porém nunca houve a responsabilização legal dos policiais que cometem esse crime.

No ano de 2002, período de eleições, após Anthony Garotinho renunciar ao governo para concorrer à presidência, a então vice governadora Benedita da Silva assumiu o posto de chefia do Estado do Rio de Janeiro. Esse era um momento onde o estado vivia uma guerra entre facções rivais que se intensificava cada vez mais. Por esse fator, Benedita pediu auxílio do governo federal para que enviasse tropas das forças armadas para ajudar na segurança do estado.

O que foi observado ao longo desse trajeto é que as operações realizadas pelos mais de 11 mil soldados enviados ao Rio, e as medidas tomadas pelo governo federal, seguiam os mesmos moldes da Operação Rio, fazendo com que se repetisse os mesmos tipos de estratégia, sem evidenciar nenhuma melhora significativa na segurança pública do Rio.

No ano de 2003, já durante o governo estadual de Rosinha Garotinho, o exército voltou às ruas do Rio de Janeiro para ocupá-las durante o período de carnaval. O objetivo dessa ocupação era pra frear alguns índices de criminalidade que estavam crescendo de forma forte no Rio. Porém o que se viu foi ao contrário. Durante o feriado de carnaval foram registrados 70 homicídios, 11 a mais que no ano de 2002. Além dessa crescente nos índices de homicídios, o índice de roubo a ônibus também aumentou, registrando praticamente o dobro comparado ao ano de 2002.

Mesmo com esses dados, a governadora ainda fez o pedido para que o exército continuasse nas ruas do Rio de Janeiro por um período extra de 30 dias. O então secretário de segurança, Josias Quintal, concedeu uma entrevista que contrasta com os dados, dizendo que a sensação de segurança da população durante o carnaval havia aumentando com a presença do exército nas ruas. O pedido acabou sendo negado.

Nesse mesmo ano o professor de inglês Frederico Branco foi morto a tiros por militares brigadistas após furar uma blitz acreditando que esta era falsa e tinha sido organizada por criminosos. Esse caso foi arquivado pelo Exército, não mostrando nenhum culpado de fato pela morte, e sendo minimizado pelo ministro da Casa Civil, que alegou que essa fatalidade poderia ocorrer em qualquer blitz policial.

Em março de 2006, último ano de governo de Rosinha garotinho, um caso que ficou marcado no Rio de Janeiro foi o roubo de armas a um quartel do Exército. A principal suspeita

é de envolvimento de ex-militares das Forças Armadas, o que teria facilitado para o crime pudesse acontecer, juntamente com a negligência e serviço de outros militares que estavam presentes no dia.

No mesmo dia do roubo, na parte da noite, 300 militares foram deslocados para o Complexo do Alemão, sendo o primeiro lugar onde se iniciariam as procurações do Exército. Nessa operação também estavam disponíveis a Polícia Militar e o BOPE, para auxílio das Forças Armadas. Além disso, o Exército Brasileiro mobilizou cerca de 1,5 mil militares para fazer um cerco em 11 favelas do Rio de Janeiro, com ocupações e operações, a fim de descobrir a localização do armamento roubado, em um movimento que teve duração de duas semanas.

Essas ações do Exército ficaram marcadas por intensos e frequentes nas favelas em que as incursões aconteciam. Ficou marcado a morte de um jovem de 16 anos no Morro do Pinto durante operação do Exército, juntamente com quatro feridos, dentre eles um bebê, durante operações no morro da Providência.

O destaque desse caso é que após uma série de ocupações e incursões pelas favelas do Rio de Janeiro, o Exército confirmou que não sabia o paradeiro exato dos armamentos que foram levados do quartel. No dia 13 de março de 2006, o Exército desocupou as favelas em que aconteciam as operações, focando em uma estratégia que priorizasse mais a inteligência para agir de forma certa e pontual. A favela da Rocinha foi escolhida para procurações e ocupação, acontecendo confrontos armados intensos. Após denúncia anônima, os militares conseguiram encontrar o armamento numa localização conhecida como Esqueleto, em São Conrado. Esse caso ficou marcado também por ser amplamente criticado por setores progressistas, mas por ter contado com o apoio da população fluminense.

1.2.1 – O SURGIMENTO DAS UPPs

Após esses históricos serem revisitados, adentraremos mais um marco histórico para a segurança pública do Rio de Janeiro durante o governo de Sérgio Cabral, que marcavam uma mudança nessa política. As Unidades de Polícia Pacificadora⁵ – UPP - veio como um programa que prometia dar uma solução final para o problema da segurança pública no Rio, criando uma polícia comunitária, que serviria como principal base para desarticular os

⁵ A UPP foi idealizada e criada em meados de 2008 por José Mariano Beltrame, que ocupou o cargo máximo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro de 2007 até 2016, participando dos governos de Sérgio Cabral Filho e Luiz Fernando Pezão.

comandos das organizações criminosas de dentro das favelas e periferias do estado. Esta teria como promessa a aproximação dos cidadãos que ocupam os territórios de favelas, abrindo passagem para os serviços públicos do Estado poderem integrar essas regiões. A promessa de pacificação das comunidades foi a principal bandeira levantada para a implementação da UPP.

As três primeiras favelas a receber a UPP foram Dona Marta, Cidade de Deus e Batan. O fato curioso sobre estas, é que elas não estavam incluídas em um plano de receber as UPPs, e suas ocupações acabaram acontecendo por acaso e por motivos distintos.

A Dona Marta partiu de uma ocupação realizada pela Polícia Militar após uma visitação do governador Cabral a uma creche na favela. No caso da Cidade de Deus, a ocupação partiu após uma operação iniciada pelo 18º BPM, de forma independente do programa da UPP. E no Batan, ocorreu após uma operação da polícia por conta de um caso de sequestro de jornalistas. Podemos afirmar que as primeiras UPPs ficaram “profundamente marcadas pela experimentação” (COUTO: 2016), tendo em vista que seu começo não seguiu qualquer tipo de planejamento feito anteriormente.

Portanto, a primeira favela a ser teoricamente “pacificada” foi a do Santa Marta. A entrada da polícia nesse espaço contou com intensos tiroteios, porém, ao final de tudo, foi concluída como a primeira ocupação feita pela UPP. Após esse caso, 38 unidades de polícia pacificadora se espalharam por diversas favelas do Rio de Janeiro ao longo dos anos.

O projeto de "pacificação" do governo do Estado, que então finalmente recebeu o nome de Unidade de Polícia Pacificadora, avançou territorialmente, tendo como regulamentação legal a escassa normatização jurídica citada. Ainda no ano de 2009 foram inauguradas as UPPs: Babilônia/Chapéu Mangueira (junho) e Pavão-Pavãozinho/Cantagalo (dezembro). E em 2010, foram inauguradas as UPPs: Tabajaras/Cabritos (janeiro), Providência (abril), Borel (junho), Formiga (julho), Andaraí (julho), Salgueiro (setembro), Turano (outubro) e Macacos (novembro). (COUTO: 2016; 47)

O decreto que detalhava mais o projeto da UPP só foi ser exposto após dois anos da primeira unidade ser instalada. Isto é, apenas quando a 14ª unidade inaugurou, houve uma maior explanação do que seria a ideia principal da UPP, que teria como principal foco, a priori, o controle armado do território, e não exclusivamente no tráfico de drogas. O objetivo seria o combate ao domínio do territorial imposto pelos traficantes fortemente armados. (COUTO: 2016)

No art. 1º do decreto nº 42.787 de 6 de janeiro de 2011 da UPP é que consta um pouco mais explanado quais são seus objetivos primários. Esse decreto cita policiamento de proximidade, controle estatal sobre as comunidade e promessa de levar paz e tranquilidade

para a população local. Instituições que já atuavam nas favelas do Rio de Janeiro, antes do programa das UPPs, questionaram a intervenção, pelo fato da polícia militar se mostrar como autor que solucionará problemas deixados pelo Estado, sendo a própria polícia uma ferramenta de repressão do Estado, que incorpora em seu *modus operandi* a alta brutalidade e letalidade.

O que fica exposto então é o fato da UPP operar num caráter civilizatório. A presença da polícia nas favelas e as cartilhas apresentadas aos moradores mostram que estes não eram vistos como cidadãos, não sabiam quais eram seus direitos e nem seus deveres, e a presença da polícia seria a forma ideal para que esses valores pudessem ser levados para dentro desses territórios, modificando a forma das pessoas lidarem com as interações sociais e com a vida cidadã num geral.

Como aponta Carvalho (2018), os moradores da favela são obrigados a viver em um controle policial, onde não existem opções nem questionamentos sobre as atitudes tomadas, gerando um cerceamento do ir e vir dentro da própria favela.

O controle das "classes perigosas" se atualiza com novos e sofisticados recursos, mas, ao fim e ao cabo, repete a lógica do disciplinamento dos moradores. Aqueles que não estão de acordo com o novo sistema vigente são coniventes com o tráfico e a favor dele. A possibilidade que o Estado denomina de "proteção" e de "controle da paz" é a vigilância continuada ou spray de pimenta para aqueles que não seguirem as novas diretrizes (...) Portanto, faz-se necessário o controle desses grupos (que não consegue diferenciar o certo do errado) pela organização de seu cotidiano e de suas práticas de sociabilidade, ensinando-lhes a melhor maneira de se comportar em sociedade (CARVALHO: 2018, 107-108)

O legado deixado pela "pacificação" foi que o sujeito pobre passou a ser controlado pelo uso da militarização como forma de disciplinar os corpos nas periferias. As UPPs de fato representam uma inflexão da segurança pública no Rio de Janeiro, mas ainda sim utilizam da "guerra" como principal fonte para gerenciar os conflitos sociais nas áreas das favelas. Isso traz uma nova configuração das posições de legitimidade e modificações nas dinâmicas sociais dos territórios onde há presença da UPP.

Ao se criar uma alcunha de propaganda para uma ideia diferenciada no campo das políticas públicas, carimbando o modelo como Unidade de Polícia Pacificadora, busca-se reforçar a ideia de outra atuação. Contudo, a ideia da "guerra" e a propaganda política do programa delineia-se de forma presente. Não é por menos que, ao chegar às favelas que recebem as UPPs, a polícia trata imediatamente de colocar a bandeira como marca de controle territorial. Isso porque os territórios em questão não são vistos como dos moradores, e sim como um território inimigo tomado pelo poder dos criminosos. Desta forma, também se reforça a concepção de guerra e se estimulam os conflitos constantes dos grupos criminosos, ao buscarem reocupar e controlar novamente tais territórios. Um conjunto de políticas públicas

fica, nesse sentido, submerso e não aparece na ação do Estado (ou aparece de forma tímida e secundária), reforçando a ação policial como a questão central. Por sua vez, tal prática não busca criar instrumentos de redução progressiva do uso da arma e da quantidade de efetivos para sustentar tais ocupações. Isso torna o projeto frágil e com prazo de validade, pois tais espaços da cidade continuam vivendo com o risco dos conflitos armados, o que causa o temor permanente no conjunto dos moradores. (FRANCO: 2018; 47)

Essa passagem nos faz entender que uma das principais bases do projeto da UPP gira entorno dos conflitos armados, sem algum projeto para que diminuição do uso de armas seja algo palpável. As UPP, mesmo tentando dar esse contorno social, trazendo a ideia de aproximação com os moradores de favelas, violou direitos fundamentais que são pertencentes a esses moradores. Não é difícil encontrar relatos de invasões domiciliares, proibição da utilização do espaço público, revistas vexatórias entre outros problemas que afirmam a oposição das ideias apresentadas no início desse projeto.

Buscando um espaço de conexão e proximidade com os moradores das favelas, o programa das UPPs trouxe a criação de um canal onde isso pudesse acontecer de forma mais organizada, teoricamente. Com isso, a intenção da UPP Social seria criar um espaço de diálogo permanente e de escuta ativa entre os policiais e os moradores, a fim de inserir novas dinâmicas sociais dentro da legalidade, fazendo uma espécie de "transição para uma regulação da vida social baseada na cidadania e na legalidade" (ROCHA: ANO; 230). Logo no início dos programas essas reuniões deixaram de ser mensais e passaram a funcionar de acordo com as dinâmicas que eram apresentadas de acordo com as especificidades de cada território que a UPP estava inserida. Sendo assim, o programa se ancorou em outras secretarias e órgãos governamentais que já faziam esse tipo de serviço.

A expansão das UPPs trouxe à tona uma característica que estava ligado aos megaeventos internacionais que viriam a ocorrer. Os bairros escolhidos para receber as UPPs contavam com forte poder aquisitivo. Diversos estudiosos da área indicam que as favelas escolhidas para abrigar as UPPs em seu início estavam situadas em lugares estratégicos em relação a proximidade de onde ocorreriam os megaeventos de 2014 e 2016. As UPPs focavam na zona sul, central e norte, tendo a zona oeste recebido apenas depois.

A mudança na tendência inicial começou a acontecer em 2012. Após três anos de uma UPP que mostrou um caráter mais experimental, o avanço em favelas geograficamente mais densas e com mais moradores foram acontecendo. Ainda assim vale levar em consideração que as UPPs foram instaladas em regiões onde havia uma maior atuação do setor imobiliário e, como dito anteriormente, que fizessem um sentido com os megaeventos internacionais que viriam a acontecer no Rio de Janeiro.

O aumento de casos noticiados nos veículos de comunicação que abordavam os abusos de policiais das UPPs, os casos de desaparecimentos nas favelas, os intensos tiroteios que ocorriam, contrapunha a versão de que esse programa estaria sendo um sucesso e que estava consolidado de fato.

A queda nos números de homicídios foi vista antes mesmo da entrada das UPP, onde a cidade vinha apresentando uma diminuição desde 2007. O Sistema Integrado de Metas⁶ (SIM), mostrou-se como provavelmente um dos principais causadores da redução dos índices de criminalidade.

A partir da discussão acerca da pacificação e seu impacto como política pública de segurança, observamos uma queda mais acentuada nos índices de letalidade, principalmente em 2010, quando foi implantado o Sistema Integrado de Metas (SIM). Isso sugere a possibilidade de controle da ação policial por parte da Secretaria de Segurança, enfraquecendo a tese de que as UPPs teriam sido a principal causa para a redução nos principais índices de criminalidade. (MISSE: 2014; 675)

A entrada das polícias nas favelas altera a dinâmica tanto cultural e social, como de regras pré estabelecidas para o território. Isso faz com que a presença do que o autor chama de "crimes pouco visíveis", aumente, enquanto os crimes que apresentam forte violência acabam por diminuir. Dessa forma, Misce (2014) sugere, a partir dos números, que a UPP acaba sendo um projeto que protege a população da própria polícia, de certa forma.

Se a ocupação policial é o primeiro passo para a construção da "paz", a consolidação desta condição depende da transformação dos padrões de sociabilidade dos moradores de favelas, acostumados com os anos de domínio territorial dos traficantes. O Estado impõe supostamente uma nova ordem, utilizando-se do seu poder coercitivo para retomar o monopólio da força, mas depois necessita de atores outros que não a polícia (órgãos públicos ligados à tríade educação-saúde-assistência, bem como parceiros da iniciativa privada, apenas para citar exemplos), para difundir os padrões morais dominantes, ou seja, para sustentar sua "hegemonia" (...) Em outras palavras, a "integração" proposta no projeto de "pacificação" das UPPs significava eliminar não apenas o controle territorial de grupos criminosos armados, mas inclusive quaisquer tipos de comportamento que divergissem daquele considerado normal porque constituído nas áreas "formais" da cidade – como se houvesse homogeneidade nesses espaços. A "integração" estaria completa quando finalmente se alcançasse a homogeneização dos usos e apropriações culturais do espaço na cidade. (COUTO: 2018; 110-111)

A UPP é um programa que flertou com duas lógicas, a da guerra e a dos direitos humanos. Apesar de demonstrar alguma inovação, também foi possível observar elementos de

⁶Criado em 2009, o Sistema Integrado de Metas é um modelo de gestão por desempenho, desenvolvido pela Seseg por meio da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional (SSPIO). Tem como principal objetivo desencadear ações integradas de prevenção e controle qualificado do crime e estabelecer as metas para a redução da incidência dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade (IEC).

continuidade antes vistos nos programas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Mesmo que a UPP tenha sido o principal motivo de uma reeleição de Cabral, vários casos diferentes foram desmontando a imagem de sucesso que as UPPs pareciam ter, mostrando ainda mais suas fragilidades e a crise que esse modelo de segurança pública iria enfrentar.

1.2.2 – CONFLITOS COM UPPs EM ATIVIDADE

Aqui vale destacar algumas operações que marcaram fortemente o período de introdução das UPP nas favelas do Rio de Janeiro e se tornaram emblemáticas quando o assunto é segurança pública.

No dia 26 de novembro de 2010 o Complexo do Alemão, juntamente com a Vila do Cruzeiro, passou por intensas operações que contaram posteriormente com a chegada da UPP. Após uma série de ataques praticados por facções criminosas contra a polícia, em forma de represália pelo projeto de segurança pública que pautava no momento, somando o fato de vários traficantes se abrigarem no Complexo do Alemão após as entradas da UPP, foram a razão dada para que a incursão acontecesse nesse território.

Ao todo a operação contou com mais de 2.800 polícias militares, civis e federais, além da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Com um total de 37 blindados e tiroteios intensos que duraram três dias de forma praticamente intermitente, a Rede Globo exibia desde o primeiro horário da manhã, durante o telejornal “Bom Dia Brasil” a situação que ocorria no local.

Essa transmissão ao vivo, produzida e amplificada em extremo, mostrou a fuga de traficantes pelas estradas e matas na parte alta do Complexo do Alemão e virou um símbolo da implementação das UPP, mostrando o que seria a força do Estado. A megaoperação acabou com 37 pessoas mortas e mais de 123 pessoas detidas consideradas como suspeitas. As tropas das Forças Armadas permaneceram por mais de um ano dentro do Complexo. Após isso foi inaugurada uma UPP no local. Cabe dizer que mesmo após, ainda foi registrado tiroteios na região, afetando drasticamente os serviços locais, como o comércio e as escolas.

Um destaque que vale ser feito sobre esse acontecimento é que o Rio de Janeiro já estava sendo observado pelo mundo, pois já era concreta a sua participação para receber a final da Copa do Mundo de 2014 e também os Jogos Olímpicos de 2016. Os megaeventos também foram fatores que influenciaram a tomada de decisões na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Após dois anos da pacificação prometida, era possível perceber a deterioração do programa das UPP.

No ano de 2011 foi a vez da favela da Rocinha passar por uma megaoperação para implementação do que seria a 19^a UPP da cidade do Rio. Essa operação contou com cerca de 3000 policiais e foi iniciada as 4h da manhã do dia 13 de novembro. Contou com a ajuda de 6 blindados da Polícia Militar, 18 blindados da Marinha, 3 helicópteros da Polícia Militar e 4 da Polícia Civil. O marcante e ao mesmo tempo curioso dessa ocupação é que ela aconteceu sem confronto entre policiais e traficantes. Porém desde as primeiras operações pré UPP na Rocinha, partindo do dia primeiro de novembro, foram mortas 8 pessoas, incluindo um policial militar e três policiais civis.

Entre 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015, as Forças Armadas se mantiveram presentes dentro do Complexo da Maré, para dar início a mais uma implementação de UPP no Rio. Mesmo trazendo como objetivo a pacificação, isso nunca aconteceu, e essa ocupação também ficou caracterizada pelo alto gasto que totalizou 529 milhões de reais a fim de fazer a manutenção das tropas.

Essa ocupação também ficou marcada pela grande quantidade de relatos de tiroteios que aconteciam com frequência, várias vezes ao dia, a qualquer momento. Essa situação levou a uma modificação grande no dia a dia dos moradores da Maré, não sendo difícil encontrar relatos de insegurança com a presença das Forças Armadas, como abusos de autoridade que ocorria contra os moradores. Como um exemplo de dados, segundo a Redes da Maré, essa ocupação contou com mais de 4000 domicílios invadidos pelas Forças Armadas.

No geral, o programa das UPP que foi trazido como uma solução para levar o Estado para dentro das favelas, se mostrou ineficiente e não trouxe os resultados esperados. A UPP ficou marcada pelo controle exercido sobre os moradores de favela, a limitação de direitos básicos garantidos pela constituição, contando com denúncias de busca e apreensão no interior de casas sem mandado judicial, a implementação de toque de recolher, como também a proibição de eventos em áreas públicas das favelas. Além disso, muitas denúncias feitas eram sobre as revistas vexatórias feitas sem nenhuma indicação de delito.

Alguns casos de abuso, torturas, desaparecimento de pessoas e mortes ficaram marcados ao longo dos anos de UPP nas favelas. Como exemplo há o caso da Cláudia Silva Ferreira, que teve seu corpo arrastado por quilômetros presa a uma viatura policial no Morro do Congonhas. Outro caso muito emblemático foi o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, na Rocinha, após policiais o levarem para a sede da UPP na favela. O corpo de Amarildo nunca foi encontrado, apesar de os responsáveis do dia terem sido condenados. Cabe salientar que esses policiais ainda executam tarefas e seguem trabalhando normalmente para na Polícia Militar.

A morte do dançarino Douglas Rafael da Silva, conhecido como DG, também marcou negativamente a presença das UPP nas áreas de favelas. A morte de DG fez com que moradores da comunidade Pavão-Pavãozinho iniciassem uma manifestação exigindo a saída da UPP da favela, e fazendo denúncias sobre a violência policial no tratamento com os moradores e também a existência de milícias paramilitares nas favelas. Esse é um exemplo das grandes controvérsias que a UPP trouxe para as favelas e para os moradores que nela habitam.

1.2.3 – A INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO

A intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro aconteceu no ano de 2018, tendo início no dia 16 de fevereiro, com previsão de término para o dia 31 de dezembro de 2018, aprovada pelo então Presidente da República, Michel Temer. Esta foi a primeira vez que a medida de intervenção foi tomada desde a Constituição de 1988 e teve como interventor o General do Exército, Walter Souza Braga Netto, que ficou responsável pelo comando da Polícia Militar, Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, além da Secretaria de Administração Penitenciária. A intervenção surgiu com o objetivo de colocar um fim no que denominaram de “grave comprometimento” da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro.

Esse processo de intervenção no estado mostra um momento de ruptura do programa de segurança pública antes oferecido. Na realidade, a intervenção sinaliza para o esgotamento que o projeto das UPPs passou, marcando o seu eminente fim. No entanto, a saída de um para o outro não caracterizou grande mudança na lógica de lidar com o problema da segurança, muito pelo contrário. A intervenção militar foi fator afirmativo para mostrar a radicalização da lógica da militarização como principal fonte para o Rio lidar com a segurança pública.

No caso brasileiro, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, o novo urbanismo militar vem se traduzindo na militarização da questão urbana, no recurso constante ao poder de matar (direto e indireto, como nos ensina Foucault), na torção da legalidade e na prática usual de ilegalismos contra os figurados como “inimigos”, na criminalização dos movimentos de protestos e no refinamento e expansão das técnicas de vigilância e de controle social e espacial. Trata-se de um ponto de virada: na vida cotidiana e no arcabouço institucional-legal pretensamente democrático que preside a sociedade brasileira. (LEITE, FARIAS: 2018; 244)

O investimento feito na intervenção não produziu mudanças significativas no que diz respeito à segurança pública do Rio de Janeiro. Durante esse período houve aumento no

número de mortes violentas, permanecendo no mesmo patamar de anos anteriores. Houve também aumento de violência de agentes do Estado, além de elevados número de chacinas. É certo dizer que o aumento no número de tiroteios por conta de inúmeras operações gerou forte impacto em áreas de periferias e favelas.

A intervenção militar ficou marcada pelo alto valor de cada operação e contou com uma alta injeção monetária R\$1,2 bilhão de reais. Durante o ano de intervenção não houve aprimoramento da estrutura das polícias, exceto quando se trata da compra de equipamentos. O relatório do Observatório da Intervenção enfatiza que não aconteceram investimentos consideráveis para combater grupos milicianos e corrupção policial. (Relatório Intervenção Federal, Observatório da Intervenção. CESeC. 2019)

No período da intervenção, 6.041 pessoas morreram de forma violenta. Este número, comparado ao ano de 2017, tem uma redução de 1,7%. Mas é importante notar que, nas regiões do interior do Estado houve um aumento de 15,8% nas mortes violentas comparado ao ano de 2017, tendo um total de 1.648 mortes em ano de intervenção. Policiais e militares foram responsáveis por 22,7% das mortes violentas que aconteceram no Rio de Janeiro durante o período de intervenção militar. (Relatório Intervenção Federal, Observatório da Intervenção. CESeC. 2019)

De fevereiro a dezembro de 2018, houveram 1.375 mortes por intervenção de agentes do Estado. Ganham destaque as regiões do Interior do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense que, respectivamente, aumentaram em 60,8% e 82,6% dentro deste indicador, sendo responsáveis por quase metade de todas as mortes por agentes do Estado durante o período de intervenção, totalizando 48,9%. O Observatório da Intervenção também contabilizou 99 agentes mortos e outros 140 feridos. A Polícia Militar teve 75,7% de vítimas dentro do número total, seguido das Forças Armadas e Polícia Civil, com 11,1% e 5% respectivamente. Durante os 10 meses de intervenção no Estado do Rio, o Observatório notou o total de 711 operações e 221 ações de patrulhamento que impactaram 296 locais do Rio de Janeiro, em especial favelas da capital. (Relatório Intervenção Federal, Observatório da Intervenção. CESeC. 2019)

O período da intervenção contou com um foco direcionado para a propriedade privada, em especial os esforços contra o crime de roubo de carga e crimes contra o patrimônio. De acordo com o relatório do Observatório da Intervenção, o Rio de Janeiro conta com uma média de mais de seis mil homicídios por ano, e a intervenção não tomou como prioridade o combate a crimes contra a vida. A intervenção intensificou os confrontos armados no Rio de Janeiro, com a realização de diversas megaoperações, com a presença de milhares de agentes

e que muitas vezes duravam dias, fazendo uma ruptura nas atividades cotidianas das pessoas que habitavam as regiões de confronto. Vila Kennedy se torna exemplo, por ser considerada o “laboratório da intervenção”, sendo ocupada pelas forças de segurança nos primeiros meses, e acabando o ano de 2018 com um aumento de 17% nos casos de homicídios dolosos em relação a 2017. Comparado ao ano de 2017, o ano de intervenção federal contou com o recorde histórico de mortes por agentes do Estado, com um total de 1.532, tendo um aumento de 36%. (Relatório Intervenção Federal, Observatório da Intervenção. CESeC. 2019)

Como já é sabido, a intervenção do Rio de Janeiro teve um recurso financeiro autorizado de R\$ 1,2 bilhão, porém o gabinete responsável executou apenas 10% desse valor. É importante pontuar que durante este período, as Forças Armadas foram as que mais receberam dinheiro, totalizando R\$ 96 milhões. As forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro, necessitadas de melhor infraestrutura e modernização, não receberam os valores previstos no planejamento orçamentário. Ao fim da intervenção, apenas 121 milhões, dos 1,2 bilhão foram pagos. O orçamento federal do ano de 2019 ficou com uma dívida de mais de 1 bilhão a ser quitada.

É necessário passar, mesmo que rapidamente, por um momento extremamente simbólico e marcante para a história política do Rio de Janeiro. O assassinato de Marielle Franco, vereadora do PSOL, e de seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, gerou um grande impacto na história recente do Brasil, considerado um dos mais emblemáticos crimes políticos do país. Marielle se destacava por sua defesa dos direitos humanos, da periferia e na denúncia da violência policial, além da atuação das milícias no Rio. Sua morte de Marielle expôs toda a fragilidade da segurança pública fluminense, ao mesmo tempo que revelou uma grande ligação do crime organizado com setores do poder políticos.

Esse crime ocorreu durante a intervenção federal de 2018, onde as forças armadas comandavam a segurança do Rio de Janeiro. O contexto do momento era um recrudescimento da repressão estatal, ao mesmo tempo em que a milícia, grupo denunciado abertamente por Marielle, se fortalecia.

As investigações contaram com uma série de obstáculos, como manipulação de provas, roubo de imagens de câmera de segurança. Apenas em março de 2019 foram presos Ronnie Lessa, ex-policial militar e atirador de elite, e Élcio de Queiroz, ex-policial militar expulso da corporação. Ambos foram acusados como executores do crime, porém os mandantes ainda continuavam desconhecidos. As investigações chegaram a um grupo vinculado a milícia denominado “Escritório do crime”, onde a figura central do esquema era

Adriano da Nóbrega, um ex-capitão do BOPE. Adriano foi morto, em circunstâncias suspeitas, no 2020 pela polícia da Bahia.

Outro fator importante, foi a conexão dos suspeitos com o clã Bolsonaro. Ronnie Lessa, por exemplo, era associado a imóveis no mesmo condomínio onde o ex-presidente Jair Bolsonaro residia. Os familiares de Adriano de Nóbrega eram empregados no gabinete de Flávio Bolsonaro, que no momento era deputado estadual.

Esses tipos de conexões levantaram questionamentos para entender até que ponto a milícia estava integrando as forças de segurança do Rio de Janeiro. Apesar de não haver comprovação do envolvimento direto de Jair Bolsonaro e sua família, essas informações foram potentes para gerar grande polêmica e repercussão, expondo mais profundamente a política brasileira.

O que chama atenção é o fato desse crime ter ocorrido em um momento de ascensão da Nova Direita, onde a base de seu discurso lidava exatamente com a criminalização de movimentos sociais e uma segurança pública mais repressiva. Essa ascensão, junto com a eleição de Bolsonaro em 2018, deu força para esses tipos de discurso, sendo possível observar diversas vezes a disputa política existente na morte da Marielle. Foram momentos onde setores conservadores usaram de narrativas para deslegitimar a trajetória da vereadora, tanto quanto minimizar a gravidade do crime cometido.

Nos últimos anos, as investigações avançaram de forma significativa. Élcio Queiroz, após delação premiada, confirmou que Ronnie Lessa foi autor dos disparos. Além disso, a delação conseguiu chegar até os irmãos Domingos Brazão, ex-deputado estadual e conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado e Chiquinho Brazão, deputado federal pelo União Brasil, apontados como mandantes da execução. O motivo seria um esquema de grilagem de terras na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde os irmãos tinham interesse econômico e Marielle seria um empecilho para eles. As investigações continuam em andamento.

Esse caso, como dito anteriormente, serviu para mostrar a extrema fragilidade das instituições brasileiras no combate ao crime organizado e à violência política, principalmente no Rio de Janeiro. Após cinco anos, o crime ainda não foi completamente solucionado, mostrando que esse também é um reflexo na relação problemática entre crime organizado, forças de segurança e setores políticos.

Torna-se muito difícil apontar a intervenção como um projeto de sucesso, levando em conta que houve aumento nos registros de tiroteios, tanto quanto o número de pessoas mortas por agentes policiais e pela falta de priorização a vida. Somado a isso, não houve investimento

em melhorias necessárias na estrutura das polícias estaduais, como em tecnologias e melhor qualidade de trabalho dos agentes, priorizando o confronto direto e seguindo o mesmo caminho de escolhas errôneas que fazem parte da história da segurança pública do Rio de Janeiro.

1.3 - A ADPF 635

Com a manutenção histórica de uma segurança pública de confronto, esse tema tão efervescente no Rio de Janeiro virou uma ação jurídica chamada ADPF⁷ e tramitou no Supremo Tribunal Federal, durante o governo de Wilson Witzel, para discutir profundamente os caminhos que o Rio poderia tomar para solucionar problemas advindos das operações policiais. Nessa parte será importante trazer o significado da ADPF 635⁸ para o Estado do Rio e os resultados que esta ADPF trouxe para a segurança, mostrando o que foi cumprido ou não ao longo dessa ação jurídica que ainda tramita no STF. Desta forma poderemos, juntamente com a retrospectiva feita anteriormente, ter uma noção de como está a segurança pública no momento atual do estado fluminense.

Saltar do período da intervenção de 2018 para a ADPF 635 faz-se necessário para a continuação desse debate, pelo fato de ser a primeira vez na história do Rio de Janeiro em que o poder jurídico intervém na segurança pública, por entender que os rumos tomados pelo governo do estado não estavam adequados, resultando em tragédias e um alto número de letalidade. Vale dizer que a ADPF 635 e a intervenção feita pelo STF só aconteceu pelo fato da pandemia da COVID-19 estar acontecendo, fazendo com que a maioria das pessoas estivesse em suas residências durante esse momento. Independente disso, discutir a ADPF 635 se mostrou muito importante para voltar às atenções para os resultados desastrosos que a política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro estava provocando na população, principalmente para os moradores de favelas e periferias.

Esta ADPF foi protocolada no dia 20 de novembro de 2019 pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB, tendo como relator o ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, e questiona diretamente a redução de letalidade advinda das operações policiais ocorridas nas

⁷ ADPF significa Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e está prevista em forma de lei, no artigo 102, § 1º, da Constituição Federal de 1988. Uma ADPF é invocada quando há um déficit dos Poderes Públicos com uma parte da população impedindo que haja o cumprimento dos direitos básicos que a Constituição Brasileira assegura para todos.

⁸ ADPF 635, também conhecida como ADPF das Favelas, é uma ação jurídica debatida no Supremo Tribunal Federal que diz respeito diretamente as incursões policiais no Estado do Rio de Janeiro, como também do alto número de letalidade advinda dessas operações.

favelas do Rio de Janeiro. O requerimento do recurso feito pelo PSB, com petição subscrita pela Defensoria Pública do Estado, tem a participação de mais de trinta advogados, além de entidades da sociedade civil. Essas entidades, ao adentrarem o debate da ADPF, são conhecidas como *amicus curiae*. Na tradução do latim, significa um “amigo da corte”, e tem como objetivo fornecer maior base para tratar dessas questões de grande relevância.

Estas operações contam com diversos relatos de violação dos direitos da população presente neste território, indo contra o que é assegurado frente à Constituição para cada cidadão. Desta forma, a presente ADPF 635 traz a luz a necessidade de se pensar em um novo *modus operandi* nas operações policiais para melhoria do esquema de segurança pública do Estado de Rio de Janeiro, procurando que algumas demandas, tanto nas ações como no planejamento e estratégias policias, sejam modificadas e atendidas a fim de proteger a vida.

O teor exposto da ADPF 635 evidencia que a polícia do Estado do Rio de Janeiro vem falhando ao tentar promover algum tipo de política pública que preze pela vida, reduzindo a letalidade em operações. O texto diz que há uma repetição de violações, igualmente feita em momentos anteriores, podendo se intensificar durante o período da pandemia, uma vez que a maior parte dos moradores estará em suas casas.

Este documento entende que há "graves lesões a preceitos fundamentais da Constituição" praticadas diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito a sua política de segurança pública, também visando questionar os movimentos do governo em relação a este debate. Em resumo, entende-se que a política de segurança pública do Rio de Janeiro estimula a letalidade, ignora o direito à vida e cria uma guerra contra "um inimigo a ser exterminado", não havendo um planejamento para que aconteça uma redução nesses índices de letalidade e sem investir no aperfeiçoamento de treinamentos policiais e melhores condições de trabalho.

Além de todos os fatores citados, a população negra, grande maioria nas favelas do Rio, ainda tem que conviver diariamente com as trocas de tiros, balas perdidas e incursão policial, sentindo diretamente os efeitos colaterais do projeto de segurança destinado a estas localidades. A violência se faz como produtora de efeitos danosos para a saúde mental comprometendo o crescimento e aprendizado de crianças e adolescentes.

O ministro Fachin analisou a ADPF já em momento de pandemia, o que provavelmente produziu um efeito/atenção maior na situação analisada. Em 05/06/2020 o relator, Ministro Edson Fachin deferiu a medida cautelar no contexto pandêmico da COVID 19 nos seguintes termos:

Ante o exposto, defiro a medida cautelar incidental pleiteada, ad referendum do Tribunal, para determinar: (i) que, sob pena de responsabilização civil e criminal, não se realizem operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a epidemia do COVID-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – responsável pelo controle externo da atividade policial; e (ii) que, nos casos extraordinários de realização dessas operações durante a pandemia, sejam adotados cuidados excepcionais, devidamente identificados por escrito pela autoridade competente, para não colocar em risco ainda maior população, a prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de atividades de ajuda humanitária. (FACHIN: 2020; 26)

Esta decisão foi referendada pelo Tribunal em 05/08/2020 e pelo Pleno do STF em 18/08/2020, neste último com alguns pontos indeferidos. O Tribunal concedeu ainda no prazo máximo de noventa dias para que o Estado do Rio de Janeiro elabore “(...) um plano visando à redução da letalidade policial e ao controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança fluminenses, que contenha medidas objetivas, cronogramas específicos e a previsão dos recursos necessários para a sua implementação.” (ADPF 635, 2020). Além disso, mediante diversas petições e o marcante caso no Jacarezinho, que será abordado mais a frente, o STF solicitou uma investigação feita pelo Ministério Pùblico Federal, para que apure possíveis descumprimentos de decisão tomada pelo Tribunal.

O documento faz orientações sobre atitudes que devem ser tomadas para tornar mais segura à vida da população, em caso de excepcional realização de operações nas favelas do Rio de Janeiro. Dentre essas determinações está presente, além da formulação de um plano de redução de letalidade policial e de controle de violações de direitos humanos, a restrição de uso de helicóptero como plataforma de tiro (art. 2º do Decreto Estadual n. 27.795/2001), detalhadamente preciso a partir de expedições de ordens de busca e apreensão, equipes médicas e ambulâncias nas operações policiais (Lei Estadual n. 7.385/2016), equipamentos de gps, áudio e vídeo em viaturas e acessórios policiais. (Lei Estadual n.5443/2009), entre outras determinações (ADPF 635, pag.9, 2020)

Nesta ADPF ressalta-se que o uso da força “só é legítimo se for comprovadamente necessário para proteção de um bem relevante, como a vida e o patrimônio de outras pessoas.” (ADPF635, 2020). O emprego da força durante a pandemia seria extremamente questionável, levando em consideração que a maior parte da população estaria dentro de suas casas durante este momento. Em tom repetitivo, o texto torna claro que as operações não foram proibidas, na realidade, foi imposto uma necessidade de atenção maior para a realização das mesmas, sendo que a questão não é acabar com o dever da polícia, mas sim, estabelecer limites para que se reduza os danos além de garantir a segurança de agentes policiais e a sociedade civil.

Mesmo após a proibição de operações policiais imposta através da ADPF 635, o Rio de Janeiro observou dois pontos distintos após a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. É possível perceber que a decisão, em primeiro momento, refletiu na diminuição de feridos e óbitos decorrentes de operações, sendo efetiva quando se trata de preservação a vida. Porém, no segundo momento observado, houve novamente um aumento, voltando à proximidade da média de operações. O levantamento feito pelo GENI mostra que a Medida Cautelar foi responsável por salvar ao menos 288 vidas foram salvas no ano de 2020, tendo uma diminuição na letalidade policial de 34% em relação ao ano de 2019, a partir do período que a ADPF 635 entrou em vigor. (Relatório O Impacto da ADPF 635 na defesa a vida, GENI-UFF, mar 2021)

A estimativa feita pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos, da UFF, junto com o Instituto Fogo Cruzado, no relatório “Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, nos leva a perceber que a intenção da Medida Cautelar, no que tange a preservação da vida, nas duas primeiras semanas teria preservado 18 vidas, mais de uma por dia. Nesse ritmo, em um ano, a Medida Cautelar teria pouparado 468 vidas de cidadãos comuns ou policiais.

Foi possível notar a realização de diversas operações durante a vigência da Medida Cautelar. O relatório da GENI-UFF/Fogo Cruzado nos mostra que as principais motivações para operações polícias no período de 5 a 19 de junho do ano de 2020 foram por retaliação por morte de policial ou ataque a unidade policial. Quando a motivação é uma retaliação, há normalmente pouco planejamento, além de extrema violência e pouquíssima transparência sobre os fatos que ocorrem nas operações. Essas operações não costumam contar com ampla investigação e serviço de inteligência policial, resultando num grande número de mortos e feridos. (Relatório GENI-UFF/Fogo Cruzado, jun. 2020)

A baixa qualidade de controle externo das atividades policiais fortalece a continuidade de mortes em operações, tendo em vista que existe pouca responsabilidade judicial pelos atos cometidos por policiais, além de precário processo investigativo sobre as mortes ocorridas.

A extinção da Secretaria de Segurança Pública⁹ do Governo do Estado do Rio de Janeiro fez com que a polícia civil e militar tomasse a frente sobre a atividade de segurança, mostrando que a política de segurança pública passa única ou exclusivamente pela atividade policial, sem pensar em outras atividades que ajudariam essa política. Por isso, o Conselho

⁹ A Secretaria de Segurança Pública foi extinta durante o governo de Wilson Witzel. Com isso, as responsabilidades dessa secretaria passaram a ser comandadas pelas Polícias Militar e Civil, trazendo dificuldades para o acesso a dados e informações sobre a segurança pública do estado fluminense.

Nacional de Direitos Humanos, CNDH, faz a recomendação para que o MP fluminense "cumpra com sua missão constitucional de exercer o controle externo da atividade policial, promovendo ações efetivas para monitorar o uso da força letal por parte da polícia." (Relatório de Missão no RJ, CNDH, 2021), tendo em vista que a extinção do Grupos de Atuação Especializada em Segurança Pública, GAESP, prejudica a investigação externa dos acontecimentos em operações policiais. A instituição contava com promotores dedicados exclusivamente as atividades do GAESP, além de terem relações de confiança estabelecidas com familiares de vítimas ou membro de comunidade, o que auxiliava nas atividades prestadas.

No dia 6 de maio de 2021, o Rio de Janeiro pode observar o que foi considerada a mais violenta e letal incursão já realizada pelas forças policiais em favelas do Estado. A favela do Jacarezinho, localizada na Zona Norte do Estado, amanheceu durante a pandemia em um confronto intenso entre a polícia civil e traficantes da região, para a realização da Operação Exceptis, que deixou marcas profundas na comunidade local, envolvendo 250 policiais, 4 veículos blindados e 2 helicópteros. O nome desta operação policial foi claramente escolhido como uma forma de provação a ADPF 635, que em seu texto diz que operações policiais em favelas só podem ser feitas em situações excepcionais.

A Operação Exceptis ocorreu normalmente, em meio a ADPF 635, como qualquer outra anterior. Esta foi justificada para o Ministério Público com o argumento de que traficantes locais estariam aliciando menores para atividades ilícitas, por isso a polícia necessitaria de fazer a operação para manter a vida, integridade e direitos da população local. Ao todo, 21 nomes foram identificados como suspeitos de participar desse esquema, e de acordo com o relatório do CNDH, o grande elemento probatório baseia-se em fotografias e registros nos antecedentes criminais. (Relatório de Missão ao Estado do Rio de Janeiro, CNDH, set 2021).

Segundo as forças policiais, houve o total de 28 mortos, sendo a maioria jovens negros do sexo masculino, dentre eles um policial civil. A polícia afirmou que os 26 mortos na ação tinham passagens pela polícia e ofereceram resistência na hora da prisão. A Ordem dos Advogados do Brasil foi contra a afirmação da polícia que, segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Álvaro Quintão, é possível afirmar através da identificação das vítimas que algumas delas nunca tiveram passagens pela polícia. De acordo com informações de moradores da região, a Operação Exceptis teria tomado contornos de extrema violência após a morte do policial civil logo no começo da incursão, e se torna importante frisar que a

operação em questão estava sendo feita pela Polícia Civil, cuja função principal teoricamente é o trabalho investigativo, de inteligência, e não operações em favelas.

A operação no Jacarezinho foi observada como um descumprimento a ordem do STF, principalmente por não haver nenhum cuidado especial para a realização de tal, assim como consta na liminar. Além disso, existem relatos de exagero na força policial, execução arbitrária e, como observado pela Defensoria Pública, houve a mudança na cena de crimes, com corpos sendo carregados para dentro de camburões, todos indo contra o proposto pela ADPF 635 e dificultando a realização de investigações concretas para apurar esses exageros.

A operação em si se mostrou pouco efetiva, tendo em vista que dos 21 mandados de prisão, apenas 3 foram cumpridos, finalizando a operação com um saldo de 28 mortos. Segundo o relatório do CNDH, os denunciados faziam parte do baixo escalão do tráfico, ocupando as posições inferiores, com isso, a atuação da Polícia Civil não desmantelou os indivíduos responsáveis pelas ordens e movimentos da facção. Torna-se, portanto, ineficaz, ao ponto que o objetivo apresentado e os recursos desdobrados para a operação não foram condizentes com o saldo após o término. O CNDH questiona os "relatórios de inteligência" da polícia, que não expõe uma investigação profunda dos fatos, além de penalizar territórios inteiros que ficam sujeitos ao mesmo *modus operandi* imposto pela polícia em incursões criando uma "generalização imprópria do território como 'zona de criminosos'" (Relatório CNDH, p.11, set 2021).

Exceptis também se inscreve no quadro geral das tão frequentes operações em favelas cariocas, por produzir mortes e feridos. Segundo pesquisa conduzida por Hirata e Grilo, relativamente a operações noticiadas em favelas cariocas entre os anos de 2007 e 2018, em 61,0% das operações houve apreensões (armas, drogas, cargas e veículos) e, em 46,0% delas, houve prisões, ao passo que em 88,7% das operações houve disparos de armas de fogo. Em 22,9% das operações policiais foram registrados mortos e, em 18,9%, feridos. Com 2.426 feridos civis e 824 policiais feridos, além de 3.860 pessoas mortas civis e 176 policiais, o quadro das operações policiais, em resumo, pode ser caracterizado por fraco cumprimento de ordens judiciais de prisão (inferior à metade das operações), um significativo índice de apreensões (que justificam muitas operações de maneira tautológica – por garantirem “materialidade” dessas apreensões, muitas das vezes de quantidades pouco significativas de armamento ou de entorpecentes), disparo contumaz de armas de fogo (o que produz um cenário de trocas de tiros com enormes chances de ferir moradores não diretamente envolvidos com o conflito) e uma considerável desproporção entre policiais e civis feridos. (Relatório CNDH: 2021; 15)

O ano de 2020 fica marcado em comparação aos últimos 14 anos, no que se trata de operações policiais, justamente por conta da restrição feita pelo STF. A violência legítima é uma ferramenta que pode ser utilizada, estando presente no regime democrático. Porém não se pode ultrapassar os limites e utiliza-la como ferramenta de mortes ilimitadas, para que não se

viole os direitos fundamentais, sendo necessária “à sua delimitação normativa operacional, a transparência de critérios que justificam essas ações e a prestação de contas sobre seus resultados.” (Relatório Os Impactos da ADPF 635 na defesa a vida – GENI-UFF, p.2, mar 2021). O alto índice de mortes causado por diversas deficiências presentes dentro da polícia se “evidencia na escolha de meios operacionais inadequados, a imperícia nos disparos de arma de fogo, a falta de preparação e organização tática, dentre outros elementos próprios das ações de polícia”, não havendo responsabilização de agentes policiais sobre as práticas de abuso. As operações como primeiro recurso das policiais colaboram para o aumento da letalidade. (Relatório GENI-UFF, mar 2021)

O aumento de mortes por intervenção de agentes do Estados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro coincide diretamente com o Desmonte do Sistema de Metas e fim das UPP's, registrando dentro desta categoria um total de 1643 mortes no ano de 2019, 313% a mais que em 2013, com o menor número da série histórica, totalizando 398. (Relatório GENI-UFF, mar 2021). Após passar pela recuperação fiscal que possibilitou melhorias nas condições operacionais, administrativas e financeiras do Estado, as polícias apresentaram um maior número de mortes, crescendo estatisticamente. Importante relembrar do fim da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que trouxe menos controle e transparências sobre a letalidade policial nas operações. (Relatório GENI-UFF, mar 2021)

Quando se observa a série histórica (2007-2020), o total das mortes por intervenção de agentes do Estado no ano de 2020 (1087) ficou acima da média histórica (904). Ainda assim, comparado ao ano de 2019, houve uma redução de 34% na letalidade policial, sendo a primeira redução desde o ano de 2013. (Relatório GENI-UFF, mar 2021)

Após decisão do STF, as operações policiais nos quatro primeiros meses de vigência da Medida Cautelar têm uma redução considerável, chegando a 18,5, ficando abaixo da média mensal de 2020 (26,7) e da média do período histórico (70,5). A partir de outubro, os números voltam a subir, elevando a média mensal para 86% com relação à média anterior, atingindo o ápice em janeiro de 2021, quando foram registradas 49 operações. A média mensal a partir de outubro é superior à média mensal de 2020 (34,8 e 26,7 respectivamente). (Relatório GENI-UFF, mar 2021)

O governo do estado publicou em março de 2022 um plano de segurança pública para o Rio de Janeiro, que foi amplamente criticado por especialistas e organizações que compõem ou acompanham o processo da ADPF 635, pelo fato de não haver a participação da sociedade civil na construção desse plano, como também por não prever nenhum método para a redução da letalidade advinda das operações policiais. O ministro Fachin pediu para o governo criar

um espaço de comunicação com a sociedade civil para melhorar o plano de segurança, o que não foi feito. Portanto, a principal exigência do STF não foi cumprida pelo governo do Rio.

Um outro exemplo relevante é a questão do uso de câmeras nas fardas e viaturas policias. O atual governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, já manifestou algumas vezes ser inteiramente contra o uso de câmera por policias, tanto os comuns como as forças especiais, por achar que essas imagens seriam usadas contra a vida dos agentes públicos. A recomendação do STF visa justamente ao contrário, fazendo com que essas imagens possam ajudar na manutenção da vida dos policiais, evitando mortes arbitrárias ou mudanças de cenas de crime, para assim priorizar a vida geral.

Analizar a ADPF 635 nos possibilita entender que mesmo com uma ação promovida pelo SFT, com recomendações claras para as polícias do Rio, o número de operações, de mortes arbitrárias e violações dos direitos fundamentais ainda continuaram mantendo a lógica histórica de política de segurança pública baseada em confrontos e produção de mortes, com pouca inteligência e muitas problemáticas advindas disso.

1.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A tentativa de reorganizar a forma do Rio de Janeiro de lidar com a segurança pública não surtiu os efeitos desejados por Leonel Brizola, que enfrentou críticas das camadas políticas e sociais e viu seu projeto entrar em descrédito. Em contrapartida, a volta para o pensamento militarizado, exemplificado com a Operação Rio, não surtiu bons efeitos, e ainda mostrou nitidamente o caráter ditatorial que seguia nas corporações policiais e nas próprias forças armadas, que figuraram como solução para os conflitos.

Essa política se apresentou claramente autoritária e conservadora, como foi mostrado durante o período de governo de Marcello Alencar e foi mantida durante todo os anos 90 e 2000, até os dias atuais, tendo como exemplo diversas operações e intervenções militares que ficaram marcadas na história do Rio de Janeiro e que após todas elas ocorrerem, nunca mostraram de fato uma mudança concreta nos números da violência.

As UPP's criadas em 2008, surgindo como um projeto alternativo para tentar solucionar os problemas de segurança, também não se mostrou eficiente. Mesmo se mantendo durante anos, apresentou falhas estruturais e alguns outros casos de repercussão negativa, onde o desrespeito aos direitos básicos dos moradores de favelas ficou marcado.

A intervenção militar do Rio de Janeiro feita no ano 2018, dada como outra solução para os problemas de violência, acabou não superando nenhuma expectativa

colocada sobre ela, gerando um grande número de mortes violentas e também um altíssimo custo para manutenção desse programa.

Nos dias atuais, o Rio de Janeiro continua enfrentando os mais diversos problemas que envolvem o crime organizado, as forças de segurança estaduais, e até mesmo federais. Os relatórios apresentados mostram que, estatisticamente, os números de morte advindos por intervenção de agente do estado se mantêm altos, não dando nenhum sinal de que a continuidade desse programa de segurança pública será efetivo em algum momento.

A intervenção feita pelo STF durante o período de pandemia da COVID-19 foi o único momento em que houve uma redução significativa das letalidades provocadas pelas operações policiais, tanto quanto na quantidade dessas operações. Porém, esse período durou pouco tempo, tendo sido descumprido diversas vezes pelas forças de segurança do Rio, com aval do governador, para que fossem mantidas as operações polícias, independente do recomendado pelo STF.

Com essa trajetória é possível perceber que o Rio de Janeiro já utilizou de diversos métodos que priorizam o confronto e, em poucas possibilidades, experimentou outra alternativa de lidar com a segurança pública. No entanto a manutenção da militarização da segurança continua independente de recomendações.

CAPÍTULO 2 – BOLSONARISMO E A NOVA DIREITA

A pertinente análise histórica proposta no capítulo anterior foi importante para trazer a perspectiva da ação política na forma de pensar e agir quando se trata de segurança pública. A atuação do pensamento propagado por setores mais conservadores da cidade conversa com a lógica praticada pelos partidos de direita que estiveram à frente do governo e das decisões do estado do Rio de Janeiro.

Torna-se necessário trazer toda essa noção de ação política para o momento atual, que deixou marcada de forma latente a ascensão da extrema-direita no Brasil, reascendendo de maneira contundente, através da figura de Jair Bolsonaro, passando por sua posição política, por seus discursos, por sua ideologia e toda a imagem propagada por essa figura, a proposta retrograda de pensar em políticas públicas e bem estar social.

Essa dissertação visa manter o olhar direcionado para a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e as ações policiais que aconteceram ao longo da história até o momento atual no governo de Cláudio Castro. Para que isso aconteça da melhor forma, é necessário fazer um panorama sobre a ampliação da chamada “Nova Direita” no cenário político nacional, e refletir sobre como esse movimento ideológico, juntamente com a figura de Jair Bolsonaro, se consolidou para legitimar e dar continuidade ao discurso e lógica de belicista de confronto e enfrentamento que continuam a permear a forma que se dá segurança pública do Rio.

Como podemos ver no primeiro capítulo dessa dissertação, a lógica militarizada proposta para a segurança pública do Rio de Janeiro é histórica. Ligada a setores conservadores políticos e sociais, alimentado historicamente pelos partidos de direita, esse movimento das novas direitas, dentro da lógica pensada para a segurança do Rio, se mostra como um elemento a mais para a continuidade.

Será possível perceber esse novo elemento na política fluminense quando analisarmos os apoios políticos locais do então candidato Jair Bolsonaro. Também é importante observar a aproximação do governo do Rio com as ideias defendidas por ele e, de maneira geral, por integrantes da Nova Direita, principalmente no que diz respeito a maior autonomia e legitimação das ações violentas cometidas por policiais.

O apoio a essas ações por diversas figuras políticas acabou por contribuir para uma maior aceitação de setores mais conservadores da sociedade para que essa lógica continuasse a se manter. Podemos dizer, inclusive, que estes apoios ofereceram mais estrutura para que essas ideias fossem sustentadas, sendo utilizadas novamente como uma plataforma política

para enfrentamento das ideias propagadas pelos partidos de esquerda, sendo um contraponto interessante quando se pensa na grande polarização vivida durante as eleições presidenciais de 2018.

Tanto o ex-governador Wilson Witzel quanto o atual governador Cláudio Castro, em algum momento de suas trajetórias, receberam apoio bolsonarista em suas campanhas. Ambos fizeram questão de manter suas crenças na política de confronto imposta ao Rio de Janeiro, ajudando a fortalecer, por meio de discursos e atitudes, a continuidade dessa perspectiva belicista, muito presente no discurso bolsonarista e da Nova Direita, de modo geral.

Para esmiuçarmos e chegarmos aos detalhes que existem acerca das ações e ideologias da extrema-direita no Brasil, esse capítulo fará um mapeamento dos estudos produzidos nas três áreas das ciências sociais que tratam sobre o governo Bolsonaro e o bolsonarismo, explorando as produções acadêmicas atuais sobre esses temas, podendo desta forma trazer uma melhor análise do presente. O estado da arte que será apresentado ao longo do capítulo será de suma importância para entender de forma minuciosa em qual categoria cada uma dessas produções acadêmicas está encaixada. A partir disso, se tornará evidente em qual objetivo os principais estudos estão concentrando suas forças e produções, apontando também quais áreas estão produzindo mais estudos que possam elucidar esse fenômeno que acontece de forma intensa no Brasil.

Desta forma, este capítulo será dividido nas seguintes partes: primeiro, faremos uma apresentação quantitativa do quadro geral de estudos produzidos sobre bolsonarismo e Governo Bolsonaro, a partir de uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes e na plataforma Scielo; em seguida, faremos um debate sobre como definir o fortalecimento da figura de Bolsonaro juntamente com o fenômeno da Nova Direita; na terceira parte será analisado como a onda bolsonarista e da Nova Direita serviu de influência também para o governo do Estado do Rio de Janeiro, ocupado no ano de 2019 por Wilson Witzel, até então sendo um candidato completamente desconhecido da maioria das pessoas, mas que saiu vencedor ainda no primeiro turno das eleições de 2018 com uma expressiva quantidade de votos. Em suma, entendemos que esse caminho será essencial para dar continuidade sobre a temática da segurança pública no Rio de Janeiro e o governo Cláudio Castro, que será analisado no terceiro capítulo.

2.1 – QUADRO GERAL DOS ESTUDOS SOBRE BOLSONARISMO

Para apresentar os estudos que aparecerão nesse capítulo, foi feita uma pesquisa no banco de dados do site da Scielo a fim de coletar os artigos produzidos e também no banco de dados do site da Capes, a fim de coletar as dissertações e teses que contemplassem pesquisas relacionadas ao bolsonarismo e ao governo Bolsonaro, que foram utilizadas como palavras-chave para essa filtragem.

Quando se trata sobre pesquisas usando as palavras-chave “Bolsonarismo” e “Governo Bolsonaro”, somando o total das plataformas Scielo e Capes, é possível observar mais de 500 produções de estudos nas mais diversas áreas acadêmicas, mostrando a relevância dessa temática não só de uma maneira direcionada, como de uma maneira ampla e geral. Podemos desmembrar melhor a partir das tabelas produzidas.

Tabela 1: Pesquisa por palavras-chave

Tipo de texto	Governo Bolsonaro	Bolsonarismo	Ambos
Artigo	45	18	63
Dissertação	59	59	59
Tese	13	13	13

Fonte: elaboração própria

A tabela 1 nos mostra que a partir do filtro “Governo Bolsonaro” foi possível achar um total de 45 artigos escritos, enquanto na pesquisa por “Bolsonarismo” pode-se achar um total de 18 artigos escritos. As dissertações, em ambos os filtros de pesquisa apareceram os mesmos estudos produzidos, totalizando 59 produções. O mesmo caso aconteceu com as teses pesquisadas, cujos resultados também foram iguais, totalizando 16 produções.

Além disso, outra filtragem foi aplicada para que pudesse fazer um recorte dos artigos, dissertações e teses que contemplassem as três áreas das ciências sociais: antropologia, sociologia e ciência política. Dessa forma ficarão mais nítidos os estudos que conversem melhor com essa dissertação que está sendo produzida. A pesquisa filtrada pelas áreas sociais ficou da seguinte forma:

Tabela 2: Divisão dos trabalhos por áreas das Ciências Sociais

Tipo de texto	Ciência Política	Sociologia	Antropologia
Artigo	17	43	15
Dissertação	33	28	1
Tese	9	8	x

Fonte: elaboração própria

Essa tabela nos mostra onde cada produção está inserida. Podemos ver que quando se trata dos artigos produzidos, a área de ciência política contempla 17 produções, a área de sociologia contempla o maior número de artigos escritos sobre “Governo Bolsonaro” e “Bolsonarismo” segundo a Scielo, mostrando um total de 43 produções, enquanto na área de antropologia contemplou um total de 15 estudos produzidos.

No caso das dissertações, 33 produções acadêmicas foram contabilizadas na área da ciência política, 28 produções estão presentes na área da sociologia e apenas uma contempla a área da antropologia. Quando se trata das teses produzidas, a área de ciência política conta com 9 produções acadêmicas, a área de sociologia aparece com 8 produções, enquanto na antropologia não foi encontrado nenhum estudo produzido a partir do filtro selecionado, segundo o banco de dados da Capes.

Torna-se interessante perceber que a partir da pesquisa por “Governo Bolsonaro” e “Bolsonarismo”, a área de ciência política aparece com o maior número de produções dentro das dissertações e teses, totalizando 41 produções, sendo seguido pela sociologia, que totaliza 36 produções, com apenas uma produção total entre dissertações e teses feitas dentro da área da antropologia. Apenas no caso dos artigos científicos é que a área de sociologia predomina em quantidade de estudos.

Ainda assim, somando as três categorias apresentadas aqui por áreas específicas, vemos a ciência política aparecer com 59 produções acadêmicas, sociologia aparecendo com o maior número de produções, totalizando 79 produções e antropologia aparecendo com um total de 16 produções. Todas essas áreas e diferentes tipos de produções acadêmicas somadas nos trazem 154 estudos acadêmicos que foram desenvolvidos do ano de 2018 até o ano de 2023.

Tabela 2: Total de produções (artigo, dissertação e tese) por áreas das Ciências Sociais

Ciência Política	59
Sociologia	79
Antropologia	16
Todos	154

Fonte: elaboração própria

As próximas tabelas a serem apresentadas trarão uma divisão mais minuciosa sobre os estudos produzidos, dividindo-os em categorias mais direcionadas, capazes de elucidar de

forma mais específica o que os estudos sobre “Bolsonarismo” e “governo Bolsonaro” estão propondo. Essas categorias são temáticas que estiveram em alta nas discussões desse período governamental e resultaram em produções acadêmicas nas áreas das Ciências Sociais.

Tabela 3: Produções acadêmicas sobre Ideologia bolsonarista, Perfil do Bolsonaro e Bolsonarismo nas instituições

Tipo de texto	Ideologia bolsonarista	Perfil do Bolsonarismo	Bolsonarismo nas instituições
Artigo	17	26	1
Dissertação	15	10	2
Tese	8	3	x

Fonte: elaboração própria

A tabela de número 3 contém as categorias que mais concentram estudos acadêmicos produzidos entre o ano de 2018 e ano de 2023, tanto em artigos, como em dissertações e teses. Vale ressaltar que a filtragem a partir do ano de 2018 se deu pelo fato de ser o ano de eleição presidencial em que Bolsonaro saiu vitorioso, já havendo registro de trabalho publicado sobre Bolsonaro e o Bolsonarismo.

É possível observar que a categoria “Ideologia bolsonarista” contém 17 produções de artigos, 15 dissertações e 8 teses produzidas, mostrando como esse tema se tornou uma discussão pertinente e que abrange muitas possibilidades de exploração. A categoria “Perfil do Bolsonarismo” aparece com folga como a que mais obteve produções acadêmicas de artigos ao longo dos últimos 5 anos, tendo 26 produções de artigos, porém em menor quantidade quando se trata de dissertações e teses, mostrando na pesquisa um total de 10 produções de dissertações e 3 produções de teses.

A categoria “Bolsonarismo nas instituições” já aparece com um número inferior as categorias anteriores, apresentando apenas uma produção de artigo e duas produções de dissertações. No que diz respeito as teses produzidas, não foi possível achar nenhum trabalho acadêmico nessa área.

As próximas tabelas a serem apresentadas possuem número de produções bem inferiores comparadas às duas primeiras categorias apresentadas na tabela 3, porém se mostram como assuntos pertinentes a serem trabalhados e que necessitam de mais produções acadêmicas de modo geral. Todas as categorias apresentadas aqui foram em algum momento temas levantados para debate ao longo do governo Bolsonaro.

Tabela 4: Produções acadêmicas sobre Agronegócio, Evangélicos e Segurança Pública

Tipo de texto	Agronegócio	Religião	Armas/Segurança Pública
Artigo	1	5	1
Dissertação	3*	4*	2
Tese	x	1	x

Fonte: elaboração própria

Inicialmente, na categoria “Agronegócio”, observamos a produção de apenas um artigo acadêmico e duas produções de dissertações com essa temática, totalizando apenas 3 estudos. Nessa tabela, a categoria que mais se mostrou presente em produções de estudos foi a de “Religião”. Nesta, pudemos observar os trabalhos produzidos sobre a temática da religião evangélica, que foi amplamente apoiada durante o governo Bolsonaro, se desdobrando em questionamentos que se transformaram em estudos acadêmicos. Essa categoria muito relevante aparece com 5 artigos produzidos, mais 4 dissertações e 1 tese, totalizando 10 estudos com essa temática.

Quando se trata da categoria “Armas/Segurança Pública”, que abrange os estudos diretamente ligados a perspectiva armamentista trazida durante o governo Bolsonaro, podemos observar um total de 4 produções acadêmicas, sendo um artigo e duas dissertações produzidas nos últimos cinco anos.

Vale ressaltar que duas das três dissertações que foram encontradas relacionadas a estudos na área do agronegócio também trabalhavam de forma ampla a política externa que era realizada no governo Bolsonaro por essa parte social. O asterisco na tabela está presente para mostrar essa diferença nesse campo de estudo. O mesmo caso acontece com uma dissertação na área da Religião.

Tabela 5: Produções acadêmicas sobre Conexões internacionais, Fake News e Discursos/Imagens

Tipo de texto	Política externa	Redes Sociais/ Fake News	Discursos/Imagem
Artigo	2	x	x
Dissertação	4*	9	12
Tese	x	x	1

Fonte: elaboração própria

A tabela de número 5 segue a linha da tabela anterior e traz poucos estudos produzidos de acordo com as categorias trazidas, porém com um pouco mais de produções de dissertações. No que diz respeito aos trabalhos que tratem da temática de “Conexões Internacionais” durante o governo Bolsonaro, vemos a produção de dois artigos e quatro

dissertações, na qual 2 delas estão dentro da área de pesquisa do “Agronegócio” e uma das na área de “Religião”, como dito anteriormente. No que diz respeito as teses produzidas, não foi possível encontrar nenhuma que se encaixe nessa categoria.

A categoria “Redes Sociais/Fake News” aparece com nove dissertações produzidas, sendo a única categoria a promover esse tipo de estudo. Não foi possível achar nem artigos, nem teses que trabalhavam diretamente as Redes Sociais/Fake News de forma central. Essa temática foi muito comentada durante o governo Bolsonaro, sendo inclusive utilizada como poderoso recurso para propagação de correntes depreciativas sobre outros políticos e partidos, fortalecendo a ideologia do bolsonarismo.

Por último a categoria “Discursos/Imagens”, que trata diretamente de análises de discursos bolsonaristas ou propriamente de sua imagem, aparece com 12 produções de dissertações que trabalham essa perspectiva e apenas uma produção de tese. Quando se trata de artigos produzidos, não foi possível observar nenhum que seja diretamente ligado a esse tema proposto. Porém, torna-se muito importante perceber que existe uma intensa produção de dissertações que analisam os discursos e imagens do Bolsonaro, sendo isto fundamental para a compreensão do fenômeno chamado de “Nova Direita”.

A apresentação dessas tabelas serve para nos direcionar acerca das produções acadêmicas mais relevantes, quando se trata tanto do aspecto geral como de aspectos mais direcionados advindos do governo Bolsonaro. Ao longo dos últimos 5 anos, no período que compreende 2019 até 2023, as áreas que abrangem as Ciências Sociais foram fundamentais para aquecer o debate e produzir pensamentos que procuram entender os movimentos da extrema direita no Brasil, tanto anterior ao governo Bolsonaro, como também posteriormente, analisando os desdobramentos decorrentes desse período, realizando um total de 138 produções acadêmicas espalhadas entre artigos, dissertações e teses.

2.2 - A NOVA DIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO

Esse levantamento dos estudos sobre Bolsonaro e bolsonarismo que tem sido feito ao longo dos últimos seis anos mostra claramente como esse tema tem sido densamente explorado em diversas áreas de pesquisa. A efervescência nas áreas das Ciências Sociais elucida sua relevância e nos mostra que a cada ano que passa produz novas ideias capazes de elucidar ainda mais esse movimento tão complexo.

Para chegar ao ponto de estudar os movimentos que o bolsonarismo trouxe para o Brasil, é necessário entendermos que outros já estavam acontecendo com intensidade antes da

chegada de Bolsonaro a presidência da República. Dentro dessa perspectiva, o movimento denominado “Nova Direita” já estava encorpando, quando Bolsonaro ainda era visto como um político do baixo clero. O movimento de fortalecimento de discurso da direita não é um fenômeno restrito ao Brasil. Em outras partes do mundo é possível notar o surgimento de diversos pensamentos direitistas que se aproveitam de uma certa crise no campo político.

A ditadura militar pode ser vista como algo interessante para o pensamento da "Nova Direita" por conter um distanciamento temporal desse acontecimento, estando "identificada no imaginário social como sendo de “direita”, o que contribui para que aqueles setores identificados com essa perspectiva se sintam mais à vontade para expor suas opiniões publicamente, sem maiores constrangimentos." (CHALOUB, PERLATTO, 2016). A ideia de defender uma agenda mais liberal, ancorada em um Estado mínimo, indo de contra as políticas de Estado sobre redistribuição de renda implantada anteriormente, também é algo interessante de entender, pois a resistência frente a mudanças sociais que foram proporcionadas pelo Estado nos últimos anos faz com que essas ideias pensadas pela Nova Direita funcionem como uma estratégia política de diferenciação. (CHALOUB, PERLATTO, 2016)

Segundo Marcos Nobre, esse movimento denominado de "Novas Direitas" começou a surgir no período entre 2003 a 2016, onde o Partido dos Trabalhadores - PT - governou o Brasil, com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A ascensão da extrema direita não se deu apenas pelos termos de uma reação frente aos movimentos que a chamada nova esquerda fazia, partindo dos movimentos organizados em julho de 2013. O fracasso da esquerda hegemônica no Brasil, representada pelo Partido dos Trabalhadores e os movimentos de reformas sociais realizados pelo PT, mesmo que por alguns sejam julgados como um "reformismo fraco" foi relevante o suficiente para mexer com alguns segmentos mais conservadores.

A ascensão da extrema direita brasileira e global foi uma reação, uma ascensão que se deu em bases antifeministas, racistas, homofóbicas, xenofóbicas, principais características que compõe as ideologias dessa extrema direita. Essas características inclusive podem ser vistas nos intelectuais de direita e nas suas produções (CHALOUB, PERLATTO, 2016), e a crise do sistema partidário, exposta pelas manifestações de junho de 2013, também contribui para o fortalecimento dos debates sugeridos pela Nova Direita.

A polarização da sociedade, à esquerda e à direita, contribui decisivamente para que ideias mais radicalizadas, como aquelas defendidas por esses intelectuais, possam encontrar escoadouro e aceitação. De outra parte, os fracassos dos governos do PT

em promoverem alterações mais estruturais da sociedade brasileira e o fato de o partido ter segmentos de seu quadro envolvidos em casos de corrupção contribuíram para o enfraquecimento da agenda da esquerda, que, na atual conjuntura, vê o discurso da direita crescer de forma cada vez mais significativa. No vácuo político deixado pela oposição partidária, que não conseguiu emplacar uma agenda alternativa. (CHALOUB, PERLATTO: 2016; 30)

Importante ressaltar que a leitura que Nobre traz, mostra que a característica antissistema pertencente historicamente a esquerda, passou para as mãos da direita. Isso se explica a partir de um sistema político que ficou atordoado pós junho de 2013, perdendo o controle da política e fazendo com que as novas forças do cenário político tomassem uma característica antiestablishment, antissistema, se organizando em oposição extraístitucional. Vale a pena explicar que quando se trata de novas direitas, não há um sistema unificado pertencente a esse grupo, mas há um "arquipélago de vozes, grupos, ideologias - e interesses, evidentemente" (NOBRE, 2022).

Também se torna importante abordar e entender que a Operação Lava Jato e a crise do pemedebismo foram decisivas para esse movimento se configurar e se tornar um corpo maior. A eleição de Bolsonaro fez com que essa oposição extraístitucional de tornasse uma oposição anti-institucional. Nobre aponta a importância do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ajudando a consolidar a ala "liberal-conservadora" e a "lavajatista", tendo o apoio incondicional do STF e da Procuradoria-Geral da República para a Lava Jato, realizando um emparedamento do sistema político de 2014 a 2019.

Quando se trata de Bolsonaro como a figura principal observada pela direita, este quadro não se mostrava presente. Bolsonaro ainda não contava com um amplo apoio no ano de 2015. A grande base do bolsonarismo veio a partir do seu trabalho juntamente com as redes sociais.

No geral, a base política de Bolsonaro sempre foi as forças armadas e as forças de segurança num geral, principalmente as polícias militares e algum eleitorado evangélico. Vale lembrar que Bolsonaro foi um dos principais nomes da bancada da bala, formada por defensores da posse e porte de armas para a população civil, sendo também defensores de medidas autoritárias e de confronto, no que tange o combate à violência.

O discurso defendido por parlamentares representantes dessa bancada diz respeito a "uma narrativa mais global sobre o que é a nossa sociedade e como devem ser resolvidos seus problemas" (BENETTI: 2022; 868), que mostra os valores considerados fundamentais por esses parlamentares. Dentre desses valores veemente defendidos, está a questão de proteção a família e a propriedade "como a ideia de uma sociedade legítima em guerra contra os

"criminosos" (BENETTI: 2022; 868). Essa perspectiva permeou os discursos conservadores de forma efetiva nos últimos anos, principalmente dentro do bolsonarismo.

No entanto, isso tomou proporções maiores, saindo da esfera do Rio de Janeiro, justamente pelos trabalhos feitos nas redes sociais. Foi esse movimento feito na internet o responsável por adensar Bolsonaro e sustentar o que viria a ser a sua candidatura.

O fato é que, no Brasil, a formação das novas direitas se dá em um ambiente de arquipélago, multipolar, sem uma plataforma comum, sem mesmo uma referência compartilhada pelos inúmeros grupos. (...) O que se pode dizer aqui é que, no caso brasileiro, a politização à extrema direita, com a adesão à candidatura de Bolsonaro, não se dá principalmente como reação a uma politização do ambiente da internet à esquerda. As novas direitas acabam por aderir - tardiamente, ressalte-se - à candidatura de Bolsonaro em razão da ausência, às vésperas da eleição de 2018, de outra candidatura outsider que pudesse representar a oposição extra-institucional formada sob o escudo da Lava Jato (NOBRE: 2022; 140)

De qualquer maneira, o que fica nítido até o momento de agora é que Bolsonaro conseguiu trabalhar de forma estruturante a sua base, formada a partir da grande exploração das redes sociais, que permaneceram com ele de forma substancial até o ano de 2022.

Como todo movimento autoritário de tendências fascistas, o bolsonarismo se apoia em razões reais para criticar a democracia como funcionou e como funciona. Há muitas boas razões para duvidar da neutralidade de seus procedimentos, há muitas boas razões para dizer que se trata de uma democracia pouco democrática, de fato. Acontece que o bolsonarismo utiliza essas razões reais para dizer que vai instaurar a "verdadeira democracia" que, no caso de Bolsonaro, é a democracia da ditadura. (NOBRE: 2022; 145)

O autor diz que combinar Bolsonaro e bolsonarismo a Nova Direita é um equívoco grande. Fazer um nivelamento superficial dessas diferenças e divergências pode gerar um fortalecimento do autoritarismo, juntamente com o fortalecimento da figura de Bolsonaro, podendo ajudar a alcançar o objetivo de acabar com a democracia no país. Ao isolar Bolsonaro e o bolsonarismo, "significa afastar a hegemonia da extrema direita sobre o campo mais amplo da direita no Brasil." (NOBRE, 2022)

Como dito anteriormente, a pré candidatura de Bolsonaro encontrou bases sólidas nos grupos em que já circulava, como as Forças Armadas e outras forças de segurança, juntamente com uma atividade digital intensa para captação do eleitorado evangélico. Ter esse apoio aparece como uma estratégia de campanha de Bolsonaro. O autor lembra o fato de Bolsonaro ter sido batizado em 2016 nas águas do rio Jordão pelo pastor Everaldo, membro da Assembleia de Deus. Além disso, Bolsonaro utilizou em sua campanha diversos slogans que remetiam a religião, sendo o principal deles "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

Combinado a isso, Bolsonaro também teve apoio político das principais lideranças evangélicas das mais diversas igrejas do Brasil. O que fecha seu tripé de apoio é a junção com economistas do circuito pró-mercado, do qual Bolsonaro se alinhou de forma muito próxima.

Mesmo com esses movimentos feitos, ele ainda não se mostrava como a principal escolha da Nova Direita. Pode-se dizer que o pensamento de que Bolsonaro seria uma pessoa fácil de controlar é que levou a Nova Direita a se inclinar, mesmo a contragosto, ao apoio ao político. Juntamente com isso, a grande vontade de se ver livre do PT ajudou esse pensamento a seguir em frente.

Bolsonaro se mobilizou para a candidatura de 2018 dando ênfase a um discurso crítico às políticas ambientais, a reforma agrária, a demarcação de terras, além de incentivar o armamento em zonas rurais. Esses discursos iam de encontro com os desejos das lideranças agrícolas. A revitalização da UDR (União Democrática Ruralista) ajudou ainda mais o crescimento de Bolsonaro dentro dessa esfera.

Outro ponto muito importante foi o movimento feito nas redes sociais com a utilização de robôs propagando mensagens bolsonaristas. O uso de contas automatizadas, conhecido como bots, foi de extrema importância para a campanha bolsonarista, sendo a principal fonte de engajamento para o resultado final.

O pilar no qual se sustentou esse tripé foi o de uma organização digital em rede de amplitude e eficácia inéditas na política brasileira. E o solo comum inicial sobre o qual se ergueu o pilar e seu tripé foi a Operação Lava Jato, que no terceiro semestre de seu governo, em abril de 2020, Bolsonaro pôde abandonar na estrada sem prejuízo considerável para sua posição, forçando Sérgio Moro a pedir demissão do Ministério da Justiça. (NOBRE: 2022; 159)

Durante a trajetória de Bolsonaro é possível perceber que houve uma mudança nos discursos produzidos por ele, quando comparado a seus primeiros mandatos e depois de 2014. Antes, inclinava-se totalmente ao eleitorado militar, prometendo ajustes, benefícios etc. Depois do ano de 2014, quando foi eleito o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, Bolsonaro modificou seu discurso, indo de ataque contra a esquerda e o PT. (ROCHA, 2022)

Um bom ponto de observação é sobre as agendas feministas e LGBT que não tiveram avanço durante o governo FHC. Durante o governo Lula, alguma dessas pautas começaram a ganhar mais visibilidade, demonstrando uma mudança substancial e fazendo com que a ala de conservadores acendesse um alerta e passasse a atuar de forma mais ostensiva no Congresso e também na sociedade civil. Esse movimento praticado pelos conservadores ia diretamente de

contra os movimentos LGBT e feministas, como lembrado anteriormente pelos outros autores.

É interessante pensar também nas produções intelectuais que ancoraram as ideias da Nova Direita, fortalecendo o discurso que estava sendo proposto por esse campo político. Existe uma base de pensamento utilizada pelos intelectuais de direita, que tem aversão a eventuais relativismos, sendo isso uma forma de ofuscar "a evidencia de que apenas o liberalismo propõe fundamentos adequados para a organização social". (CHALOUB, PERLATTO, 2016). Essa linha de pensamento cria um panorama de convergência com um pensamento apresentado pela esquerda brasileira. Dessa forma, a direita relaciona a criação de problemas e mazelas como fatos proporcionados pela esquerda. Isso se dá, porque existe uma intensa moralização "acerca da política e da sociedade" (CHALOUB, PERLATTO, 2016).

A presença de autores ligados a esquerda não é algo novo na história do Brasil. A diferença entre estes e os da Nova Direita, é o fato desses segundos estarem amplamente ligados a imprensa, a internet (característica marcante da Nova Direita e do bolsonarismo), rádios, entre outros grupos. Os discursos produzidos por esses intelectuais estão ancorados na ideia de uma maior capacidade de representar o mundo, vendendo esses discursos como mais aproximados da realidade, "colocando-se mais próximas da ‘vida com ela é’" (CHALOUB, PERLATTO, 2016), empurrando o pensamento da esquerda para o campo dos devaneios. Ao analisar os intelectuais de direita, é possível enxergar a perspectiva na qual produzem a ideia de que a esquerda ocupa uma parte enorme do poder, não somente dentro do Brasil, mas no mundo. Alguns desses intelectuais chamam isso de hegemonia esquerdista.

Esse pensamento também é utilizado para levar outros campos ideológicos da política para o lado da esquerda. Como analisado por Chaloub e Perlatto e explicado por Nobre, a teoria aplicada pela direita, utilizada pelos seus intelectuais, perpassa por esses passos onde a extrema direita tenta findar seus alicerces.

As evidências levantadas por esses autores para comprovar as dissonâncias entre a maioria da população e a minoria esquerdista quase sempre se amparam em temas relacionados a direitos de minorias, como mulheres, negros e homossexuais (CHALOUB, PERLATTO: 2016; 37)

Quando se trata de toda essa produção feita pela direita brasileira, percebemos que foi algo articulado e investido. Existiu um grande esforço por parte do mercado editorial para consolidar alguns autores da direita brasileira, tendo como exemplo Rodrigo Constantino e

Olavo de Carvalho. Esses foram responsáveis por escrever livros que tiveram expressiva quantidade de venda, onde no conteúdo puderam expor suas visões antiesquerda.

O fenômeno cultural intitulado "politicamente incorreto" inspirou artistas e humoristas ligados ao pensamento de direita a produzirem conteúdos com essa tendência, muito por conta da conjuntura existente que favorecia esse tipo de expressão, mas também pela crise do lulismo.

Para além de passar a ocupar a cena cultural brasileira, a Nova Direita em formação também começou a se consolidar em termos partidários, canalizando as energias de boa parte de suas lideranças, militantes, apoiadores e simpatizantes para a política institucional. Foi nessa época que os liberais-conservadores, que até então atuavam em conjunto com os ultraliberais e procuravam não chamar muita atenção para suas próprias pautas, passaram aos poucos a se aglutinar em torno dos políticos da família Bolsonaro e a inverter uma tendência de predominância do ultroliberalismo entre a militância que vigorava desde a época da formação dos contra-públicos digitais (ROCHA: 2022; 176)

Com isso é possível perceber que os movimentos de nascimento da Nova Direita começaram muito antes do surgimento da possibilidade de Jair Bolsonaro vir a ser presidente da República e principal imagem da Nova Direita. Uma junção de diversos acontecimentos políticos, insatisfações sociais, crescimento de produtores de conteúdo de direita, auxílio das redes sociais e trabalhos com bases antes adormecidas no Brasil, pautado em ideias autoritárias, pró-ditadura, pró-armamento, homofóbicas, racistas, com forte apelo patriota e religioso, em defesa de uma moral específica, fez com que a Nova Direita tomasse corpo suficiente para hoje estar nos holofotes da política nacional.

2.3 - WILSON WITZEL E A INFLUÊNCIA DA NOVA DIREITA

A partir do que foi demonstrado na parte 2.2 dessa dissertação, pode-se perceber a grande movimentação nacional feita pela denominada Nova Direita, movimento que veio crescendo muito antes do crescimento de Bolsonaro, ainda durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Levando em conta todas as bases em que essa Nova Direita foi se apoioando para se estruturar, esse projeto não deixaria de aparecer também nos âmbitos estaduais, tendo como reflexo a escolha de governadores, prefeitos e deputados que se enquadrasssem dentro desse perfil, posteriormente fortalecido com as ideias trazidas pelo bolsonarismo e toda a sua base atuante.

No Rio de Janeiro não foi diferente e esses reflexos puderam ser observados com certa surpresa. Durante a votação para governador do Rio de Janeiro realizada no ano de 2018, o

jurista Wilson Witzel, representando o Partido Social Cristão, PSC, até então desconhecido por muitas pessoas, recebeu uma expressiva quantidade de votos no primeiro turno, chegando a 41,28% dos votos computados, somando mais de 3 milhões de votos. Em segundo lugar, forçando o segundo turno, estava uma figura conhecida da população fluminense, Eduardo Paes, que somou 19,56% dos votos recebidos, menos da metade de Witzel, totalizando pouco menos de 1,5 milhões de votos. Witzel obteve apoio de Flávio Bolsonaro para a continuação de sua campanha no segundo turno.

Durante a votação do segundo turno, em disputa entre Witzel e Eduardo Paes, Wilson Witzel foi eleito com 59,87% dos votos válidos contra 40,13% de Paes, tendo uma diferença de mais de 1,5 milhões de votos de diferença, sendo assim eleito como 63º governador do Estado do Rio de Janeiro. O que impressiona durante essa trajetória é que em nenhum momento Witzel figurava entre os candidatos possivelmente mais votados segundo as pesquisas de intenções de voto, tendo no início da campanha apenas 1% e chegando antes do primeiro turno com 17%. Para muitos a sua eleição foi realmente recebida como uma enorme surpresa. Vale lembrar que a chapa de Wilson Witzel contava com Claudio Castro como vice-governador, até então vereador também pelo PSC.

As eleições do ano de 2018 foram marcadas pela forte polarização existente, intensificando a disputa do campo entre esquerda e direita. Como já mencionado anteriormente, a direita esteve ligada a figura de Jair Bolsonaro, juntamente com discursos que fortaleciam a intolerância e o ódio, expressando muitas vezes um caráter militarizado e armamentista para imbirar suas principais ideias.

Essa legitimação de um discurso no qual a perspectiva militarizada é fortalecida, caiu como uma luva para a continuidade de um projeto de segurança pública que sempre esteve presente no Rio. A diferença notável que o momento de 2018 nos trouxe foi justamente essa sensação de que esse discurso enérgico que prioriza o abate, a letalidade, se tornou aceitável e naturalizado, continuando a ser um palanque eleitoral e uma forma do governo estadual se fortalecer frente ao medo exposto na sociedade.

Essa perspectiva foi muito bem expressa por Witzel, quando o mesmo, em entrevista a jornais, proferiu sua famosa frase "A polícia vai mirar na cabecinha e...fogo!"¹⁰, demonstrando que sua política de segurança pública continuava a mesma oferecida pelo Rio de Janeiro desde o período de redemocratização, priorizando o confronto direto como meio principal de solução. Witzel continuou o assunto, dizendo a imprensa que utilizada atiradores

¹⁰<https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo>

de elite¹¹ durante as operações policiais em favelas do Rio de Janeiro, mas que esses não eram divulgados, atuando de forma sigilosa, o que aumentaria consideravelmente o número de letalidade advinda dessas operações.

Outras posturas adotadas por Witzel também se tornaram marcantes durante seu governo. Como exemplo, temos o caso onde o ex-governador estava presente em um helicóptero que buscava por traficantes na região de Angra dos Reis¹². Esse helicóptero serviu como plataforma de tiro contra uma tenda que estava na região sobrevoada. Posteriormente foi descoberto que essa tenda pertencia a fiéis de uma igreja evangélica, que utilizavam esse espaço em momentos de peregrinação.

Outro caso marcante aconteceu no desfecho de um sequestro a ônibus que ocorria na ponte Rio-Niterói. Após o sequestrador ser alvejado e morto por um atirador de elite do Batalhão de Operação Especiais – BOPE – Witzel foi visto chegando de helicóptero até a cena policial e comemorando efusivamente a morte do sequestrador¹³. Esse caso também serve de grande exemplo de como estava funcionando a política de segurança pública imposta por Witzel e como seria o rumo das polícias na sequência de seu mandato.

As movimentações de Witzel na área da segurança pública lhe renderam denúncias¹⁴ feitas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tanto na Organização das Nações Unidas – ONU – como na Organização dos Estados Americanos – OEA – que questionaram sobre a política exercida pelo então governador, onde atirar pra matar aparecia como principal opção. Essas denúncias afirmavam que o governador estava defendendo e promovendo uma agenda genocida, pautada numa lógica de necropolítica.

De acordo com o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, as mortes causadas por intervenção de agente do Estado, no ano de 2019, alcançou números que bateram o recorde da série histórica, computada desde 2003 até o ano de 2019. O relatório da ISP mostra que houve um total de 1814 vítimas no ano de 2019, tendo um aumento de 18,3 quando se compara com o ano de 2018. Isso, em números diretos, daria 280 mortes a mais, produzidas por algum agente do estado.

Diante desses dados apresentados, é impactante o alto número de mortes de pessoas negras. Apenas no primeiro semestre, de acordo com o ISP, 80,3% dos mortos em ações

¹¹<https://oglobo.globo.com/rio/snipers-ja-estao-sendo-utilizados-so-nao-ha-divulgacao-diz-witzel-sobre-acao-da-policia-23563496>

¹²<https://oglobo.globo.com/rio/helicoptero-com-witzel-bordo-metralhou-tenda-de-oracoes-em-angra-dos-reis-23648907>

¹³<https://www.brasildefatorj.com.br/2019/08/20/witzel-comemora-morte-de-sequestrador-enquanto-policia-mata-inocentes-nas-favelas>

¹⁴<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/07/witzel-e-denunciado-a-onu-por-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos-da-alerj.ghtml>

policiais eram pretos ou pardos. O recorte racial e a necropolítica, são vistos de forma escancarada na política de segurança pública do governo Witzel.

Jair Bolsonaro nunca declarou publicamente seu apoio direto a campanha de governador de Witzel, porém seu filho Flávio Bolsonaro sim, inclusive participando de carreatas junto com o então candidato, endossando que as bandeiras levantadas por Witzel era iguais as levantadas pela família Bolsonaro.

Enquanto Bolsonaro defendia segurança jurídica para policiais em caso de mortes em confrontos, o candidato do PSC ao governo do Rio de Janeiro seguia a mesma linha ao defender o "abate" de criminosos armados com fuzil; enquanto o capitão da reserva pregava a implantação de escolas militares pelo país, Witzel fazia a mesma promessa para o Rio de Janeiro. (PALOMÉ: 2020; 69)

Era possível perceber as similaridades que Witzel e Bolsonaro tinham em relação a suas ideias, principalmente no que diz respeito à militarização de suas ações, priorizando e utilizando como base as polícias. Pode-se perceber que as bases apresentadas aqui sobre o governo Witzel estavam ligadas fortemente a movimentos tomados pela Nova Direita.

Essa relação entre Witzel e Bolsonaro não durou por muito tempo. Mesmo Witzel pagando ao Google¹⁵ para anunciar seu nome em pesquisas relacionadas à Bolsonaro forçando essa aproximação, e mesmo tendo em algum momento o apoio de Flávio Bolsonaro, a relação com o clã Bolsonaro ficou exposta quando Witzel intencionou participar das eleições presidenciais de 2022. A partir desse momento houveram alguns embates entre Witzel e a família Bolsonaro, distanciando de vez essa relação que parecia tão próxima.

O governo Witzel, para a segurança pública do Rio de Janeiro, não apresentou nenhuma melhora quando comparado aos governos anteriores. Mesmo com a política explícita de produção da morte com o auxílio das forças policiais, nada mudou substancialmente. O ano de 2019, logo após a intervenção militar no Rio de Janeiro, foi marcado por uma queda no número de tiroteios em relação ao ano anterior, totalizando 7.365 registros, 24% menor comparado a 2018. Os tiroteios com presença de agentes do Estado se mantiveram praticamente estáticos, com queda baixa de 2%, sendo que no total, foram constatadas as presenças de agentes do Estado em 30% dos casos, totalizando 2.246 casos. O número de agentes baleados, comparado ao ano de 2018, caiu para 234, 30% a menos. Entre esses, 18 morreram em serviço e 83 ficaram feridos. Apesar do número de tiroteios ser menor que 2018, o número de vítimas baleadas foi maior, contabilizando 1.519 mortos e 1.357

¹⁵<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/20/witzel-paga-google-para-se-associar-a-bolsonaro-que-nao-o-apoia.htm>

feridos, 1,5% a mais que no ano de intervenção militar. (Relatório Anual 2019, FOGO CRUZADO, 2020)

O relatório do ISP mostra que no ano de 2019 as mortes por intervenção de agentes do Estado aumentaram 18,3% em relação a 2018, com 1.814 vítimas, atingindo os maiores índices desde 1998. Como dito anteriormente, foi o ano que apresentou menos mortes de policiais desde 1998, com 67 policiais mortos e mais de 900 feridos. Os dados obtidos do relatório de 2019 do ISP mostram novamente que os jovens negros do sexo masculino representam as maiores vítimas. De acordo com os dados 33,4% estão entre os 18 e 29 anos, sendo 66,6% pardos/pretos (45,3% e 21,3% respectivamente).

A utilização dos snipers focados em eliminar, junto com a ampla defesa contínua do abate a qualquer custo, se tornou uma marca de Witzel. Mesmo esse movimento sendo considerado inconstitucional¹⁶, o ex-governador não poupava esforços em defender e incentivar o uso dessa tática pelas polícias especiais do Rio. Também vale ressaltar sobre o uso de helicópteros como plataforma de tiro, que ficou conhecido popularmente como “caveirão aéreo”, sendo uma das grandes ações que colocava em risco a vida da população das periferias, por conta dos disparos que atingiam casas e comércios locais. Inclusive, no texto sobre a ADPF 635, citada no capítulo 1, uma das exigências feitas durante o período de pandemia foi justamente a não utilização dos helicópteros como plataforma de tiro, por colocar os moradores em situações de risco.

Essas foram algumas das escolhas de Witzel para a segurança pública do Rio de Janeiro, que não resultou em melhora substancial nos números da segurança do Rio, mostrando uma elevada quantidade de pessoas mortas advindas de intervenções praticadas por agentes de segurança do Estado.

Antes de Witzel, os últimos quatro governadores do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, Rosinha Matheus, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão, foram presos por participarem de casos de corrupção. Witzel não seguiu o mesmo caminho, porém no dia 10 de junho de 2020 um pedido para seu impeachment foi aceito pelo então presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, André Ceciliano. Esse processo foi movido pelo deputado Luiz Paulo e pela deputada Lucinha, do PSDB, e aceito em plenário virtual. Vale ressaltar que pelo menos 10 pedidos de impeachment contra Witzel foram movidos na ALERJ.

¹⁶<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/abate-de-bandidos-defendido-por-novo-governador-do-rj-esbarra-na-lei.shtml>

Esse processo se deu por conta de movimentações problemáticas feitas pelo então governador, como o superfaturamento na compra de respiradores, juntamente com uma fraude na licitação para a construção de hospitais de campanha que tratariam a questão da COVID-19, onde Witzel tinha ligação com o empresário Mário Peixoto, sendo indicado como dono da Organização Social UNIR Saúde. Witzel também contou com a rejeição do orçamento do governo no ano de 2019, que foi realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

No dia 28 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu pelo imediato afastamento de Wilson Witzel do cargo de governador do Rio por conta das denúncias de corrupção que pairavam sobre ele. Nesse período, o então vice governador, Cláudio Castro, assumiu o cargo de governo do Rio, enquanto acontecia o processo de afastamento e julgamento de Witzel.

Finalmente no dia 30 de abril de 2021, após 7 meses de julgamentos, Witzel foi condenado, sendo o primeiro governador da história da República a sofrer um processo de impeachment, além de perder seus direitos políticos e se tornar inelegível por cinco anos, o que vale até o ano de 2026. Dessa forma, quem estava à frente do cargo de governador era o vice da chapa de Witzel, Cláudio Castro, filiado ao Partido Liberal, assumindo o cargo de fato no dia 1º de maio de 2021. Cláudio Castro viria a ser reeleito nas eleições de 2022, sendo vencedor logo no primeiro turno, com 58,67% dos votos válidos.

2.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O surgimento de Jair Bolsonaro como candidato potencial para ocupar o cargo de presidência da República fez com que muitas áreas de conhecimento se debruçassem em estudos dos movimentos que estavam sendo tomados, não só por ele, mas pela Nova Direita, que procurou absorver valores e se afastar da política tradicional feita pelos partidos de direita mais antigos do país.

Esse movimento não aconteceu apenas no Brasil, mas em outros lugares do mundo. O pensamento de extrema-direita, com ideias antidemocráticas e autoritárias, chegou ao Brasil com força e modificou intensamente a forma como a política nacional estava estruturada. O enfraquecimento da esquerda brasileira, somado ao imenso desgaste político do Partido dos Trabalhadores e da figura de Lula, a Operação Lava Jato e a crise do PMDB, também contribuíram para o crescimento da Nova Direita, que se apoiaram em bases antifeministas, racistas, xenofóbicas, com discursos de ódio e violência.

A forte utilização da internet como ferramenta propagandista, muitas vezes contendo conteúdos falsos, propiciou a estruturação da Nova Direita e sua aproximação da população. Durante esse período de crescimento, a Nova Direita teve apoio das redes sociais, de influenciadores e intelectuais de direita, que surgiram como base de apoio para essas ideias, servindo como plataforma para propostas diferentes, fugindo do velho tradicionalismo trabalhado na política brasileira.

Isso ficou evidente quando se abordou sobre a trajetória do ex-governador Wilson Witzel, sendo uma figura desconhecida pela maioria, sem relevância política, mas que foi eleito com uma boa margem de votos e representou de forma fiel a extrema-direita no Rio de Janeiro.

Dessa forma é possível perceber que, mesmo após cortar os laços com a família Bolsonaro, Wilson Witzel ainda era a representação dessa Nova Direita no sistema político fluminense, e suas ideias deixaram claro não só a continuidade, mas a legitimidade dos confrontos e mortes advindas de intervenções das forças de segurança do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3 - SEGURANÇA PÚBLICA À DIREITA NO GOVERNO CLÁUDIO CASTRO

O período de governança de Cláudio Castro, iniciado após afastamento do então governador Wilson Witzel, marcou um período de mudanças importantes, e ao mesmo tempo de controvérsias na área da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. O capítulo a seguir procura explorar e analisar as principais ações, discursos e programas pensados durante a gestão de Castro, expondo como essas políticas dialogam com as continuidades já conhecidas na segurança pública do Rio, e as mudanças advindas do movimento da Nova Direita, o qual Castro, integrante do Partido Liberal, faz parte.

Um dos principais eixos de análise é o programa Cidade Integrada, apresentado como uma alternativa de combate à violência e inclusão social nas favelas do Rio de Janeiro. Este foi anunciado inicialmente como uma alternativa ao controverso programa das Unidades de Polícias Pacificadoras – UPP. Apesar de ter sido difundido como uma política independente, o programa acabou gerando debates por se aproximar de uma lógica bolsonarista, especialmente quando observamos a ênfase na presença policial como solução dos problemas estruturais.

Será abordado também o significativo aumento nas operações policiais com alto índice de mortes. Essas ações são denominadas por organizações de direitos humanos e pela imprensa, como “chacinas” ou “mega chacinas”, variando de acordo com o número de mortes apresentados em cada uma delas. Essas operações foram responsáveis por acalorar a discussão sobre o alinhamento das políticas de Castro com a retórica bolsonarista, utilizando o enfrentamento direto ao crime, em detrimento de abordagens preventivas ou sociais.

Além disso, o capítulo irá ressaltar as mudanças administrativas presentes durante o governo Castro, como a recriação da Secretaria de Segurança Pública, extinta no governo Witzel, como também as constantes exonerações em cargos estratégicos da segurança pública do Estado. Essas ações vêm sendo interpretadas como possíveis tentativas de adequação às pressões políticas, mas também possuem um tom estratégico de fortalecimento de um discurso de segurança pública alinhado aos valores conservadores e punitivistas, característicos da extrema direita brasileira.

Será necessário, portanto, seguir analisando os discursos feitos por Cláudio Castro, para assim compreendermos com mais nitidez e profundidade o contexto citado anteriormente. As nuances de continuidades são percebidas em Castro ao notarmos que, em algumas ocasiões, ele parece se aproximar da retórica bolsonarista, enfatizando o combate direito e defendendo as ações exacerbadas das polícias. Em contrapartida, vez ou outra o

vemos adotando um tom mais ameno, mencionando em certos momentos a necessidade de políticas sociais e desenvolvimento econômico, trazendo uma ideia de mudança. Essa dualidade presente no governo de Cláudio Castro mostra o esforço feito para equilibrar diferentes interesses políticos e ideológicos dentro do Estado do Rio de Janeiro, marcado pela complexa dinâmica da segurança pública e das relações de poder.

Para finalizar, o capítulo avaliará o reflexo da gestão de Castro no que diz respeito às tensões que surgiram nesta dicotomia política referente à segurança pública, parte influenciada pelo bolsonarismo, porém apresentando alguma condescendência mediante às críticas de setores progressistas, demandando alternativas baseadas nos direitos humanos e na redução das desigualdades. Será feito um balanço final levando em consideração também a alta porcentagem de rejeição da gestão do governador até agora, sendo duramente criticado pela sociedade civil.

Essa análise geral descortinará o papel do Rio de Janeiro como um laboratório de experimentações e conflitos durante o governo de Cláudio Castro, enfatizando os pontos de continuidade e mudanças que caracterizam seu governo, relacionado ao crescimento da extrema direita e lógica bolsonarista no país.

3.1 – GOVERNO INTERINO – CIDADE INTEGRADA E OPERAÇÕES POLICIAIS

No dia 28 de agosto de 2020, após já ter assumido o governo interino do estado do Rio de Janeiro, mesmo sem ainda ter tomado posse¹⁷, Claudio Castro deu uma entrevista na qual dissertou sobre a continuidade do trabalho das polícias na segurança pública do Rio de Janeiro. Esse discurso seguiu uma linha semelhante a anteriores feitos por outros governadores, quando se trata da segurança pública, onde o governador avisa que o trabalho da polícia será continuado. Ele cita como exemplo uma operação realizada pela polícia civil, juntamente com dados sobre o número de homicídios dolosos dos últimos 30 anos.

Vamos continuar trabalhando ainda mais integrados para levarmos paz à população fluminense. Manteremos os comandos das secretarias, que estão fazendo trabalhos com resultados visíveis. Na última terça-feira, a Polícia Civil realizou a maior operação da história, cumprindo mandados de prisão contra 416 autores de roubo, latrocínio e receptação. O Estado do Rio também registrou o menor número de homicídios dolosos em 30 anos. Esse tipo de crime caiu 19% em julho deste ano na comparação com o mesmo mês de 2019 (CASTRO, ago 2020)¹⁸

¹⁷ Cláudio Castro tomou posse do cargo de governado no dia primeiro de maio de 2021, mas já estava no lugar de Witzel, afastado pela justiça, durante 8 meses anteriores a posse.

¹⁸<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/governador-em-exercicio-do-rio-quer-reduzir-indices-de-criminalidade>

Esse discurso de integralidade das forças que Cláudio Castro proferiu, vai de encontro com a ideia proposta pelo Programa VIGIA¹⁹, criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro em 15 de abril de 2019, sendo formalizado apenas no dia 3 de dezembro de 2021. Esse programa tinha como objetivo a integração de diversos órgãos da segurança pública, a fim de intensificar o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e ao terrorismo (segundo o próprio documento). As regiões fronteiriças estariam no foco desse programa, para esse combate ao crime.

Além dessas características, o VIGIA propôs a criação de centros de inteligência, parceria com os governos estaduais e municipais, juntamente com a iniciativa privada. Porém, após análise da continuidade do programa, foi possível notar algumas controvérsias presentes. A falta de transparência, de relatórios detalhados e análises de desempenhos foram sentidas, dificultando a compreensão da real eficácia e impacto do programa. Além disso, desafios para a coordenação de diferentes órgãos também se mostraram presente.

Outra problemática existente no programa, que possui inclusive semelhança com o Rio, é a intensa militarização da segurança pública; ou seja, a priorização de ações repressivas, deixando de lado políticas preventivas. Diante disso, questionamentos sobre os efeitos das operações em comunidade locais, além de povos indígenas e ribeirinhos, se fazem presentes e não apresentam respostas efetivas. No caso do Rio de Janeiro, é possível notar as relações das políticas do governador Cláudio Castro alinhadas a ideia proposta durante o governo Bolsonaro.

O que faltou ser notado por Cláudio Castro foi que a decisão proferida pelo ministro Edson Fachin no dia 5 de junho de 2020, em relação à ADPF 635, contribuiu para melhor controlar as operações policiais nas favelas e, consequentemente, diminuir o número de mortes produzidas por essas incursões. De acordo com o relatório do GENI-UFF (Jul 2020), essa restriçãoposta pelo STF durante o período da pandemia foi responsável por diminuir significativamente a letalidade sem o aumento de ocorrências criminais.

Todavia, no mês de outubro, foi possível observar o aumento das operações policiais e o impacto destas na letalidade policial e nas ocorrências criminais. De acordo com o relatório “Aumento das operações policiais: Caracterização e Impactos” do GENI-UFF, comparando o mês de setembro e outubro, houve um crescimento de 120% nas operações policiais e um aumento de 500% nas operações policiais com morte, além de um aumento de 84 mortes por intervenção de agentes do Estado.

¹⁹ Não há informações públicas sobre a descontinuidade do Programa VIGIA

Tanto os dados sobre operações policiais como aqueles de letalidade policial e ocorrências criminais apontam um aumento da violência policial, tendo como indicadores as mortes em operações policiais e a letalidade policial e, simultaneamente, baixa produtividade policial, constatado no crescimento modesto de prisões e dos crimes contra a vida e contra o patrimônio. (...) foram notificados entre os meses de setembro e outubro um aumento da letalidade policial de 205%, de 55% dos crimes contra a vida, com destaque para o crescimento em 20% nos homicídios dolosos e um crescimento de 9% dos crimes contra o patrimônio (Relatório GENI, nov 2020)

Menos de três meses após seu primeiro discurso como governador interino, no dia 10 de novembro de 2020, Cláudio Castro concedeu uma nova entrevista ao Globo, na qual prometeu um novo plano de segurança pro estado do Rio, que seria inaugurado no primeiro semestre do ano de 2021. Segundo as palavras do próprio governador, a força do estado entraria em qualquer lugar, porém não apenas com a polícia, e sim oferecendo outros serviços para a população das favelas onde o programa iria acontecer.

Este projeto citado por Cláudio Castro viria a ser futuramente o programa Cidade Integrada, onde a favela do Jacarezinho, na zona norte do Rio de Janeiro, e a favela da Muzema, na zona oeste do Rio, foram ocupadas com a promessa de levar para a população local programas de melhoria para vida social, garantindo os direitos básicos e fundamentais do cidadão brasileiro.

Hoje nós temos um programa que é um sucesso que é o segurança presente. Nós estamos investindo demais na questão da inteligência e da investigação. Outro dia saiu uma reportagem onde o Rio é dos estados que menos elucida crimes. Então a secretaria de Polícia Civil já está empenhada em a gente melhorar sensivelmente esses números. E o que eu tenho dito muito é o seguinte: Nessa gestão não haverá local onde o estado não entra. O estado entrará em qualquer lugar. Mas não entrará só com a polícia, tem que entrar com o serviço público, com a Cedae, com a Secretaria de Assistência, tem que melhorar as escolas. Então nós temos que fazer essa ocupação, numa forma de ser uma ocupação de segurança, mas também de serviço público. A proposta que eu fiz as secretarias que cuidam de segurança, secretaria da polícia militar, secretaria da polícia civil, administração penitenciária e o instituto de segurança pública é que nós apresentemos durante o primeiro semestre do ano que vem um plano novo de segurança pública, que a população tenha a transparência do que nós estamos perseguindo. E eu repito, não haverá local onde o Estado não entre (CASTRO, nov 2020)²⁰

O Cidade Integrada²¹ foi anunciado pelo governador Cláudio Castro como um programa que seria importante para o início de resoluções na área de segurança pública do Rio. Como dito anteriormente, esse programa contaria com duas favelas que funcionariam como uma espécie de laboratório para teste. Este projeto foi constituído sem um orçamento

²⁰<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/10/claudio-castro-promete-novo-plano-de-seguranca-para-o-rj-no-primeiro-semestre-do-ano-que-vem.ghtml>

²¹ O Cidade Integrada foi oficialmente anunciado no dia 22 de janeiro de 2022

próprio, e os investimentos feitos nessas áreas seriam retirados de investimentos previstos para outras localidades, “para concentrar a gestão dos benefícios ações e projetos” em dois territórios específicos.

Segundo a pesquisa realizada e posta no relatório produzido pelo Observatório Cidade Integrada juntamente com o GENI-UFF, este projeto implementado pelo governo estadual, não estabeleceu comunicação com a sociedade civil, nem com as lideranças comunitárias das favelas que seriam ocupadas. Essas lideranças, segundo a pesquisa, apenas souberam do programa Cidade Integrada pela divulgação da imprensa. Este relatório mostra que 45% dos entrevistados não sabiam se houve alguma reunião sobre o Cidade Integrada e 35% confirmaram que nunca houve uma reunião com os moradores. Apenas 18% ficaram sabendo de alguma coisa e apenas 2% participaram.

O projeto Cidade Integrada se mostrou diferente do que constava no decreto inicial. Um projeto sem recurso próprio, de pequeno porte, que chegou inclusive a ser comparado com as UPPs, mas que se mostra completamente diferente em termos de estruturas e possibilidades. Apesar das UPPs também sofrerem resistência e dividirem a opinião dos moradores e especialistas na época em que foi posto, ainda assim existiu um consenso de que com o passar do tempo uma estabilidade maior foi vista em alguns territórios, onde negociações e acordos entre a polícia e os traficantes locais se tornaram possíveis e importantes para a manutenção dessa estabilidade. Vale ressaltar que UPPs fracassaram com o passar do tempo.

Além disso, segundo o relatório do Observatório Cidade Integrada²², podemos observar um grande volume de denúncias quando se trata de violações a direitos humanos, praticados por policiais militares que integram e ocupam território do Jacarezinho. Esse tipo de denúncia feita pelos moradores não é uma novidade quando se trata da ocupação e permanência de policiais dentro das áreas das favelas. Esse relatório produziu análises tanto quantitativas como qualitativas, fazendo um balanço sobre a experiência dos moradores com o programa Cidade Integrada nos primeiros 5 meses no bairro do Jacarezinho.

Neste relatório é possível observar que a maioria dos entrevistados reprovou o Cidade Integrada dentro da comunidade. Apenas 1% dos entrevistados declarou satisfação com o programa do governo estadual. Duas das principais críticas feitas pelos moradores, como já

²² O Observatório Cidade Integrada foi criado pelo Instituto de Defesa da População Negra (IDPN), após constantes denúncias de abusos policiais na favela do Jacarezinho. O observatório conta com parceria com a Associação dos Moradores do Jacarezinho, a Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial, a Associação de Juízes pela Democracia, o Lab Jaca, a Rede de Observatórios, a Casa Fluminense, GRESS Unidos do Jacarezinho e GENI-UFF.

dito anteriormente, são as violações praticadas pelos policiais contra os moradores e as frequentes perseguições á suspeitos, que resultam em trocas de tiro, minando o espaço de ir e vir da população local. Também é possível observar que 62% dos entrevistados não queriam a continuidade do programa.

Dentro do relatório do Observatório foram coletadas informações feitas por comerciantes locais relatando que o comércio foi abalado por conta da grande sensação de insegurança que o Cidade Integrada trouxe. Hoje, o Jacarezinho funciona como um importante centro comercial para os bairros do entorno, porém acaba perdendo esses clientes que usufruem dos serviços prestados dentro da favela, diminuindo a renda dos comerciantes locais. 69% dos entrevistados registraram que não se sentiam mais seguros com a presença das polícias na comunidade. Apenas 10% confirmaram a sensação de maior segurança.

Para além do comércio, o relatório também aponta diversas outras atividades que foram prejudicadas em razão do Cidade Integrada, como as festas, nas ruas ou mesmo dentro de casa, a frequência nos bares, crianças brincando na rua, entre outras atividades de lazer. Assim, se torna interessante elucidar que, o que era para ser um programa que traria melhorias para os serviços e qualidade de vida para os moradores, na verdade está indo exatamente no contra fluxo do discurso proposto no início. 76% dos entrevistados falaram que as opções de lazer foram prejudicadas pela cidade integrada, e apenas 18% falaram que não.

Outro levantamento importante que este relatório traz, é da percepção dos moradores sobre o Cidade Integrada, de que esse programa se limitava apenas à ocupação do território pela polícia militar e de “que nada além disso seria oferecido pelo Estado à comunidade” (Observatório Cidade Integrada, 2022).

Vale ressaltar que o programa contava com diversos projetos para os moradores. Alguns deles foram realizados, mas logo do tempo pararam de ocorrer. Tem-se como exemplo a descontinuidade do projeto “Desenvolve Mulher”, citado no relatório, por conta do abandono dos professores do curso devido ao atraso nos salários combinados. A bolsa para as alunas também não ocorreu. Por meio de novos decretos, diversos programas que inicialmente aconteceriam, foram retirados, restando apenas dois dos dez que contavam no início. Os poucos projetos implementados e que contaram com a adesão da população foram cancelados sem nenhum tipo de aviso prévio. Nesse lugar, apenas 37% dos entrevistados falaram que sabiam dos serviços oferecidos pelo estado na comunidade e 58% não sabiam de nada.

Faz-se necessário mencionar a falta de transparência²³ do Programa Cidade Integrada, não aparecendo nos portais de transparência do governo estadual, sem previsão orçamentária e sem prestação de contas. (Observatório Cidade Integrada, 2022)

O programa Cidade Integrada fez reverberar uma maior sensação de insegurança para os moradores locais. Essa pesquisa realizada mostra que existem alguns relatos de invasão a domicílios onde policiais subtraíam ou danificavam os bens dos proprietários. Esses moradores se sentiam inseguros e com medo de fazer denúncias, temendo a retaliação dos mesmos. 50% dos entrevistados confirmaram que as polícias entraram nas suas casas e 25% confirmaram que viram policiais entrando na casa de seus vizinhos. 17% ouviram falar que eles haviam entrado em alguma casa, e apenas 8% disseram não saber se isso acontece. Os dados mostram também que nenhum dos entrevistados falou que isso não acontece nas comunidades.

O relatório também traz denúncias, como a tomada de aparelhos celulares invadindo a privacidade dos moradores, e o mais preocupante, a violência cometida por alguns policiais, na configuração de estupro, sobre crianças e adolescentes da comunidade.

Observando os discursos do governador Cláudio Castro, nota-se a raridade em que o vemos falando sobre o programa Cidade Integrada. Aparentemente as promessas iniciais feitas foram deixadas de lado e o governador direcionou suas prioridades para outros setores da segurança pública. Nitidamente o funcionamento deste programa como algo que mudaria substancialmente a segurança pública do Rio de Janeiro, não obteve sucesso e nem continuidade.

A última vez que o governador mencionou publicamente o Programa Cidade Integrada foi durante uma entrevista dada ao Bom dia Rio²⁴, jornal matinal da Rede Globo, do Rio de Janeiro, no qual o governador afirmou que havia inclusive o planejamento da ampliação do programa para outras comunidades do estado. Castro destacou que teria um alto investimento em infraestrutura nas comunidades, usando como referência as obras realizadas no Jacarezinho e os planos pretendidos para a Mangueira.

²³ Data de consulta: 15/12/24

²⁴https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2022/noticia/2022/10/03/claudio-castro-fala-sobre-planos-de-governo.ghtml?utm_source=chatgpt.com

3.2 – A POLÍCIA DE CLÁUDIO CASTRO

No ano de 2021, Cláudio Castro assistiu a prisão do seu secretário de administração penitenciária²⁵, Raphael Montenegro, que foi preso junto de dois subordinados seus, acusados de negociar vantagens ilícitas com chefes de organizações criminosas do Rio. Raphael foi flagrado em um aniversário dentro do presídio, de um traficante conhecido como Abelha, três dias antes da saída do mesmo, mesmo com mandado de prisão em aberto.

Apesar de comprovada a presença de Raphael no aniversário, esse episódio não foi suficiente para o governador Cláudio Castro demiti-lo de imediato. O que consta é que somente três semanas depois o então secretário de administração penitenciária foi demitido, mas apenas pelo fato de ter sido preso pela Polícia Federal.

Nos últimos três anos a Secretaria de administração penitenciária contou com três chefes diferentes. No ano de 2022, também seria noticiada a prisão do ex-secretário de polícia civil, Allan Turnowski²⁶, preso em uma operação por suposto envolvimento com o jogo do bicho no Rio de Janeiro. Vale ressaltar que desde o ano de 2008, quatro chefes da polícia civil foram presos por motivos diferentes. A instituição de polícia investigativa vive uma crise com os seus chefes até então.

No ano de 2024 ocorreria novamente uma problemática envolvendo um chefe da Secretaria de administração penitenciária, com a soltura de um criminoso considerado de alta periculosidade. O miliciano Peterson Luiz de Almeida foi solto pelo então secretário Fernando Veloso, nomeado por Cláudio Castro após o caso de Raphael Montenegro.

Mesmo com diversas crises instaladas dentro dos poderes policiais, o governo de Cláudio Castro mantém um programa de segurança pública bastante direcionado para o confronto, tendo este como um dos únicos caminhos possíveis a serem feitos. Quando Cláudio Castro comenta sobre as chacinas policiais ocorridas na favela do Jacarezinho e na favela do Salgueiro em São Gonçalo, isso fica evidente. Na primeira incursão, houve vinte e oito mortos, na segunda, nove mortos.

Existe uma certa naturalização dos fatos por parte do governador, que observa como uma ação policial normal, discordando de que o excesso de letalidade provocada por essas

²⁵<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rj-ex-secretario-de-administracao-penitenciaria-e-preso-pela-policia-federal/>

²⁶<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-09/ex-secretario-de-policia-civil-do-rio-e-preso-em-operacao>

incursões é algo recorrente, como podemos ver em entrevista dada ao jornal extra sobre o caso do Jacarezinho.

Temos trabalhado todos os dias para melhorar a ação das nossas polícias. Eu discordo de quem diz que ações como essa ou a do Jacarezinho, realizada em maio (que deixou 28 mortos), são recorrentes. No Jacarezinho, o que se viu foi o cumprimento de uma ação judicial. No Salgueiro, vimos uma operação da Polícia Militar. Não apoiamos erros e, se alguém errou, será punido. Mas, aqui ninguém é criança. Sabemos que ninguém vai camuflado para um mangue com a intenção de trocar tiros de airsoft com policiais. Se o sujeito foi lá, não foi para fazer coisa boa no local (CASTRO, NOV 2021)

Tanto a operação do Jacarezinho quanto a operação no morro do Salgueiro em São Gonçalo contaram com relatos de moradores sobre os excessos cometidos pela polícia, algo recorrente nas operações em favelas do Rio de Janeiro. Ambas as operações tomaram caráter de operação vingança, algo também já apontado como um dos motivos principais de incursões.

A Rede de Observatórios da Segurança traz dados alarmantes sobre o ano de 2021. Segundo o Observatório²⁷, no ano de 2021, trinta e oito chacinas aconteceram no Rio de Janeiro, quatro a mais do que no ano de 2020, sendo vinte e sete delas cometidas por policiais, registrando um número impressionante de 128 mortes. 71 % dessas chacinas foram realizadas por agentes do estado.

O que fica extremamente marcado também são as características das operações. Moradores relatam que essas mortes demonstravam um caráter de execução, havendo inclusive corpos desfigurados, pressupondo tortura. Também existem relatos de que não foi encontrado nenhum tipo de arma perto dos corpos. Operações vingança se tornaram um símbolo das polícias do Rio de Janeiro, mostrando a pouca capacidade de utilizar de inteligência em investigação para o combate ao crime organizado.

Mais um exemplo é a defesa do governador Cláudio Castro a operação realizada no ano de 2022 na Vila Cruzeiro. Essa operação contou com a polícia Rodoviária federal e o batalhão de operações especiais (BOPE), resultando em 25 pessoas mortas. O governador negou que essa operação tenha sido uma chacina, mostrando desconhecimento pelo

²⁷<https://observatorioseguranca.com.br/chacina-do-salgueiro-essa-e-a-politica-de-seguranca-oficial-de-claudio-penha.htm#:~:text=No%20dia%20seguinte%20%C3%A0%20segunda,demonstra%C3%A7%C3%A3o%20de%20for%C3%A7a%20e%20autoridade%22>

²⁷https://x.com/jairbolsonaro/status/1529273753112391689?ref_src=twsrctwfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1529273753112391689%7Ctwgr%5E378382a2853a16bcac299fd18197c50ba7e0e130%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fcotidiano%2Fultimas-noticias%2F2022%2F05%2F25%2Fbolsonaro-elogia-acao-policial-que-deixou-22-mortos-na-vila-cruzeiro-rj.htmcastro/

significado dessa palavra e desse ato. Claudio Castro afirmou que a “política de segurança no Rio de Janeiro, infelizmente, exige do poder público demonstração de força e autoridade. Confronto, numa palavra. Coragem, noutra”²⁸. O que não constou na lista feita pela polícia militar com os mortos nessa operação, foi a quantidade de civis baleados dentro de casa ou até mesmo que mantinham certa distância da zona de conflito. Essa ação, a segunda mais letal da história do Rio de Janeiro, também foi parabenizada pelo então presidente, Jair Bolsonaro²⁹.

É interessante trazer que o secretário da polícia militar do Rio de Janeiro, coronel Luiz Henrique Marinho Pires, culpou o Supremo Tribunal Federal pela migração de criminosos para o estado do Rio. Mesmo Cláudio Castro negando a existência de uma crise institucional entre o governo do Rio de Janeiro e a Suprema corte, falando que esse episódio já está resolvido, esse tipo de postura demonstra o desalinhanamento das forças repressivas do Rio de Janeiro com o STF.

O relatório de abril de 2021 realizado pelo GENI mostra que no recorte de 2007 até 2020 a grande maioria das operações teve inexpressiva eficiência, sendo consideradas apenas 1,7% de todas as operações eficientes durante esse período. O relatório chama a atenção para a falta de transparência e fiscalização nas atividades das polícias, fazendo com que os casos de abusos e corrupções, entre outros fatores, aconteçam dentro dessas instituições.

As decisões judiciais precisam ser cumpridas para que produzam os efeitos almejados e, no caso das operações policiais, há resistência por parte das instituições públicas ao nível estadual em exercer as suas atribuições de fiscalização ou mesmo em operar com transparência que propicie o exercício de controles democráticos por parte da sociedade civil (GENI-UFF, abr 2021)

Outra questão levantada pelo relatório é que boa parte das incursões realizadas pelas polícias não resulta de um procedimento judicial. Essas operações são feitas sem muitas regras ou condições de contorno, resultando em maior letalidade policial e aumentando o número de mortos e feridos em detrimento do número de prisões e apreensões. Vale ressaltar o abandono do estado do Rio de Janeiro pelo Sistema Integrado de Metas (SIM), que, de

²⁸<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/25/resumo-acao-rio-mortes-vila-cruzeiro-complexo-penha.htm#:~:text=No%20dia%20seguinte%20%C3%A0%20segunda,demonstra%C3%A7%C3%A3o%20de%20for%C3%A7a%20e%20autoridade%22>

²⁹https://x.com/jairbolsonaro/status/1529273753112391689?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1529273753112391689%7Ctwgr%5E378382a2853a16bcac299fd18197c50ba7e0e130%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fcotidiano%2Fultimas-noticias%2F2022%2F05%2F25%2Fbolsonaro-elogia-acao-policial-que-deixou-22-mortos-na-vila-cruzeiro-rj.htm

acordo com o relatório, enquanto vigorou no período de 2009 a 2013, contribuiu para a redução de ocorrências criminais.

Diferentemente do que pensaram sobre a decisão do STF, a redução das operações policiais no ano de 2020 não fez com que aumentasse o número de crimes contra a vida e nem de crimes contra o patrimônio, provando que “o respeito aos direitos humanos, a dignidade da vida humana e o enfrentamento da letalidade policial não se opõem ao controle do crime, muito pelo contrário.” (GENI-UFF, abr 2021).

Um levantamento feito pelo Instituto Fogo Cruzado no ano de 2022³⁰ mostrou que nos seis anos anteriores houve mais de 1000 mortos em chacinas policiais no Grande Rio, onde as ações policiais desse período resultaram em 250 chacinas. Este levantamento também registra que três das operações mais letais ocorridas na história do estado aconteceram em um intervalo menor que dois anos, tendo todas elas ocorrido durante o governo Cláudio Castro.

Estes dados se mostram alarmantes quando observamos que entre o ano de 2020 e o ano de 2022, mais de 463 pessoas morreram em decorrência de 106 chacinas realizadas. Esses fatos também assinalam que a região da zona norte do Rio de Janeiro é onde se concentra o maior número de chacinas realizadas, sendo 87 bairros afetados pela letalidade policial. De acordo com o relatório realizado pelo GENI, o ano de 2021 ficou marcado por uma alta participação da letalidade policial no total de homicídios, aumentando 25,9 % comparado ao ano de 2020, chegando a 35,4 % de chacinas e apresentando um crescimento de 266,7 % num total de 44 ocorrências que registraram 185 mortos.

O Instituto Fogo Cruzado³¹ revela que entre janeiro de 2022 até julho de 2023 houveram 61 chacinas realizadas pelas polícias em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O número total de mortos advindas dessa chacina é de 270, o que mais uma vez indica a continuidade da prática militarizada e de alta letalidade das polícias do Rio.

As chacinas policiais devem ser entendidas como um fenômeno de alta concentração de mortes em eventos regulares específicos, ou seja, as chacinas ocorrem em Chacinas e letalidade policial uma pequena parte do imenso volume de operações policiais realizadas todos os dias no Rio de Janeiro, mas têm um peso muito importante na letalidade em operações policiais (GENI-UFF, mai 2022)

O relatório “Chacinas Policiais” destaca quais são as instituições que mais participaram de chacinas. Em números absolutos a Polícia Militar participa mais que a polícia civil, porém em participação relativa, ambas as instituições se aproximaram muito, com 3,7%

³⁰<https://fogocruzado.org.br/mil-mortos-chacinas-policiais-grande-rio>

³¹ As informações podem ser acessadas através do site <https://www.chacinaspoliciais.com.br/>

e 2,5% das operações, respectivamente. Todavia, o mais curioso desse levantamento é que as chacinas com participação da polícia militar têm em média quatro mortos, já com a participação da polícia civil, tem uma média de 4,8 mortos.

O que chama atenção nesses números é perceber que a Polícia Civil tem funções investigativas e jurídicas e não funções ostensivas como a Polícia Militar. Isso evidencia pouca distinção no escopo da prática efetiva que cada instituição deve ter no seu campo. Portanto, não é um erro dizer que “a brutalidade se concentra em frequência na Polícia Militar, mas a Polícia Civil é proporcionalmente mais letal.” (GENI-UFF, mai 2022)

Quando se trata das unidades especiais, tanto da polícia militar quanto da polícia civil, percebemos, segundo o relatório, que elas tendem a fazer mais operações com maior letalidade e, por consequência, transformá-las em chacinas. O relatório chama atenção para a necessidade de um maior preparo dessas unidades, tendo em vista o lado tático e operacional, para que dessa forma conseguissem diminuir a alta letalidade e os riscos de perdas humanas nessas incursões policiais dentro das áreas de favelas.

As operações com a presença do BOPE ou da CORE tem uma probabilidade duas vezes e meia maior de terminarem com uma chacina (7,7% frente a 2,9% dos batalhões e delegacias de área) e, quando juntas, ou seja, com a presença simultânea de BOPE e CORE em uma dada operação, temos uma probabilidade seis vezes maior da ocorrência de chacinas (18,2% frente a 2,9% dos batalhões e delegacias de área). (GENI-UFF, mar 2022)

Apesar da maior motivação das operações policiais ser a “repressão ao tráfico de drogas e armas”, segundo o relatório, é possível observar que as operações que se enquadram na categoria “retaliação por morte ou ataque a unidade policial”, as “operações vingança”, são as que mais contam com números de mortes que computam chacinas, tendo uma média de 5,1 mortos para cada uma delas. Como exemplo, podemos voltar na chacina na favela do Jacarezinho, onde a mesma tomou contorno diferente após a morte de um policial no início da operação, se enquadrando neste perfil de “operação-vingança”.

Em contrapartida, as operações amparadas judicialmente que decorrem de frutos de investigações, são as operações que contam com menos letalidade comparada com aquelas chamadas operações emergenciais. O planejamento de operações tende a contar com o menor número de letalidade.

Vale lembrar que essa extrema violência também não é interessante para os agentes de segurança do estado. O relatório feito pelo Instituto Fogo Cruzado revelou que 100 policiais

foram baleados no grande Rio no ano de 2022³², onde 52 destes foram atingidos enquanto estavam em serviço, contando com 12 óbitos e 40 feridos. A falta de um melhor planejamento para a segurança pública do estado do Rio afeta tanto a população da favela, quanto os próprios agentes de segurança, não trazendo nenhum tipo de retorno positivo efetivo.

O ano de 2022 ficou marcado por ser o ano em que 80,4% das chacinas realizadas e 87% das mortes decorrentes de chacinas tiveram a participação de agentes de segurança do Estado. (GENI-UFF, abr.2023). Diante desses dados, não é problemático afirmar que as forças policiais e suas atuações fazem parte, de forma consolidada, do problema geral da violência armada, não funcionando como um recurso resolutivo dos conflitos no Rio de Janeiro.

Os dados estatísticos levantados pelo GENI e Fogo Cruzando mostram que entre 2020 e 2022, a violência estatal não aumentou o número de mega chacinas policiais ocorridas no Grande Rio, elevando para 23,4%. É possível observar que entre esses anos, o número de mortos nas mega chacinas aumentou consideravelmente em relação aos anos anteriores. Nos anos de gestão de Cláudio Castro, a letalidade policial se tornou mais intensa, ao ponto que três das quatro maiores mega chacinas do Estado do Rio estão concentradas nesse período. (GENI-UFF, abr.2023).

O poder executivo estadual tem sido bastante explícito ao endossar a suposta legitimidade e legalidade das mega chacinas policiais ocorridas durante o seu mandato. Mas diante desse total descontrole sobre o uso da força estatal, cabe indagar o que está sendo feito pelo sistema de justiça para submeter as instituições policiais à Lei e, assim, assegurar o respeito do direito à vida da população pobre, negra e favelada. Tal estado de coisas não poderia se perpetuar sem a leniência do Ministério Público e da Justiça estaduais, instituições encarregadas, respectivamente, da fiscalização da atividade policial e da responsabilização legal de criminosos. (...) Não se trata aqui de negar que ocorram confrontos entre polícia e grupos armados, mas de constatar que há desproporcionalidade no uso da força por parte da polícia, ausência do emprego de cautelas destinadas à defesa da vida e que ocorrem execuções sumárias escamoteadas como legítimas defesas. (GENI-UFF, abr.2023).

Mesmo com esses indicativos alarmantes e a situação delicada que o Rio de Janeiro passa, o governador Cláudio Castro insiste em negar que essas operações são configuradas como chacinas, dizendo que “isso é uma opinião pessoal de quem acha que é chacina” ³³, demonstrando o mínimo de conhecimento técnico e discursando de forma a legitimar este tipo de ação policial, trazendo uma normalização da grande letalidade cometida pelas polícias, justificável pela chamada “guerra às drogas”.

³²<https://fogocruzado.org.br/100-policiais-militares-baleados-grande-rio-2022>

³³<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/as-operacoes-cumpriram-exatamente-os-preceitos-diz-castro-sobre-jacarezinho-e-vila-cruzeiro/>

O processo de estatização das mortes produz a criação de mega chacinas, impulsionadas pelas forças polícias e atenuantes na produção de mortes e letalidade policial. As justificativas para as intervenções policiais demonstram a falta de controle das instituições, utilizando do enfrentamento ao crime organizado como motivação para a criação dessas mega chacinas.

É importante ressaltar que a atuação arbitrária na polícia quando se trata de incursões dentro dessas áreas de favela também passa como já dito anteriormente, por uma falta de controle externo sobre essas atividades. Relembando que a extinção da Secretaria de Segurança Pública feita durante o governo de Wilson Witzel no ano de 2019, onde o mesmo afirmava que essa medida era necessária para aperfeiçoar as ações e fazer uma aproximação das polícias permitindo com que houvesse de desarticulação de quadrilhas³⁴, contribuiu de forma notória para um aumento da falta de transparência e controle das atividades policiais. Lembrando que com essa decisão, as polícias Militar e Civil passaram a ter um status de secretaria.

Essa medida pode ter sido encarada como uma estratégia eleitoral, tendo em vista que uma grande base eleitoral, tanto de Wilson Witzel quanto de Cláudio Castro, parte das forças policiais do estado do Rio de Janeiro. O movimento feito por Castro, quando observamos, por exemplo, a troca no comando da Secretaria da Polícia Civil, que funcionou sob um movimento de pressão vindo da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, mostra como existe uma fragilidade dessas pautas em relação a pressões políticas, sendo danoso pro planejamento de políticas públicas na área.

A saída do delegado José Renato Torres, que estava apenas há três semanas no cargo, dando lugar a Marcus Amim, necessitou de uma tramitação recorde de um projeto de lei encaminhado para Alerj, que alterou a lei orgânica da Polícia Civil para que Marcus Amim pudesse ser indicado como novo secretário. Esse tipo de alteração se mostra como prejudicial, tendo em vista que a cada novo comando na pasta, é necessário mudanças nos postos de comando de várias delegacias diferentes, atrapalhando o processo de trabalho em investigações que estão em curso.

Até esse momento, para o próprio governador, a extinção da Secretaria de Segurança Pública feita em 2019 foi uma excelente escolha. Para Claudio Castro esta secretaria não fazia a menor falta, pois, de acordo com ele, os números estatísticos estavam muito melhores do

³⁴<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/12/witzel-diz-que-extincao-da-secretaria-de-seguranca-vai-aproximar-policias-e-acabar-com-baroes-da-droga.ghtml>

que quando ela existia, vendo-a como um órgão eminentemente político³⁵. Contudo, como observado, as atuações políticas dentro das tomadas de decisões das polícias foram realizadas mesmo sem a existência da secretaria.

Curioso é que apenas dois meses depois dessa afirmativa dada em entrevista ao portal de notícias G1, Claudio Castro fez a criação de uma nova Secretaria de Segurança Pública. Castro afirmou que esse novo modelo de Secretaria seria diferente da anterior, prometendo que ela seria mais enxuta, trabalhando somente na integração e coordenação das polícias. O que foi visto, na verdade, foi basicamente a manutenção do modelo de segurança que já existia, criando uma corregedoria geral unificada e mantendo o trabalho de inteligência da forma como já está, junto com as corregedorias próprias de cada polícia.³⁶

Essa recriação relâmpago feita pelo governador mesmo após ele dizer que não havia necessidade da existência dessa secretaria, se deve também a um movimento político onde o governador buscava de forma incessante o incentivo financeiro do governo federal para a área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

É preocupante quando existem notícias como a de que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro desmentiu o laudo final³⁷ produzido pela Polícia Civil sobre as mortes no Jacarezinho. Segundo o MP, dois policiais foram responsáveis pela execução de um homem que estava encurrulado e desarmado. Esta foi apenas uma das denúncias realizadas por moradores após a operação. A solicitação deste laudo foi feita após o fim da investigação, sem contar com a presença da perita novamente ao local do homicídio e sem levar em consideração as testemunhas do crime. Não houve solicitação da polícia civil para que o Ministério Público reconstituísse a cena de investigação.

Quando relacionado à polícia civil, o governador Cláudio Castro no debate do Terra realizou um discurso preocupante e que vai de contra novamente aos dados apresentados.

A polícia civil é uma é uma instituição bicentenária com homens e mulheres sérios, que não tem governador, não tem secretário, não tem ninguém que vai instrumentalizar a polícia. Os resultados da polícia civil estão aí.

O combate à milícia, o combate ao tráfico, todos os combates tem sido feitos. Eu tenho orgulho da minha da minha polícia civil e garanto, a minha polícia civil, a polícia civil do estado do Rio de Janeiro é impossível que qualquer um consiga instrumentalizar ela e por isso a gente tem feito uma polícia civil cada dia mais preparada, uma polícia civil valorizada. Hoje, e os sindicatos sabem como foi, a negociação séria com eles. Tiramos dos piores salários do Brasil para os melhores

³⁵<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2023/10/03/entrevista-claudio-castro.ghhtml>

³⁶<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/12/01/claudio-castro-secretaria-de-seguranca.ghhtml>

³⁷<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/05/policia-produziu-laudo-apos-fim-da-investigacao-para-defender-agentes-sobre-mortes-no-jacarezinho.ghhtml>

salários do Brasil. Fizemos concurso para polícia civil e eu fico muito feliz da gente poder cada dia estar valorizando (Debate Terra, Claudio Castro. Set 2022)

Este se torna o exemplo de mais um discurso que parece ser mais pertinente para uma campanha eleitoral do que condizente com a realidade. Mesmo diante de todos esses dados e notícias controversas relacionadas à segurança pública do estado do Rio, o discurso do governador Cláudio Castro feito tanto nos debates para governador, quando no momento de sua reeleição, parecem estar descolados da realidade apresentada nessas informações. Em seu discurso, parece ter uma insistência nas benfeitorias feitas por ele para as polícias, sempre esquivando das realidades apresentadas.

São só 2 anos à frente. E 2 anos à frente, tão ai os dados oficiais pra te demonstrar. Todos os índices caíram, inclusive comparados com o tempo da pandemia. A segurança pública do Rio de Janeiro já está melhorando hoje. Não dá pra fazer mágica. Governar não é fazer mágica. Governar é colocar tijolinho em cima tijolinho, como se fosse uma obra. Isso é planejamento, é trabalho diário e isso está sendo feito. Por isso que você já tem percebido e os dados já tem mostrado a evolução do Rio de Janeiro. (Debate Terra, Claudio Castro. set 2022)³⁸

Um discurso bastante controverso feito por Castro se encontra em um debate realizado no portal Terra. O governador relatou que nos últimos 40 anos não houve um caso sequer de inocente vítima de tiros vindos de helicópteros, o que é comprovado o oposto, de acordo com pesquisas. Além disso, este tipo de discurso em um momento de eleição, onde o Supremo Tribunal Federal indicou a necessidade de não utilizar helicóptero como plataforma de tiro, também mostra Cláudio Castro indo de contra as recomendações dadas pelo STF, causando mais tensão entre os poderes.

Após sua reeleição, podemos observar outro de seus discursos que não condiz com algumas realidades apresentadas, como foi o caso do Cidade Integrada e os projetos e programas oferecidos, que deixaram de ser realizados e foram abandonados pelo governador.

O que muda é o processo de evolução do que estamos fazendo. Nossa política de segurança não pode ser vista rapidamente, mas nós tínhamos o pior salário do Brasil e hoje somos o terceiro melhor, tínhamos uma estrutura péssima. estou melhorando, já chegaram novas viaturas, coletes, tô reabrindo IMLs, centro de imagens. Além disso tem o programa do Segurança Presente que já tem 42 bases, junto com a Cidade Integrada, que é um sonho da política pública, para que a gente lá como nós fizemos, reabrindo Faetec, reformando escolas, voltando projetos de juventude e de idosos, não entrar na favela só dando tiro, vamos reorganizar a segurança pública. Somos o menor homicídio culposo da série histórica, vamos reabrir concursos como já fizemos com a PM. Foram só dois anos de governos e já evoluímos e agora vamos evoluir muito mais (...)

³⁸<https://www.youtube.com/watch?v=AsdrnEy4UIE>

O rio onde a segurança pública é respeitada, é valorizada, mas que também sabe que tem que avançar. Sobretudo em locais de comunidades, sobretudo nas pautas (pausa), fazer uma polícia que faça o papel dela, mas que também seja uma polícia social, uma polícia que ajude o morador (Claudio Castro, out 2022).³⁹

Apesar do que foi dito no debate político por Cláudio Castro, onde o mesmo mostrou que seria importante para a segurança pública do Rio de Janeiro uma valorização e investimento na qualidade de vida dos moradores das comunidades, citando reformas de escolas, criação de projetos para Juventude e idosos, não apenas dando tiro ao entrar nas favelas, na prática seu governo continuou repetindo os movimentos feitos durante seu primeiro mandato, tanto quando era governador interino quanto depois de ser confirmado após o cassação de Wilson Witzel.

Até essa altura da dissertação, já foram trazidas algumas informações sobre o projeto do Cidade Integrada promovida pelo governados Cláudio Castro, que utilizou dele como uma grande propaganda de divulgação da sua gestão e seus planejamentos para a segurança pública do Rio. Mas é necessário ressaltar também que, no mês de maio de 2024, o próprio Ministério Público Eleitoral classificou o Cidade Integrada como um programa de caráter eleitoreiro⁴⁰, inclusive recomendando a cassação tanto de Cláudio Castro como de seu vice, Thiago Pampolha e mais sete políticos.

O MPE classificou os eventos que tinham relação com o programa Cidade Integrada como “verdadeiros acontecimentos políticos para promoção da campanha dos representados, inclusive com entrega de material de campanha à população durante a inauguração dos projetos na localidade”.

De fato, é possível afirmar que o Cidade Integrada não funcionou. Um programa que não contou com uma verba específica destinada e nem com diálogo prévio com a população das áreas ocupadas. O que se viu foi o abandono dos programas que seriam oferecidos para a população local, o impacto negativo na sensação de segurança dos moradores locais, além do impacto negativo na economia local, mantendo a continuidade dos episódios de confrontos armados entre policiais e facções.

Em uma nova operação realizada no complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, em março de 2023, que contou com um alto número de letalidade cometido pelos agentes de segurança do estado totalizando 13 mortos, Cláudio Castro reafirmou qual é o real sentido imaginado para a segurança pública do seu governo.

³⁹<https://odia.ig.com.br/eleicoes/2022/10/6497966-claudio-castro-e-reeleito-governador-do-estado-do-rio.html>

⁴⁰<https://cbn.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/07/cidade-integrada-foi-programa-eleitoreiro-diz-procuradoria-ao-recomendar-cassacao-de-castro.ghtml>

Enquanto eu estiver à frente, o combate será duro. Não há um local onde o estado não entre. Não adianta vir de outro estado para cá que será neutralizado, como foram esses aqui. Aqui no Rio de Janeiro tem comando, tem polícia e tem ordem pública. Tem governo⁴¹ (Cláudio Castro, mar 2023)

A continuidade destes tipos de operações, onde o número de letalidade se mostra alto, entrando na caracterização de uma chacina, tornou-se algo corriqueiro do governo de Castro. É possível dizermos que é uma característica marcante da sua política de segurança pública, onde a atuação altamente letal das polícias é naturalizada e acompanhada de discursos que reafirmam a necessidade da letalidade dentro das favelas.

O fenômeno da estatização da morte, dentro do Rio de Janeiro atual, tem sido fomentado intensamente por Cláudio Castro. Uma das marcas negativas de seu governo são os eventos denominados como “chacinas policiais”, as quais podem ser observadas acontecendo diversas vezes ao longo de seu governo.

No Brasil, o termo “chacina” é adotado por pesquisadores para se referir a ocorrências com três ou mais mortes violentas intencionais. A expressão “chacina policial”, por sua vez, refere-se exclusivamente às ocorrências com três ou mais mortes decorrentes de ações policiais. Portanto, podem ocorrer chacinas praticadas por grupos armados, como as facções do tráfico de drogas, milícias e grupos de extermínio – incluindo aquelas praticadas por policiais fora de serviço envolvidos nessas organizações –, como também chacinas policiais, perpetradas por agentes públicos das forças policiais em horário de serviço e cujas ações são avalizadas pelas autoridades políticas e policiais. (GENI-UFF, abr.2023)

3.3 – DA REELEIÇÃO AOS PROBLEMAS GOVERNAMENTAIS

No dia 2 de outubro de 2022, Cláudio Castro foi eleito governador do Rio de Janeiro ainda no primeiro turno, totalizando 58,67% dos votos válidos, derrotando Marcelo Freixo, que contou com 27,38% dos votos. Castro foi vitorioso utilizando a segurança pública como sua principal bandeira, prometendo melhorias e reformas nas forças de segurança.

A expressiva vitória de Castro indicava sua força dentro do campo da direita, sendo do mesmo partido de Jair Bolsonaro, que no mesmo ano corria para a reeleição a presidência da República, vitorioso no primeiro turno em um dos estados mais importantes do Brasil. Essa vitória reforça a potência que a Nova Direita apresentava naquele momento específico.

Durante sua campanha, Castro tentou manter uma postura mais moderada, não apresentando de forma tão explícita o seu apoio a Bolsonaro, que concorria à presidência da

⁴¹<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/24/nao-adianta-vir-de-outro-estado-para-ca-que-sera-neutralizado-diz-castro-sobre-acao-no-salgueiro.ghtml>

República. O apoio apenas se tornou mais intenso quando se deu o início do segundo turno das eleições presidenciais. Nessa altura, Castro já estava reeleito e aproveitou para declarar de forma direta seu apoio ao candidato. Vale ressaltar que esse apoio também visou uma maior aproximação de Castro com sua base partidária.

Outro fato é que a coligação dos partidos que apoiaram a campanha de Cláudio Castro conseguiu eleger 45 de 70 deputados estaduais na ALERJ. Isso, a priori, foi importante para construir uma base para que ele pudesse tramitar suas iniciativas e projetos com mais segurança e eficácia.

Posteriormente, entretanto, veríamos os primeiros problemas de Castro após a reeleição. Foi possível notar o início de desavenças entre ele e figuras importantes, tidas como grandes aliados anteriormente. Como exemplo, temos sua relação com Rodrigo Bacellar, que atuou como relator do processo de impeachment de Wilson Witzel, que o levou a ser figura importante para o governo de Castro, sendo considerado seu braço direito. A deterioração da relação dos dois começou a acontecer após Bacellar sentir que Castro não atendia as demandas trazidas pela Assembleia Legislativa.

Além disso, Castro enfrentou problemas com Altineu Cortês, presidente atual do Partido Liberal no Rio de Janeiro. Esses problemas se iniciaram após Castro demitir de seu governo aliados do presidente do partido, gerando um afastamento de Castro com deputados que o apoiam. Isso se deu por conta de uma investida do governador para obter maior influência dentro do Partido Liberal, visando um possível controle da sigla no Rio de Janeiro.

O racha ocorrido no Partido Liberal durante as eleições para presidência da ALERJ demonstrou dois lados que estavam sendo direcionados dentro do partido. Dos 17 deputados da sigla existia uma ala mais bolsonarista, composta por oito integrantes do partido. Do outro lado, nove integrantes do PL se direcionavam a uma ala mais moderada, semelhante à de Castro. Essa divisão gerou desentendimentos e enfraqueceu a base política de Castro dentro da Assembleia Legislativa.

Castro ainda viria a enfrentar problemas e críticas a sua forma de governar. Como já visto anteriormente, o governador teve como principal foco a segurança pública. O movimento de recriação da Secretaria de Segurança Pública aparece como um artifício pensado por Castro para injetar mais dinheiro e militarizar ainda mais as práticas das polícias do Rio. Para isso, o governador precisou iniciar conversas com o governo federal a fim de procurar investimento para essa ação.

O governo federal acreditou que a recriação da Secretaria de Segurança era uma medida essencial para que houvesse qualquer tipo de investimento dentro dessa área do Rio

de Janeiro, pois o governo observava que sem esta secretaria, a aparência que dava é que o dinheiro injetado nesse trabalho estava indo para uma espécie de saco sem fundo⁴². Uma das preocupações demonstradas pelo governo federal seria a politização, tanto da Secretaria da Polícia Civil, quanto da Secretaria da Polícia Militar, percebendo que a falta de uma corregedoria independente para punição de policiais infratores seria um erro. Nesse lugar, o próprio governo federal pressionou o governo do Rio de Janeiro para que seguissem as recomendações feitas no âmbito da ADPF 635.

Contudo, algo que se vê comumente em alguns discursos de Cláudio Castro é uma grande crítica e culpabilização da violência desenfreada no Rio de Janeiro relacionada com a ADPF 635. O governador culpa este movimento do Supremo Tribunal Federal com relação à expansão de organizações criminosas no Rio, afirmando que ela é responsável por brecar os trabalhos feitos pelas polícias do estado do Rio, tornando sua política de segurança pública seja ineficaz.

Saiu relatório do CNJ agora. Diferente do que querem vender por aí, falam que nosso problema é só as milícias. Quem mais avançou foi o tráfico de drogas. O relatório não é meu não, é do CNJ, mostrando o quão ruim tem sido os efeitos da ADPF 635, e o quanto a gente está enxugando gelo se não tiver uma ação efetiva do Governo Federal de bloquear a entrada de armas, bloquear a entrada de drogas no Brasil, e da gente conseguir uma parceria com, sobretudo nessa questão do transporte alternativo e de ocupação irregular do solo⁴³ (Castro, abr 2024)

É interessante pensar que esse argumento de que a restriçãoposta pelo Supremo Tribunal Federal impede a atuação efetiva da polícia no combate ao crime organizado surge em alguns momentos de entrevistas dados pelo governador Cláudio Castro. O governador faz a ligação da ADPF 635 com o crescimento e expansão da facção Comando Vermelho⁴⁴ na região metropolitana do Rio de Janeiro, mas em entrevista dada no dia 15 de julho de 2024, o atual secretário de segurança pública do estado, Vitor César Carvalho dos Santos, disse que essas duas coisas não têm relação em comum. Segundo o próprio secretário, essa expansão se deu pelo fato da segurança pública do Rio ter focado no combate às milícias, provocando enfraquecimento nessa célula, somado a dissidência provocada após a morte de Zinho, fazendo com que a polícia do Rio de Janeiro entrasse em uma espécie de “zona de conforto”

⁴²<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/a-condicao-do-governo-lula-para-continuar-atuando-na-seguranca-do-rj>

⁴³<https://youtube.com/watch?v=4S0O2EwMON0>

⁴⁴[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/comando-vermelho-expande-controle-no-grande-rio#:~:text=O%20Comando%20Vermelho%20\(CV\)%20foi,controladas%20por%20criminosos%20na%20regi%C3%A3o](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/comando-vermelho-expande-controle-no-grande-rio#:~:text=O%20Comando%20Vermelho%20(CV)%20foi,controladas%20por%20criminosos%20na%20regi%C3%A3o)

por conta desse foco. Com isso, o Comando Vermelho percebeu o momento ideal para fazer investidas de expansão de territórios.

Essa afirmativa do secretário de segurança vai contra o discurso do governador, mostrando certo desalinhamento na comunicação e percepção da ação das forças repressivas do estado do Rio de Janeiro. Também é difícil perceber essa relação que o governador tenta colocar, quando olhamos para os dados, que as operações policiais continuam mesmo com as recomendações da ADPF 635.

Além disso, essa postura do governador Cláudio Castro mostra certa incompatibilidade quando se trata dos dados apresentados no que diz respeito a quantidades de operações realizadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Acho que as polícias ficaram numa zona de conforto. Era apresentado um resultado quanto ao que todo mundo demandava. O problema da vez, no Rio, era a milícia. Enquanto o CV não estava em guerra, não chamava atenção. Se não há clamor público, não há demanda para a segurança pública. Isso está errado. A segurança pública não pode ser tratada de forma casuística. Enquanto a milícia sofria várias trocas de comando, que prejudicam a administração, o CV se estruturou. Hoje, a facção está em 21 estados, só perde para o PCC, que está em 25.(...) Uma coisa não tem relação com a outra. Não consigo entender o nexo de causalidade entre a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ação no STF que contesta a letalidade policial no Rio) e o crescimento do CV. Quanto à expansão, o problema está na falta de investigação qualificada para atacar aquilo que mais atinge as organizações criminosas, que é a parte financeira. É nisso que precisamos focar. Todos eles, sem exceção, buscam receita. E é o dinheiro que possibilita poder bélico e influência política.⁴⁵ (Vitor César Carvalho, O Globo, jul 2024)

Esse recorte da entrevista do secretário de segurança pública dada ao portal de notícias do grupo O Globo, mostra a discordância em comparação ao discurso apresentado por Cláudio Castro. O secretário escancara a forma como a polícia agiu para resolver problemáticas, sem utilizar de sua base mais inteligente e investigativa, a ponto de não prever que os esforços totalmente voltados para as milícias acabariam por alavancar investidas de facções rivais.

Em seus debates no ano de 2022, Cláudio Castro sempre buscou enfatizar o combate as milícias. A repetição desse discurso acaba se parecendo mais com uma propaganda eleitoral do que propriamente um caminho para solucionar as mazelas da segurança pública do Estado do Rio. Por conta disso, chama bastante atenção quando o secretário traz a “falta de investigação qualificada”, para entender o que ainda é necessário para um combate mais

⁴⁵<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/07/15/secretario-de-seguranca-do-rio-diz-que-expansao-do-comando-vermelho-tem-relacao-com-falta-de-investigacao-qualificada.ghtml>

eficaz e direcionado para o enfraquecimento de facções. Essa falta de transparência consta também nos resultados dos relatórios apresentados até aqui.

Também chama a atenção o fato de que quase metade dos confrontos armados mapeados no Rio de Janeiro (49%), entre os anos de 2017 a 2023, contam com a presença das forças de segurança do Estado, onde foram registrados 18.760 episódios de um total de 38.271. Esses dados, como dito no relatório, mostram a importância da polícia “na dinâmica violenta de disputas por território na região metropolitana do Rio de Janeiro” (GENI, FOGO CRUZADO. abr 2024).

A importância de trazer esses números nesse momento da discussão é para poder ilustrar melhor o *modus operandi* policial, que desde muito tempo se mantém apoiado na lógica dos confrontos armados dentro dos territórios onde as facções se estabelecem.

Esse mesmo relatório mostra que, num reconto do ano de 2017 ao ano de 2023, existiu uma grande diferença no que diz respeito à proporção de confrontos em áreas dominadas pelo Comando Vermelho e áreas dominadas pela Milícia. Foi possível registrar 85,2% de confrontos nos territórios do CV e 61,4% de confrontos realizados em territórios da Milícia, sendo “a chance de um território dominado pelo tráfico registrar confrontos é 3,71 vezes maior que a chance para territórios controlados por milícias.” (GENI, FOGO CRUZADO. abr 2024).

Quando se trata de confrontos com o registro da presença de policiais, as áreas de Comando Vermelho contam com um total de 10.277 confrontos registrados, mostrando estar muito à frente das áreas comandadas pela milícia, que contam com 2.211 confrontos realizados com a presença de agentes do Estado.

Salta aos olhos, imediatamente, que mais da metade dos territórios/ano sob controle de algum grupo armado registraram conflitos envolvendo policiais (59,5%). Tal resultado é coerente com a análise apresentada na seção anterior, que aponta que quase metade dos confrontos detectados tinha a participação de agentes do estado (49,9%). Juntos, esses resultados apontam para um diagnóstico de que as disputas por território na região metropolitana do Rio de Janeiro não ocorrem em um cenário de ausência do Estado. Pelo contrário, as forças policiais são um ator presente – e frequente – no cotidiano de conflitos, por vezes, amplificando os confrontos.(GENI, FOGO CRUZADO. abr 2024).

O objetivo ao trazer esses dados estatísticos é questionar o tipo de investida que é feita nos territórios do Rio de Janeiro, tanto quanto questionar os discursos feitos pelo governador Cláudio Castro com a realidade estatística. Dessa forma, é possível seguir mostrando que a presença ostensiva da polícia nessas áreas é algo comum e corriqueiro, muitas vezes naturalizado. Somado a isso, que o enfrentamento puramente armado, em um estágio de

guerra, sem planejamento e inteligência, faz com que se desdobreem outros desfechos para a segurança pública do Estado, onde a ineficiência no controle e enfraquecimento dessas facções se mostra como um caminho óbvio, porém que continua a ser seguido pelas forças públicas do Estado do Rio.

3.4 – DA ALTA REJEIÇÃO AO DISTÂNCIAMENTO DA BASE POLÍTICA

Em diversas oportunidades o governador Cláudio Castro trouxe a ADPF 635 como uma barreira para fazer a atuação desejada na área da segurança pública. O governador critica a presença do Supremo Tribunal Federal, juntamente com organizações sociais, na discussão dos rumos da segurança pública do Rio de Janeiro. Castro deixa claro que o *modus operandi* pretendido, o confronto direto, se torna difícil de fazer, levando em conta as recomendações feitas por essa ADPF, no que tange a preservação das vidas durante as operações policiais.

Apesar das críticas sobre a influência do STF nas operações policiais, o governo de Cláudio Castro, nos cinco primeiros meses do ano de 2023⁴⁶, por exemplo, contou com 914 operações realizadas pela polícia militar e civil, registrando mais que o dobro dos cinco primeiros meses do ano de 2022. Isso dá uma média de seis operações por dia, indo muito distante da ideia que o governador passa de que a polícia está sendo impedida de fazer incursões em áreas dominadas pelo crime organizado.

É necessário observar que a postura adotada por Castro, no que diz respeito ao ideal para o combate ao crime organizado, é a continuidade de uma forma de operar já conhecida e implementada na história do Rio de Janeiro, mas que nunca gerou resultados positivos e significativos para a segurança.

O que dava resultado era a polícia entrando todo dia nas comunidades. A polícia agora não pode entrar todo dia, tem que avisar. É um pouco daquela metáfora: se você não podar, o mato cresce. Enquanto a ADPF continuar, ficaremos limitados e o crime organizado segue ganhando forças. (Cláudio Castro, O Globo, set.2024)⁴⁷

No dia 30 de outubro de 2024, Castro participou de forma presencial de uma entrevista no jornal matinal “Bom dia Rio”, defendendo a necessidade de mudanças na legislação para que se tenha maior controle sobre as ações da segurança pública do estado do Rio. Castro

⁴⁶<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/sob-claudio-castro-rio-tem-recorde-de-operacoes-policiais.shtml>

⁴⁷<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/10/30/claudio-castro-dispara-contra-adpf-das-favelas-e-o-governo-federal-a-gente-quer-que-faca-a-parte-dele.shtml>

novamente teceu críticas a ADPF 635, atrelando a ela a culpa pela má atuação das polícias no controle do crime organizado.

O governador reforçou a intenção de criar uma Proposta de Emenda Constitucional que daria ao Estado do Rio o poder de legislar sobre crimes específicos, podendo dessa forma promover um endurecimento das leis penais do estado, o que ao seu ver, fortaleceria a segurança pública do Rio de Janeiro. Além disso, Castro procurou por financiamento para a construção de presídios no Estado do Rio, que giraria em torno de 300 milhões de reais.

Está impossível fazer segurança pública no Rio de Janeiro com a tempestade perfeita que a gente está fazendo. De entrada livre de armas e drogas, com ADPF, sem poder trabalhar, a polícia ter liberdade para trabalhar, e o prende e solta. Então, o estado faz o seu trabalho, as polícias fazem o seu trabalho, mas a condição do Brasil é favorável ao criminoso hoje. A gente está partindo para o Brasil do crime. Se as autoridades, sobretudo federais, não entenderem que em vez de PEC para colocar mais polícia federal aqui, a gente precisa de mudanças profundas na relação de entrada de armas e drogas, na relação com a questão da ADPF e do prende e solta, vocês vão continuar noticiando isso todo dia. (Cláudio Castro, O Globo, dez.2024)

Para Cláudio Castro existe uma necessidade de mais policiamento, sobretudo federal, no Rio de Janeiro, para que haja uma melhora na segurança pública. Isso vem junto com uma nova crítica a atuação da ADPF, somado a uma nova crítica ao governo federal. Inclusive, é possível notar o governador se distanciando dos desdobramentos advindos do seu plano de segurança, levando a culpa a outras instâncias que não a dele. Isso fica claro quando o governador afirma não ter nenhuma culpa com o aumento da criminalidade no Rio de Janeiro e que sua “avaliação é ruim na capital muito por conta da segurança pública”.

O governador aposta alto no confronto direto como principal meio, indicando uma continuidade e reforçando práticas já comuns da direita brasileira. Quando questionado se a redução de alguns índices de criminalidade de São Paulo aconteceu pelo fato da polícia matar mais, o governador afirmou:

Claro. Tem o efeito colateral, mas é uma forma de reduzir. A ADPF reduziu a letalidade policial no Rio, mas os dados (de criminalidade) estão aumentando. Não é que a polícia precise matar mais, ela precisa poder fazer o trabalho dela. A consequência acaba sendo aumentar a letalidade, embora não seja o objetivo. (Cláudio Castro, O Globo, dez.2024)

O momento político atual de Cláudio Castro sugere uma decadência tanto na sua influência quanto no que diz respeito a sua base política, formada pelos integrantes do Partido Liberal, juntamente com outros partidos de direita. Isso se tornou um pouco mais notório

quando observamos com atenção os movimentos que aconteceram no período das eleições municipais de 2024.

O atual governador sofreu bastante pressão de adversários políticos, como o prefeito reeleito Eduardo Paes, que criticou de maneira pública por diversas vezes o modelo de segurança pública implementada por Cláudio Castro. Paes chamou Castro de frouxo e incompetente, alegando que o governador perdeu completamente a moral e a autoridade na luta contra o crime organizado, o que teria feito com que os criminosos se sentissem mais à vontade para cometer delitos. O prefeito por vezes associou a imagem de Castro ao de Ramagem, na tentativa de mostrar a tensão política existente entre os dois. O caso da exoneração de Felipe Peixoto, secretário executivo do governo estadual, aliado de Paes, foi claramente um movimento feito por Castro para retaliar as ações do prefeito.

A alta rejeição que acompanha Cláudio Castro tornou-se uma arma para seus rivais que pretendem concorrer ao governo do Rio de Janeiro em 2026. Com certa crise em sua gestão e ataques ao seu modelo de segurança pública, Castro foi criticado até mesmo por sua base e aliados na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), especialmente em razão de mais uma troca no comando da Polícia Civil, o que desagradou aliados como o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, e diversos parlamentares do PL e do União. Vale destacar que outro candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim, indicado após uma articulação feita por Castro para criar mais oposição contra Paes, também fez críticas ao governo.

Inclusive, o candidato à prefeitura do Rio apoiado por Castro, Alexandre Ramagem, em uma sabatina conjunta do Globo, Extra, Valor e CBN, avaliou o governo do Rio com a nota sete. Na visão de Ramagem, Castro enfrenta uma grave crise na segurança pública, com forças paralelas dominando a cidade e o governador ainda precisando melhorar muito.

A situação de Cláudio Castro no Rio de Janeiro é delicada, a ponto de até mesmo o candidato apoiado por ele tecer críticas ao seu governo. Isso sugere que Castro está perdendo força política, inclusive entre sua própria base, apesar de tentativas anteriores de reaproximação com o bolsonarismo.

A possibilidade de impeachment, mencionada na ALERJ diante de um governo extremamente impopular, com baixíssima aprovação e muitas críticas, especialmente no que diz respeito à segurança pública, tem desestabilizado a atuação de Cláudio Castro. A existência de uma relação conflituosa entre Castro e seu vice, Thiago Pampolha, também evidencia uma intensa instabilidade na governabilidade do estado.

Além disso, a convocação de sete secretários do governo de Cláudio Castro para a CPI da Transparência, na ALERJ, demonstra a crescente insatisfação da base com a forma como Castro tem conduzido a administração do Rio de Janeiro. Essa CPI, que anteriormente foi criticada por integrantes do governo, passou a focar em importantes aliados do governador, representando uma ameaça significativa à sua sustentabilidade política.

O esforço de Cláudio Castro para se aproximar mais de sua base política não se encaminhou da forma como planejado, tendo em vista sua baixíssima aprovação, sendo considerado o “pior padrinho político” dessas eleições. Isso se tornou nítido quando observamos a postura mais comedida que Castro adotou para apoiar os candidatos nos diversos municípios observados.

Apesar disso, certa força foi renovada quando se observam os municípios no interior do Rio de Janeiro. Quando pensamos em outros municípios do estado, Cláudio Castro atuou explicitamente em 19 cidades, ajudando a eleger 14 prefeitos. O Partido Liberal, por sua vez, conseguiu 22 prefeituras no primeiro turno. O Partido Progressista, que esteve aliado ao PL, somou mais 16 municípios. Quando consideramos toda a base política que circula em torno de Cláudio Castro (PL, PP, União Brasil, MDB e Solidariedade), percebemos que 72 das 92 prefeituras estão sob esse perímetro. Esses números demonstram uma manutenção contínua da direita no estado do Rio de Janeiro.

Com isso, o desejo de Castro em se eleger para o Senado nas eleições federais pode se tornar uma realidade, a depender de uma boa articulação com toda essa base política construída durante as eleições municipais, convencendo-os de que ele será uma boa opção para o cargo. Até lá, será necessário, de alguma forma, se desvincular de sua má reputação construída até aqui.

4. CONCLUSÃO

Essa dissertação procurou oferecer uma análise crítica sobre o debate da segurança público no estado do Rio de Janeiro, enfatizando uma continuidade histórica nas práticas militarizadas de confronto direto e buscando mostrar a perpetuação dessa estratégia, que se intensificou nos governos recentes, inclusive durante a gestão de Cláudio Castro.

A hipótese levantada para esta pesquisa era que a política de segurança pública do Rio de Janeiro, apesar de algumas tentativas de mudanças, ainda mantém uma lógica de continuidade no que diz respeito ao *modus operandi* das polícias do estado, onde a prioridade sempre foi o confronto armado em um contexto altamente militarizado. Para além disso, também foi levantado como hipótese que a ascensão do movimento bolsonarista e da Nova Direita trouxe novas formas que encorparam as ideias tradicionais sobre a segurança pública do Rio.

Após a pesquisa, foi possível concluir que de fato o Rio de Janeiro opera a partir da junção de ideias tradicionais com novas, tanto de forma mais direta e agressiva, como no caso do ex-governador Wilson Witzel, como de forma mais amena, com o governador Cláudio Castro. As continuidades e mudanças acabam por expor a forma ostensiva com a qual é levada a política de segurança pública do Rio.

Observando a linha histórica traçada desde o período pós ditadura militar até os dias atuais, é possível notar que a política de segurança pública sempre inclinou para uma abordagem militarizada, com focos em operações policiais ostensivas, que priorizam o confronto direto, especialmente dentro do contexto periférico.

No capítulo 1, fui possível observar que o governo de Leonel Brizola representou uma tentativa de romper com essa estrutura, utilizando políticas que priorizassem os direitos humanos e a cidadania. No entanto, este enfrentou resistência de diversos campos políticos conservadores e acabou sendo desqualificado por esta forte oposição, que ainda respirava as heranças da ditadura militar.

Torna-se evidente a continuidade da lógica militarizada quando observamos eventos emblemáticos, como a Operação Rio I e II, a ocupação do Complexo do Alemão e a intervenção militar de 2018. As UPPs surgiram como uma alternativa, sendo idealizada como uma polícia comunitária, que ofereceria pacificação nas favelas dominadas pelas forças paralelas. Todavia, ao longo dos anos acabou se deteriorando até perder a força e se tornar um programa sucateado.

As operações que foram realizadas, muitas com auxílio das Forças Armadas, resultam em altos índices de letalidade e entregam uma eficácia reduzida no que diz respeito à redução da criminalidade. A ADPF das favelas, responsável por trazer a discussão do controle da letalidade policial, a fim de promover uma melhora na segurança pública, ainda enfrenta resistências dos setores conservadores e possui resultados limitados.

No capítulo 2 foi abordado o surgimento e consolidação da Nova Direita no Brasil, que ganha força a partir da imagem de Jair Bolsonaro e do movimento bolsonarista. Esta, por sua vez, influenciou a política de segurança pública do Rio de Janeiro, especialmente quando observamos o governo de Wilson Witzel. Durante seu governo, apoiado amplamente pelo bolsonarismo, foi adotada uma política de segurança pública baseada na violência extrema e declarações públicas de legitimação do uso da força letal pelas polícias do Rio. Sua gestão foi marcada pela alta letalidade policial, com exemplo da operação na favela do Jacarezinho e também pela continuidade da lógica militarizada de confronto direto.

Ainda que a relação entre Witzel e Bolsonaro tenha chegado ao fim, a influência do bolsonarismo na segurança pública do Rio de Janeiro continuou viva e forte. O discurso armamentista e de corroboração da violência trazido pela Nova Direita continuou durante sua gestão, inclusive Witzel deu declarações públicas defendendo o “abate” de criminosos e a utilização de atiradores de elite em operações policiais.

No capítulo 3 foi enfatizado que, após o impeachment de Witzel, Cláudio Castro assumiu o governo do Rio com a promessa de um novo plano de segurança pública, mas a continuidade da abordagem militarizada e do confronto direto foi mantida. O Programa Cidade Integrada, que seria uma alternativa às UPPs, se mostrou totalmente ineficaz, não alcançou os objetivos postos e apresentou falta de planejamento, transparência e diálogo com a comunidade, sem debater com as lideranças comunitárias. O programa ficou marcado por críticas, enfatizando o impacto negativo na economia local e na segurança dos moradores.

Mesmo tendo um discurso mais ameno, comparado a Witzel, a gestão de Castro está sendo marcada pelo aumento das operações polícias e da letalidade advinda das operações, onde várias chacinas foram registradas durante esse período. A politização das forças de segurança e a falta de controle externo das atividades policiais estão explícitas.

Apesar do governador, em diversas entrevistas, culpar a ação da ADPF 635 e do STF pelo mau funcionamento da segurança pública, os dados mostram que as operações policiais continuam acontecendo em número elevado, trazendo poucos resultados. Nos cinco primeiros meses de 2023 foi possível perceber mais que o dobro de operações realizadas nos cinco primeiros meses de 2022. Dados como esse demonstram o abismo entre a ideia que Castro

procura mostrar ao afirmar que a polícia está sendo impedida de fazer operações em áreas dominadas pelo crime organizado, e a realidade posta.

As diversas falhas cometidas por Cláudio Castro ao tentar propor uma política de segurança pública eficaz, contribuíram o alto índice de rejeição frente a sua gestão. Castro ficou em segundo lugar⁴⁸ no ranking de piores governadores do Brasil e atualmente permanece enfrentando uma instabilidade política forte, recebendo críticas tanto de seus aliados quanto de adversários. Castro segue enfraquecendo sua base política.

A segurança pública do Rio de Janeiro apresenta uma continuidade do confronto direto e da militarização das forças policiais, práticas mantidas desde o fim da ditadura militar. Essas práticas foram perpetuadas por sucessivos governos, resultando na alta letalidade e não produzindo resultados significativos na redução da criminalidade. Os programas alternativos que foram criados ao longo desses anos, até o governo de Castro, se mostraram ineficientes, com problemas de planejamento e transparência das ações realizadas. A falta de um melhor controle externo e a politização da segurança também aparecem como fatores primordiais que contribuem para a continuidade dessa abordagem.

Quando observamos especificamente a gestão de Castro, que vive de críticas, instabilidade e alta rejeição, é necessário insistir na exigência por mudanças consideráveis, principalmente no que diz respeito a planejamento, inteligência e respeito aos direitos humanos, para que possamos alcançar uma melhora significativa da segurança pública do Rio de Janeiro.

As mudanças que se relacionam com a ascensão da Nova Direita trazem com mais ênfase o discurso armamentista e a legitimação da violência, utilizando do discurso de defesa do uso da força letal pelas polícias adotadas como solução para o combate do crime organizado. A retórica de "mirar na cabecinha e... fogo !" de Witzel e a defesa de operações policiais violentas por Castro, refletem essa mudança ideológica.

A Nova Direita também trouxe de forma mais robusta a utilização de programas de segurança como propaganda eleitoral. Como exemplo, o próprio Cidade Integrada, caracterizado pelo MPE como um programa de caráter eleitoreiro. Além disso, a postura crítica ao controle externo e às organizações de direitos humanos se mostra como outra mudança percebida, tendo em vista que, embora enfrentassem críticas, os outros governos não adotavam uma postura tão abertamente contrária.

⁴⁸<https://diariodorio.com/claudio-castro-e-o-2o-governador-brasileiro-com-a-pior-avaliacao/>

Por esse motivo, é necessária uma revisão profunda das políticas de segurança. A implementação de estratégias de prevenção e investigação qualificada, que visem proteger os direitos fundamentais do cidadão afetado pelas ações policiais, precisam ser priorizadas, tornando-se eficientes o suficiente para produzir melhorias significativas na redução da criminalidade do estado do Rio de Janeiro.

Após essa pesquisa, a visão sobre a segurança pública foi ampliada. Compreender as influências da Nova Direita, como, por exemplo, da Bancada da Bala, torna necessário ampliar o campo de estudo para entender as variáveis em outros estados importantes.

Por conta disso ficará para a tese de doutorado uma proposta de explorar como essa bancada, composta por políticos ligados a setores militares, policiais e armamentistas, tem influenciado a formulação e a implementação de políticas de segurança pública em nível nacional e estadual, seguindo na observação das continuidades e mudanças trazidas pela Nova Direita e Bancada da Bala.

Ao longo da pesquisa, será investigada a atuação da Bancada da Bala nas Assembleias Legislativas Estaduais de sete estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará e Goiás, onde a criminalidade, as tensões sociais, o armamentismo e a atuação policial se entrelaçam de maneiras únicas. Esses estados contam com diferentes realidades, mas compartilham os desdobramentos que o impacto da militarização e da repressão causa como resposta à criminalidade.

A junção de diferentes fatores contribui para uma análise ampliada de uma divisão mais nacional da segurança pública. Todos os estados contam com a influência exercida pela Nova Direita e também pela atuação da Bancada da Bala, onde as políticas de controle social mais rígido são exercidas, podendo notar uma ampliação do uso de medidas repressivas. Além disso, trata-se de estados que o contexto da violência urbana e rural, militarização, armamentismo estão amplamente presentes de forma vigorosa e histórica.

Assim será possível compreender melhor não apenas as táticas implementadas nos modelos de segurança pública de cada estado, mas também como elas são moldadas de acordo com o contexto sociopolítico de cada um desses lugares, destacando os desdobramentos na violência, que fortalecem as desigualdades estruturais existentes.

Para entender os impactos e desdobramentos causados pelas políticas promovidas pela Nova Direita e Bancada da Bala, é necessário observar com atenção os processos de continuidade e mudança que existem dentro dessa área. O foco na repressão militarizada, o discurso punitivista e as práticas autoritárias, por exemplo, permanecem como métodos empregados. Contudo, é necessário observar as mudanças como, por exemplo, uma maior

influência de ideologias conservadoras presentes na ascensão da Nova Direita, propostas de flexibilização do uso de armas de fogo, discursos e mobilizações feitas pelas redes sociais, a articulação com setores religiosos e conservadores, entre outros, que necessitam de atenção para melhor entendimento desses movimentos. A combinação de práticas históricas com as reformas atuais faz com que se altere o contexto político e social dos lugares estudados.

Com isso será possível analisar em diferentes visões territoriais a influência exercida pela Nova Direita nas políticas de segurança pública do Brasil, assim como as políticas de segurança do Rio de Janeiro foram abordadas nessa dissertação.

5. BIBLIOGRAFIA

- BENETTI, Pedro. **Na antessala da bancada da bala: Argumentos contra o Estatuto do Desarmamento (2003).** Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. Rio de Janeiro, Vol. 15 – no 3, pp. 859-882, Set-Dez, 2022.
- BENETTI, Pedro. **A constituição que não foi: Projetos derrotados para a segurança pública na Nova República.** Revista Estudos Políticos: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol.11 | N.22, pp.35-57, dezembro de 2020.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Remilitarização da segurança pública: A Operação Rio.** ed. Revan, 2001.
- CHALOUB, Jorge. PERLATTO, Fernando. **A Nova Direita brasileira: ideias, retórica e prática política.** Insight Inteligência. Rio de Janeiro, v. 1, 2016.
- COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** Rio de Janeiro, Oficina do autor, 2001.
- COUTO, Maria Isabel MacDowell. **UPP e UPP social: narrativas sobre integração na cidade.** Biblioteca IESP, Rio de Janeiro, 2016.
- DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e Segurança - Entre pombos e falcões.** 2.ed. 2008.
- FARIAS, Juliana. **Militarização do Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção.** 1.ed, Rio de Janeiro, Mórula, 2018.
- FRANCO, Marielle. **UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.** São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MISSE, Daniel. **Cinco anos de UPP: Um breve balanço.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7, n 3, 2014
- NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao Governo Bolsonaro.** São Paulo, Todavia, 1^aed, 2022.
- PALOMÉ, Juliana Santana. **Mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro: a política do “abate” no primeiro ano de gestão do governo Witzel no Estado do Rio de Janeiro.** Vila Velha, 2020.
- ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Misses: Uma gênese da Nova Direita brasileira (2006-2018).** São Paulo, 2018.
- SENTOSÉ, João Trajano de Lima. **Imagens da ordem, vertigens do caos: o debate sobre as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90.** Arché Interdisciplinar, Rio de Janeiro, v. VII, n.19, 1998.

CESeC, OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. **Intervenção Federal: um modelo para não copiar.** Rio de Janeiro, 2019, Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhypkOpA/view>>

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório da Missão ao Estado do Rio de Janeiro - Massacre em Jacarezinho.** Rio de Janeiro, set.2021, Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-ao-estado-do-rio-de-janeiro-massacre-em-jacarezinho>>

GENI, FOGO CRUZADO. **Grande Rio sob disputa: Mapeamento dos confrontos por territórios.** Rio de Janeiro, abr.2024, Disponível em: <<https://geni.uff.br/2024/06/05/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos-por-territorios/>>

HIRATA, GRILLO, DIRK. **Aumento das operações policiais: Caracterização e impactos.** Rio de Janeiro, nov.2020, Disponível em:<<https://geni.uff.br/2021/03/26/aumento-das-operacoes-policiais-caracterizacao-e-impactos/>>

HIRATA, GRILLO, DIRK, LYRA. **Chacinas policiais.** Rio de Janeiro, mai.2022, Disponível em: <<https://geni.uff.br/2022/05/06/chacinas-policiais/>>

HIRATA, GRILLO, DIRK, LYRA. **Chacinas policiais no rio de janeiro: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade.** Rio de Janeiro, abr.2023, Disponível em: <<https://geni.uff.br/2023/05/05/chacinas-policiais-no-rio-de-janeiro-estatizacao-das-mortes-mega-chacinas-policiais-e-impunidade/>>

HIRATA, GRILLO, FOGO CRUZADO. **Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, jun.2020, Disponível em: <http://geni.uff.br/wpcontent/uploads/sites/357/2021/02/2020_Relatorio-efeitos-da-Liminar.pdf>

HIRATA, GRILLO, DIRK, LYRA. **Medindo a eficiência das operações policiais: Avaliação e monitoramento da violência no governo Bolsonaro.** Rio de Janeiro, abr.2021, Disponível em: <<https://geni.uff.br/2021/04/19/medindo-a-eficiencia-das-operacoes-policiais-avaliacao-e-monitoramento/>>

HIRATA, GRILLO, DIRK. **Operações policiais e ocorrências criminais: Por um debate público qualificado.** Rio de Janeiro, jul.2020, Disponível em: <<https://geni.uff.br/2021/03/26/operacoes-policiais-e-ocorrencias-criminais-por-um-debate-publico-qualificado/>>

HIRATA, GRILLO, DIRK, LYRA. **Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro: Os impactos da ADPF 635 na defesa da vida.** Rio de Janeiro, mar.2021, Disponível em: <http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/04/Relatorioaudiencia_balanco_final_22_03_2021-1.pdf>

INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Grande Rio teve uma média de 20 tiroteios por dia em 2019.** Rio de Janeiro, jan.2020, Disponível em: <<https://fogocruzado.org.br/relatorio-anual-2019/>>

OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA. **Avaliação do programa Cidade Integrada no bairro do Jacarezinho.** Rio de Janeiro, ago.2022, Disponível em:
<https://geni.uff.br/2023/05/01/avaliacao-do-programa-cidade-integrada-no-bairro-do-jacarezinho/>

ROLIM, Louise et al. **Segurança Pública em números 2019.** Instituto de Segurança Pública – ISP, Rio de Janeiro, jan.2020, Disponível em:
http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/SegurancaemNumeros2019.pdf

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635.** Rio de Janeiro, nov.2019, Disponível em:
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5816502>